UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DANIELA EUGÊNIA MOURA DE ALBUQUERQUE

DIMENSÕES TEÓRICAS E APLICADAS DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Recife
2022

DANIELA EUGÊNIA MOURA DE ALBUQUERQUE

DIMENSÕES TEÓRICAS E APLICADAS DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira

Recife

2022

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

A345d Albuquerque, Daniela Eugênia Moura de
Dimensões teóricas e aplicadas do patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação / Daniela Eugênia Moura de Albuquerque. – Recife, 2022.
120f.: il., tab.

Sob orientação de Murilo Artur Araújo da Silveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Patrimônio documental. 2. BRAPCI. 3. Documento. 4. Produção científica brasileira. I. Silveira, Murilo Artur Araújo da (Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-54)

DANIELA EUGÊNIA MOURA DE ALBUQUERQUE

DIMENSÕES TEÓRICAS E APLICADAS DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 24/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal Fluminense

Em memória às mais de 600 mil vidas perdidas em decorrência da Covid-19 no Brasil, dentre elas, duas, cuja morte me trouxe um grande pesar, Tio Chico e Tia Noêmia.

AGRADECIMENTOS

Elemento pré-textual opcional que eu considero um dos principais, seja em qualquer área da vida, pois o ser humano não consegue ser feliz sem ter, acima de tudo, um coração grato. Agradeço primeiramente a **Deus**, por Ele ter me sustentado durante toda essa jornada no mestrado, por ter sido o meu alicerce nos dias difíceis e por ter me dado sabedoria, saúde e paz para continuar firme na pesquisa.

Aos meus pais, **Janete** e **Chopen** (o nome do meu pai é bem incomum mesmo, vem do pianista e compositor Frédéric Chopin) e a minha irmã **Iasmim**, que são a minha base e sempre me apoiaram e incentivaram nos estudos. Eu nem sei o que seria de mim sem vocês. Obrigada por tudo! Passamos por tempos sombrios, mas vencemos cada etapa! Queria poder falar muito mais aqui do quanto vocês são tudo na minha vida, mas o número de páginas excederia. O meu amor por vocês só cresce a cada dia.

Ao meu ilustríssimo orientador **Prof. Murilo** (fofis – um apelido carinhoso que ele tem com todos os seus alunos), que eu tive a honra de ser sua aluna desde a graduação até chegar em ser a sua orientada. O senhor (ele já se acostumou com esse tratamento, porque eu não consigo chamá-lo de 'você' de maneira alguma) sempre com uma didática impecável e um amor enorme pela profissão. Obrigada por ser tão compreensivo, por me aceitar como orientanda (não dei tanto trabalho assim, né? kkk), por responder minhas mensagens nas altas madrugadas, por permitir orientações presenciais com todos os cuidados sanitários, e, principalmente, por ser um ser humano incrível e muito dedicado no que faz.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que financiou esta dissertação por meio da concessão de bolsa de pesquisa (código de financiamento 001). Sem esse auxílio, a pesquisa jamais conseguiria avançar e obter resultados tão pertinentes, não somente para a área da Ciência da Informação, mas para a todo um conjunto social e prático que alcança diversas áreas do conhecimento.

Ao meu querido amigo **Rinaldo Ribeiro**, por ser meu companheiro em todas as horas, por ser um dos únicos que aguenta os meus surtos, por toda lealdade, por ser prestativo, por acreditar em mim, por me aconselhar e por sempre me ensinar tantas coisas. Graças a você eu pude vencer diversos obstáculos que eu jamais imaginaria alcançar. Fizemos concurso de professor substituto e fomos aprovados (você até sonhou com o meu número do sorteio e acertou em cheio kkk), trocamos muitas conversas nas altas madrugadas, passamos no doutorado, publicamos artigos e muito mais. Sweetie (nosso apelido carinhoso), amo-te do jeitinho que você é. Obrigada por tudo! Que a nossa amizade seja eterna. Não poderia deixar

de prestar um agradecimento carinhoso para **Suami**, esposo de Rinaldo, por toda hospitalidade e por todo apoio.

Aos membros da banca, **Prof. Hélio** e **Carlos Juvêncio**, que privilégio enorme ter professores tão dedicados, maravilhosos e super competentes na minha banca. Cada comentário, sugestão e elogio foram cruciais para a conclusão desta pesquisa, além de dar continuidade com futuros projetos. Como foi gratificante aprender com vocês.

Às minhas queridas professoras do estágio docência, **Ângela** e **Anna Elizabeth**, por proporcionarem momentos únicos para a minha formação acadêmica e por sempre me apoiarem e incentivarem em tudo. Guardarei e passarei adiante cada ensinamento que tive com vocês desde o planejamento das aulas até a interação com os alunos.

Ao **Clube de Leitura Não me Esqueças**, mulheres incríveis espalhadas em todo esse Brasil que Outlander me presenteou. Foi a primeira vez que participei de um clube de leitura e pude desfrutar de momentos divertidos, ricos em aprendizados, em que pudemos chorar e rir juntas, compartilhar as crises de ansiedade e muito mais. Meninas, vocês foram importantes para mim e podem ter a certeza de que jamais me esquecerei de vocês. Obrigada por permitirem que a minha profissão fosse tão viva no clube. Obrigada pela amizade, pelos altos bate papos nas madrugadas, por me incentivarem a cada vez mais mergulhar no universo da leitura.

Ao **Clube de Leitura Libélulas Literárias**, minhas Sasses que tornam os meus dias cada vez melhor. Meninas, obrigada pelas trocas de conversas tão enriquecedoras, por proporcionarem diversão em momentos tão difíceis que enfrentei, por ouvirem cada relato meu e torcerem sempre por mim. Adoro a companhia de vocês e espero que as barreiras geográficas que nos impedem no atual momento de se conhecer pessoalmente, venham a ser rompidas em breve. Obrigada por tudo! Um agradecimento especial à minha amiga **Kátia Esteves**, como é possível a gente fazer amizades sem nunca ter conhecido a pessoa pessoalmente? Eu fazia essa pergunta antes, mas agora eu sei que é possível sim! Kátia é prova viva dessa amizade que já completou dois anos, e que eu não vejo a hora de vê-la presencialmente. Amiga, obrigada por compartilhar tantos momentos comigo, por ser quem você é, por sempre me apoiar e me ajudar em diversas situações da minha vida. Você é muito especial para mim.

Aos meus amigos, parafraseando meu cantor preferido Milton Nascimento quando ele diz, "amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração". À **Alana**, por sempre me apoiar e ouvir os meus desabafos, pela nossa amizade tão linda desde 2014. Obrigada por tudo! Você é muito especial na minha vida e da minha família também. À **Kawana**, minha irmã de coração que eu amo tanto, uma amizade que já passa mais de dez anos, e perdura até hoje. Obrigada, minha linda por todo carinho, pela atenção, pela preocupação, e

por sempre ser tão prestativa. À **Karine Vilela**, minha ex-chefe de estágio que nunca esquece de mim, e sempre me apoia em tudo o que eu faço, uma Bibliotecária que eu admiro por demais. Você foi um anjo de Deus na minha vida, e, principalmente, nessa jornada do mestrado. Ao meu amigo **Darllyson** (Dadá), que conheço desde 2015, comentador de primeiríssima qualidade de séries e filmes (a gente é uma dupla e tanto!). Obrigada por tudo! Você não existe mesmo! Que privilégio ter você de volta graças a Outlander! Adoro nossas conversas sobre inúmeros assuntos e os nossos podcasts kkk. Obrigada por todo o suporte e apoio.

Em especial, aos meus amigos do ensino médio, Guilherme e Juliane. **Gui**, nossa amizade é uma boa e longa história, como você mesmo diz. Obrigada por provar que é possível ter uma vida social fazendo mestrado, pelas altas risadas, pelas fofocas (você é fofoqueiro de carteirinha, uma pena que isso vai ficar registrado aqui kkk), pelos passeios, por celebrar tantas conquistas comigo, por acreditar em mim e por cada ligação (o que é raro hoje em dia, mas você não abre mão do tradicional, e eu adoro isso!). Obrigada por tudo! **Ju**, minha linda! Amiga de longa data e que eu tenho um carinho enorme não somente por você, mas por toda a sua família. Nunca me esquecerei do dia que cheguei na escola com as matérias atrasadíssimas, porque tinha mudado de escola, e você foi a primeira pessoa que veio me ajudar, e a partir de então nossa amizade só foi crescendo. Obrigada por estar sempre torcendo por mim, a nossa amizade permanece a mesma desde 2013. Obrigada por todo carinho que sempre recebo de você e de toda a sua família.

Por fim, agradeço à toda minha família que diretamente ou indiretamente me apoiaram em todos os momentos e celebram minhas conquistas.

> Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Patrimônio Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como são as Ciências da Documentação e Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento. (LAGE, 2002, p. 14).

RESUMO

O emprego do termo patrimônio documental, em uma constatação simplista, parece óbvio. No entanto, as discussões em torno do patrimônio documental, carece de aprofundamento nos estudos de informação, uma vez que o emprego reflete, diretamente, numa imprecisão conceitual entre o qualificativo "documental". Por conseguinte, surge um problema aplicado, pois as unidades de informação se pautam em conceitos que podem salvar ou condenar ao esquecimento um item que se caracteriza como patrimônio documental. Diante disso, a pesquisa tem por objetivo geral analisar as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação. O estudo apresenta fins descritivos, meios bibliográficos, análise bibliométrica e análise de conteúdo, como métodos, em que foram levantados 69 artigos de autores brasileiros indexados da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação publicados no período de 2010 a 2020. Como resultados, demonstra seis categorias e 52 unidades de registro que estão presentes na demarcação conceitual do patrimônio documental nacional, bem como a construção de indicadores referentes a produtividade de autores, instituições e periódicos. Destaca quatro elementos de caracterização emergenciais que apresentam lacunas nas conceitualizações do patrimônio documental e quatorze unidades de registro usadas com maior frequência nas publicações. Considera que o patrimônio documental compreende toda coleção de documentos de natureza extremamente variada, pertencente a qualquer época e integrante de um conjunto de manifestações e representações culturais, históricas e contemporâneas, que é constituído da memória social, da cidadania, da identidade, da educação e da diversidade da humanidade, sendo de titularidade pública ou privada que contemple espaços: sociais, inovadores, identitários, humanísticos, culturais, científicos, históricos, memoriais, tecnológicos, por meio do vínculo com o país de origem, em que carrega atributos, substancialmente, informacionais.

Palavras-chave: patrimônio documental; BRAPCI; documento; produção científica brasileira.

ABSTRACT

The use of the term documentary heritage, in a simplistic observation, seems obvious. However, the discussions around the documental heritage, lacks depth in information studies, since the employment reflects, directly, in a conceptual imprecision between the qualifier "documental". Therefore, an applied problem arises, since information units are based on concepts that can save or condemn to oblivion an item that is characterized as documental heritage. In view of this, the general objective of this research is to analyze the theoretical relations and applications of documentary heritage in the national scientific literature of Information Science. The study presents descriptive purposes, bibliographic means, bibliometric analysis and content analysis, as methods, in which 69 articles of Brazilian authors indexed from the Referential Database of Information Science Journal Articles in the period from 2010 to 2020 were surveyed. As results, it demonstrates six categories and 52 units of record that are present in the conceptual demarcation of the national documentary heritage, as well as the construction of indicators regarding the productivity of authors, institutions and journals. It highlights four emergent elements of characterization that present gaps in conceptualizations of documentary heritage and fourteen units of record used most frequently in publications. It considers that the documentary heritage comprises all collection of documents of extremely varied nature, belonging to any time and part of a set of manifestations and cultural representations, historical and contemporary, which is constituted of social memory, citizenship, identity, education and diversity of humanity, being of public or private ownership that includes spaces: social, innovative, identity, humanistic, cultural, scientific, historical, memorial, technological, through the link with the country of origin, in which carries attributes, substantially, informational.

Keywords: documentary heritage; BRAPCI; document; Brazilian scientific production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais elementos de categorização do patrimônio documental 52

Quadro 2 – Definições de documento, patrimônio e patrimônio documental nos parâmetros da pesquisa 54

Quadro 3 – Fragmento da etapa do inventário da análise de conteúdo 61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa mental dos gêneros documentais 35
Figura 2 – Trajetória dos processos de patrimonialização 43
Figura 3 – Etapas da análise de conteúdo utilizadas na pesquisa 56
Figura 4 – Unidades de registro 74
Figura 5 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Meios de divulgação 77
Figura 6 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Elementos caracterizadores 80
Figura 7 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Manifestações do termo 85
Figura 8 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Gêneros documentais 88
Figura 9 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Elementos basilares na construção do conceito 90
Figura 10 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Instituições integrantes 92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos artigos 63
Gráfico 2 – Número de autorias por instituição mais produtivas 71
Gráfico 3 – Distribuição percentual das categorias 74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição quantitativa dos artigos coletados na BRAPCI de acordo com os descritores utilizados na pesquisa..... 58
Tabela 2 – Fragmento da análise de conteúdo 62
Tabela 3 – Distribuição dos artigos de periódicos 67
Tabela 4 – Autores mais produtivos 69
Tabela 5 – Categoria Meios de divulgação 75
Tabela 6 – Categoria Elementos caracterizadores 78
Tabela 7 – Categoria Manifestações do termo..... 81
Tabela 8 – Categoria Gêneros documentais 86
Tabela 9 – Categoria Elementos basilares na construção do conceito 89
Tabela 10 – Categoria Instituições integrantes..... 91

LISTA DE SIGLAS

ABDF	Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FDR	Faculdade de Direito do Recife
GT	Grupo de Trabalho
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MOW	Programa Memória do Mundo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Prontuário Eletrônico de Paciente
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**17**
1.1	**Origem do objeto: contextualização, problemática e problema da pesquisa**	**20**
1.2	**Objetivos**	**21**
1.3	**Justificativa**	**22**
2	**DOCUMENTO**	**25**
2.1	**O documento como valor informativo**	**27**
2.2	**O documento no contexto crítico-teórico**	**30**
2.3	**O documento como dispositivo social**	**33**
2.4	**Objetos integrantes da mediação documentária**	**34**
3	**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**	**39**
3.1	**Breve contextualização da noção de patrimônio**	**40**
3.2	**Patrimônio Documental: conceito em formação**	**45**
4	**PERCURSO METODOLÓGICO**	**55**
4.1	**Pré-análise**	**56**
4.2	**Exploração do material**	**59**
5	**RESULTADOS E ANÁLISES**	**63**
5.1	**Cenário das publicações nacionais sob a ótica bibliométrica**	**63**
5.2	**Tratamento dos resultados, inferência e interpretação**	**73**
6	**CONCLUSÕES**	**93**
	REFERÊNCIAS	**95**
	APÊNDICE A – CORPUS DA PESQUISA	**103**
	APÊNDICE B – UNIDADES DE REGISTRO POR ARTIGO	**111**
	APÊNDICE C – ANÁLISE DE CONTÉUDO DOS ARTIGOS	**119**

1 INTRODUÇÃO

A proliferação patrimonial, muito além do núcleo do monumento, é testemunha da força dinamizadora desse processo que abrange, a partir daí, os objetos aparentemente mais comuns ou mais obsoletos da vida cotidiana.
(Matthieu Béra e Yvon Lamy, Sociologia da Cultura)

O patrimônio documental é, antes de tudo, um elemento de sustentação da memória e da identidade social, na qual o documento qualifica o objeto patrimônio, como instrumento de poder e produto das ações humanas, concebido por intermédio de práticas sociais e culturais. Em uma perspectiva hierárquica, o termo patrimônio documental está abarcado pelo termo patrimônio cultural, decorrente do contexto de disputas culturais que cercam os bens materiais e imateriais, em variados suportes. Nessa perspectiva, o patrimônio documental não comporta exclusivamente os arquivos históricos, ampliando o lugar-comum "arquivo" para outros lugares de memória, incluindo variadas interfaces informacionais.

O preâmbulo da associação entre patrimônio e documento, enquanto termos contíguos, está fundamentado nas evidências textuais e nos registros das práticas socioculturais. Em decorrência dessa associação, têm-se os bens culturais, dentre eles, os monumentos, que também passaram a ser contemplados como coleções de documentos. Pensar em patrimônio e documento era trazer fortemente o materialismo advindos de uma alegação ideológica dominante pautadas nas práticas clássicas unificadoras e hegemônicas, em que a beleza, o poder e a grandeza bastavam no processo de incorporação dos valores atribuídos aos objetos materiais. Essas concepções, ainda predominam em ações e discussões na atualidade, mas também fornecem insumos, oportunidades e ferramentas para pensar e repensar a dinâmica sobre a associação entre patrimônio e documento.

Os elementos que conduzem às discussões contemporâneas sobre patrimônio e suas distintas formas de manifestações no Brasil recaem em um conjunto de campos científicos. Objeto de estudo da História, Antropologia, Arquitetura, Artes, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, dentre outros campos, o patrimônio sempre esteve em pauta. A Ciência da Informação (CI) com o seu caráter transformador contribui nas análises e na identificação das representações e processos informacionais dos itens

constituintes do patrimônio documental, pois "[...] favorecem o resgate, organização, representação, administração e divulgação da riqueza cultural [...] e, portanto, a memória e a identidade das nações" (DORADO SANTANA; HERNÁNDEZ GALÁN, 2015, p. 33, tradução nossa).

No caso específico da CI no país, uma das principais iniciativas recaem no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) por meio da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB). As discussões sobre patrimônio no evento foram impulsionadas na década passada, a partir dos esforços de aproximação com a Museologia, no bojo de mútuos interesses epistemológicos e institucionais. De 2010 até então, o debate foi intensificado a partir da oitava edição do evento, e, na atualidade, se consolidou como um fórum importante para a Ciência da Informação brasileira.

Na 8ª edição do evento (2007), a ANCIB promoveu uma sessão intitulada de Debates sobre Museologia e Patrimônio. Somente em sua 10ª edição (2009) foi criado o Grupo de Trabalho (GT) 9 – Museologia, Patrimônio e Informação, com quinze trabalhos publicados. Na 11ª edição (2010), com um número auspicioso de artigos produzidos nesse GT, o termo Museologia foi alterado para Museu, sublinhando que na mesma edição foi constituído o GT 10 – Informação e Memória, com mais de vinte trabalhados submetidos. Embora esses debates já acontecessem em outros grupos de trabalho do ENANCIB, foi somente com a criação dos GT 9 e 10 que a produção sobre patrimônio e memória ganhou volume e visibilidade, uma vez que uma agenda de pesquisas e interesses foi fomentada.

No que tange às instituições que atuam com o patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituído em 1937, é considerado a primeira autarquia federal de preservação do patrimônio na América Latina, com ações direcionadas para a difusão dos bens culturais no país; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), fundada em 1946, dentre as suas funções estabelece a preservação da cultura e a proteção do patrimônio cultural, por meio de formulação e operacionalização de políticas públicas; o Programa Memória do Mundo (MOW) criado em 1992 pela Unesco, tem a finalidade de combater a crescente perda da memória cultural em níveis mundiais, decorrente, sobretudo, pela guerra, seja ela bélica ou ideológica (BAÉZ, 2010) e tece uma estreita relação com os patrimônios documentais.

O patrimônio, por ter uma construção etimológica na figura paterna (*patrimonium*, de *pater*, "pai"), acarreta questionamentos, principalmente, na tessitura dos discursos de gênero. Por que, então, não falar de um matrimônio (*matrimonium*, de *mater*, "mãe")? Ou

de um possível "fratimônio" (fraterno, *fraternus*, de *frater* "irmão")? O levantamento dessas indagações converge para questionamentos também vividos no campo documental. O modelo erudito e marcado pelos discursos masculinos centralizados, especialmente, na figura do pai da Documentação, Paul Otlet, foram constantemente estudados e utilizados em diversos países até a segunda metade do século XIX.

A chegada do *pensamento brietiano* marcou a consolidação do discurso de gênero na área da Documentação no contexto pós-guerra, em que as mulheres ainda tinham espaços tímidos na ciência, e que a profissão e a pesquisa não eram vistas como coparticipantes (SALDANHA; ORTEGA, 2018). Suzanne Briet que publicou o seu manifesto *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), quatorze anos após a obra de Otlet (1937), só teve o reconhecimento mundialmente na área como pesquisadora no cenário anglófono *bucklandiana* mediante as referências dos neodocumentalistas.

Nesse sentido, o documento e o patrimônio transcendem as barreiras dantes já vistas, pois o fato de estarem integrados às discussões sobre os direitos humanos e às questões de gênero, mostram uma luta constante entre o saber e o poder, no qual esse exercício de autoridade revela a complexidade e a manipulação advindas, sobretudo, de elementos ideológicos. Ademais, esses componentes podem ser agentes de propagação de discursos que afetam sem interrupções as ações dos sujeitos, nas demarcações conceituais e nos atributos simbólicos, crítico-teóricos e sociais.

Diante das sinalizações institucionais e epistemológicas que cercam o patrimônio documental, a imprecisão no emprego do termo e as ambiguidades conceituais sinalizam a perspectiva analítica da pesquisa. Para tanto, parte-se da concepção de que um conceito é, por amplitude e redução, uma unidade do conhecimento, um elemento do pensamento, oriundo de um método analítico-sintético que culmina em uma representação por meio de signo; adquire uma visão social, sendo dinâmico, não isolado, recebe influência das transformações social e cultural. O termo, por seu registro, é uma palavra contextualizada no discurso, um elemento indissociável e representativo, podendo ser uma palavra, um símbolo gráfico, uma abreviação, sem possuir uma característica perene, passível de modificações, tendo como principal função designar algo por abstração (ARNTZ; PICHT, 1995; DAHLBERG, 1978; FEDOR DE DIEGO, 1995; HJØRLAND, 2009; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2000; LARA, 2004; WÜSTER, 1998).

O emprego do termo patrimônio documental, em uma constatação simplista, parece óbvio. No entanto, as confusões terminológicas de natureza teórica, prática, legal

e científica de sua demarcação conceitual são imperceptíveis porque os objetos que qualificam o substantivo costumam ser utilizados para aproximar, distinguir, aglutinar, em cenários e circunstâncias que destacam um desvio tipológico de suas características fundamentais. Nessa perspectiva, é interesse da pesquisa problematizar os elementos que incidem na demarcação conceitual do termo patrimônio documental.

No âmago dessas discussões, a noção conceitual de patrimônio se deu a partir da iminência do sentimento de perda. A famosa expressão popular "só se dá valor quando perde" expressa essa noção. Para exemplificar a situação, traz-se o cenário da Europa Oriental por volta de 1940, quando 375 arquivos, 957 bibliotecas, 402 museus e 531 institutos não escaparam da perseguição nazista (MANNING, 2015), sendo apagados rapidamente pelo fogo, que "[...] era o elemento imprescindível nestas encenações públicas do Poder" (CARNEIRO, 2002, p. 27).

Nesse desdobramento, o presente trabalho segue a trilha retrospectiva e atual das discussões sobre: a) o documento como valor informativo, dispositivo social e crítico-teórico; b) os objetos integrantes da mediação documentária; c) as noções existentes sobre o patrimônio; d) as formas de manifestação do patrimônio cultural e documental; e e) os percursos do conceito de patrimônio documental ainda em formação. Diante disso, todos esses assuntos elencados irão dialogar entre si, a fim de contemplar os objetivos do presente trabalho.

1.1 Origem do objeto: contextualização, problemática e problema da pesquisa

A problematização sobre a demarcação conceitual do termo patrimônio documental interessa à CI, porque o objeto está posto em seu domínio epistemológico. Os registros documentais em suas distintas formas de manifestação são amplamente discutidos no campo da informação, na perspectiva das relações históricas entre informação, documento e conhecimento.

Nas perspectivas teórica e metodológica, as discussões em torno do patrimônio documental carecem de aprofundamento nos estudos de informação, uma vez que o emprego do termo reflete, diretamente, numa imprecisão conceitual do qualificativo "documental". Por conseguinte, surge um problema aplicado, pois as unidades de informação se pautam em conceitos que podem salvar ou condenar ao esquecimento um item que se caracteriza como patrimônio documental, em virtude: a) da notória supervalorização dos fundos antigos em detrimento dos contemporâneos; e b) do

distanciamento identitário das coleções com os elementos geográficos, sociais e culturais. Logo, as confusões terminológicas decorrentes desses problemas podem gerar problemas e perdas como: a) a relação histórica e identitária dos registros; b) as formas de apropriação e mediação cultural; c) o nível de desenvolvimento e inovação sociocultural; e d) o direito do acesso e uso dos patrimônios existentes.

O exacerbado uso dos documentos antigos nas conceituações do patrimônio documental ainda é uma realidade e essas constatações revelam, adicionalmente, falta de clareza conceitual na legislação brasileira sempre dirigido ao que é raro e antigo, principalmente, no art. 26 do Decreto-Lei n. 25/1937 (BRASIL, 1937), em que a associação do conceito de raridade já se torna atrelado ao conceito de patrimônio. Neste sentido, o elemento temporal "passado", bem como suas marcas históricas, é determinante para os construtos teóricos e conceituais acerca do patrimônio documental até o presente momento.

Os percalços decorrentes da dispersão terminológica e conceitual desse patrimônio requer uma resposta que privilegie a relação entre o passado, o presente e o futuro, uma vez que "O presente seleciona a herança de um passado imaginado para uso corrente e decide o que deve ser passado adiante a um futuro imaginado" (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996, p. 6, tradução nossa). Nesse compasso, os equívocos conceituais necessitam ser investigados, a fim de evitar o uso inadequado do termo, bem como ampliar as noções subordinadas aos itens raros e antigos.

Diante disso, o problema da pesquisa é assim demarcado: **como se estabelecem as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação?**

1.2 Objetivos

Analisar as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação.

Os objetivos específicos são:

- Demarcar as formas e as manifestações dos registros documentais presentes na literatura científica da Ciência da Informação;

- Identificar os elementos de caracterização do patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação.

1.3 Justificativa

A temática despertou um interesse particular devido à experiência de estágio na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR), que por ser uma instituição patrimonial apresenta elementos que carregam traços identitários, históricos, memoriais e culturais do patrimônio documental. Todo o trabalho desenvolvido na FDR foi a força motriz para:

a) a ampliação dos horizontes acerca da questão patrimonial;
b) o esclarecimento por meio da prática sobre as diferenças entre um item raro e antigo;
c) o conhecimento técnico e aplicado acerca da preservação e conservação dos bens;
d) a mediação dos objetos patrimoniais para fins de pesquisa científica;
e) a geração de frutos acadêmicos que consistiram em apresentações de trabalhos orais em eventos: internacional com a temática voltada para Obras Raras e Coleções Especiais no âmbito patrimonial na II Jornada IFLA *Rare Books and Special Collections Section* (Rio de Janeiro, 2018); nacional no XLII Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação - ENEBD (Belém, 2019); e regional com a temática voltada para Cultura e Memória no XXI e XXII Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação – EREBD (Recife, 2018; Alagoas, 2019).

O patrimônio implica sempre no debate lembrar-esquecer, trazendo à luz um papel de destaque e que conduz um caráter seletivo, no mesmo bojo da construção coletiva da memória, a partir do presente. Parece fundamental dizer, nesse sentido, que o encadeamento entre documento e patrimônio atuantes na memória como um fenômeno atual, dinâmico, múltiplo e dialético, estabelecem uma ligação com o passado, mas que resistem às mudanças do tempo.

Os bens culturais configurados como documentos reconhecidos e pertinentes coletivamente, revelam a emergência da noção de patrimônio como integrante do

sentimento nacional, pois o patrimônio para ser considerado com tal, necessita de uma interação com o meio (FONSECA, 2005).

Logo, o patrimônio documental atua no papel formador de identidades como atores na emanação de poder, em que englobam os objetos que são frutos das relações e de lutas sociais em constante transformação, como também apoia os aspectos humanísticos, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais fundamentados nos valores sociais; vincula-se, indissociavelmente com o patrimônio cultural, com as instituições de memória e com as dimensões políticas e geográficas. Assim, a pesquisa pretende, de forma teórica, metodológica e social, alargar novos olhares científicos para a temática e suas relações epistemológicas com outros campos e domínios do conhecimento.

Realizar uma contribuição científica na área da CI fará com que futuras pesquisas sobre essa temática garanta para essa e a próxima geração patrimônios documentais fidedignos, que correspondam com a realidade do país e de cada unidade organizacional; levantando questões como: qual o risco? Qual a perda? Qual a relação patrimonial com o meu país? Qual o vínculo desse item informacional para a minha instituição? Possibilitando um discernimento entre teoria e prática, englobando uma conscientização dos valores culturais, afetivos e até mesmo em espécie das obras.

Conhecer a importância do patrimônio documental na nossa sociedade é essencial, pois é por meio desses registros que podemos proporcionar enlaces da relação patrimonial que aquele item possui com as dimensões político-geográficas, pois competem a "[...] capacidade para formar identidades, para proporcionar conhecimentos sobre o passado, assim como para permitir construir o presente e visualizar o futuro" (PALMA PEÑA, 2011, p. 308, tradução nossa). Salvaguardar e preservar a memória e a identidade são uma das finalidades do patrimônio documental, além da disseminação de novos conhecimentos oriundos da reconstrução coletiva para a sociedade.

Tal estudo permitirá o:

- Desenvolvimento de critérios e ações em prol da salvaguarda, preservação e difusão do patrimônio documental;
- Entendimento do direito ao acesso e do elo afetivo e simbólico que o patrimônio documental pode proporcionar para o público a que se destina;
- Conhecimento do progresso científico e inovador dos bens, assim como novas linhas de pesquisa de memória científica presente no patrimônio documental;

- Alargamento do viés social, teórico e aplicado do patrimônio documental;
- Estabelecimento do vínculo histórico e identitário dos bens.

Concluída esta primeira seção, a dissertação prossegue com a seção dois, na qual discute o documento como: valor informativo, no contexto crítico-teórico e dispositivo social, além de evidenciar objetos integrantes da mediação documentária. Na seção três, ocorre uma discussão acerca do conceito em formação patrimônio documental inserindo uma breve abordagem da noção de patrimônio. Na seção quatro, está o percurso metodológico, em que segue duas das três etapas cronológicas da análise de conteúdo, sendo: pré-análise e exploração do material. Por fim, na seção cinco, estão divididos os resultados sob a ótica bibliométrica e no terceiro polo cronológico da análise de conteúdo (tratamento dos resultados, inferência e interpretação).

2 DOCUMENTO

É importante salientar que, em todas as definições e significados sobre documentos, o suporte e a informação são componentes inerentes e essenciais para compor o documento, e o que os diferencia é a finalidade do uso.
(Michele de Almeida Gomes e Maria Celina Soares de Mello e Silva, Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas)

O documento tem uma vasta abrangência conceitual, amplia o debate epistemológico nas mais diversas áreas do conhecimento e possui um potencial teórico e político. Por esses elementos destacados, o documento não pode ter um emprego limitador, visto que a discussão em torno desse objeto está sempre em constante transformação. A partir da corrente francófona clássica otlet-brietiana, o perigo do reducionismo de que o documento era, exclusivamente, o escrito e pertencente ao campo da Documentação, deu abertura para que outros objetos e áreas do saber fossem investigados, indo além do fato de ser um mero meio de transmissão/comunicação da informação.

A CI no âmbito documental investiga os objetos produzidos no cotidiano, fruto das relações sociais da memória nos mais diferentes suportes informacionais e que têm suas práticas ressignificadas com foco na informação contida nos documentos. Dedica-se, portanto, aos estudos dos fenômenos informacionais como partes de uma construção social decorrentes de um paradigma pós-custodial.

No bojo das relações sociais, Smith (2006) acredita que essas conexões são materiais com efeitos também materiais (suportes), levando a constatar a forte marca da antecedência do documento como evidência textual cercado por representações físicas. A ideia da concepção de discursos imateriais (informação) nos documentos é recente, uma vez que o documento para ser considerado como tal necessita de um valor informativo, que requer elementos subjetivos na sua composição, afirmando e exercendo um papel social, educativo, cultural e dentre outras que constituem a sociedade. Ou seja, sem a participação da comunidade, o objeto enquanto documento, nunca poderá existir.

A palavra documento, que vem do latim *documentum*, derivado de *docere*[1] (ensinar), remete a um panorama de ensino e aprendizagem e tem uma contextura na

[1] Mário Chagas no artigo *Em Busca do Documento Perdido*, aponta que o documento pode ser entendido por duas vias: no sentido radical do latim *docere* como um instrumento do aprendizado e como suporte

função social e educativa da memória. A memória necessitou de referências tangíveis, que permitissem novas utilizações e construções de conhecimentos, de modo que não se encontrasse presa ao princípio linear - passado, presente e futuro -, mas interligada ao contexto deste tempo e passível de atualizações (CUNHA, 2011). A partir dos anos 1920-1930 a memória é vista como fenômeno coletivo, podendo ser compartilhada, com fortes elementos afetivos e elevados meios de identificação.

Nesse sentido, pode-se compreender que o passado pode ser permanentemente reconstruído, os objetos culturais podem ter vitalidade e as tradições são capazes de serem dinâmicas dentro da memória. Assim, fala-se de uma memória coletiva, instituída por Halbwachs (1990), como aquela que ganha força nas lutas sociais pelo poder, sem deixar de lado a presença de uma sociedade ausente de escrita e vivenciada num contexto não linear, mas flexível de acordo com a realidade social dos grupos.

No tocante das instituições que detém os documentos, vale ressaltar que os 'lugares de memória', termo cunhado por Nora (1993), entram em cena como espaços legitimados e instituídos tendo três sentidos: material, funcional e simbólico. Dentre esses lugares de memória, os museus têm uma importância por serem pioneiros nos estudos informativos dos objetos, contribuindo na mediação documentária do objeto para documento (SOUZA; CRIPPA, 2010).

Diante da multiplicidade conceitual do documento, estabeleceu-se uma categorização temática baseada na literatura científica nacional e internacional sobre o termo 'documento' em três esferas tendo o documento como: valor informativo, cenário crítico-teórico e dispositivo social. Por fim, foi exposto e discutido quais os objetos que fazem parte da mediação documentária na CI brasileira e internacional. Os autores contemplados na pesquisa foram: Briet (2016), Buckland (1991, 1997), Frohmann (2007, 2009, 2012), Gugliotta (2017) Lopéz Yepes (1997), Lund (2009), Meyriat (1981) e Otlet (1937).

A pesquisa não tem o objetivo de explicitar, com exatidão, a definição correta de documento, mas de apresentar as noções em uso e os desdobramentos conceituais, teóricos e aplicados que o termo provoca, em consonância com os objetivos do presente trabalho.

---

da informação desde que o objeto seja problematizado. O autor explora os bens culturais materiais como fontes de investigação de pesquisas dentro do espaço museológico. Castro (1988) também traz a ideia de bens culturais ao propor uma abertura no conceito de documento classificando como: restrito (livro, folheto, relatório, revista) e amplo (bens culturais, monumentos).

2.1 O documento como valor informativo

No plano epistemológico, a informação é configurada como a essência e o conteúdo do documento, tendo sua força motriz no aspecto valorativo e sustentada por um suporte e/ou formato. Logo, o documento não existe a *priori*. Para que haja um *status* de documento, a informação é a peça-chave para determinar se o objeto pode ser considerado um documento, evidenciando a presença de uma vontade humana e de uma ação subjetiva, que somente é atribuído a *posteriori*. Nesse raciocínio, Smit (2000, p. 3) tece uma alegoria entre o documento e a informação representando-os como "[...] duas faces da mesma moeda, sendo que uns prestam mais atenção a uma face, outros à outra, mas não é possível descolar as faces da moeda".

Antes de adquirir o valor informativo, o objeto sofre interferências externas e internas de quem o está interpretando, há uma intermediação entre objeto e indivíduo/grupo, provocando o exercício de interrogar tal item por meio da materialidade (suporte) e da imaterialidade (informação). Após esse processo, o objeto passa a ter um valor informativo do ponto de vista de quem o concedeu, tornando-se um documento, fruto de uma rede de operações e relações.

Paul Otlet (1868-1944), consolidou a premissa de que o documento é a expressão do pensamento humano. Filiado a essa concepção cognitiva do documento, Juvêncio (2021) reflete de maneira construtiva a definição posta pelo jurista belga, na qual o documento é inerente de um organismo social e vulnerável às manipulações, trazendo Le Goff (2013, p. 497) quando declara que "Todo o documento é mentira".

Relembrando a origem dos documentos como fontes de testemunho, Suzanne Briet (1894-1989), propôs uma definição de documento que caminha numa relação com o registro do conhecimento, superando a visão universalista de Otlet, podendo o documento ter uma natureza simbólica, sem anular a evidência física. O documento tem "[...] a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual" (BRIET, 2016, p. 1). A documentalista demonstrou um processo documental, na qual os documentos são: reproduzidos, selecionados, resumidos, descritos e traduzidos. A autora acrescentou os aspectos científicos e ideológicos que fazem parte desse processo documental.

Mesmo não negando a função de prova, Briet (2016) acrescenta elementos simbólicos e intelectuais na construção do que se entende por documento, trazendo à tona

a importância desses materiais como fontes de pesquisa que podem gerar e disseminar novas informações, além de serem instrumentos sociais e comunicativos.

Buckland (1997, p. 806, tradução nossa) deduz quatro processos para que um objeto se torne documento de acordo com o manifesto de Suzanne Briet:

1) Materialidade: somente objetos físicos e sinais físicos;
2) Intencionalidade: o objeto seja tratado como prova;
3) Processamento: os objetos têm que ser transformados em documentos;
4) Posição fenomenológica: o objeto é percebido como sendo um documento.

Compreende-se que a informação não está clara nos processos anteriormente citados e de que a materialidade caminha em harmonia com a imaterialidade, corroborando com a ideia inicial de que o documento é considerado como tal a *posteriori*, a partir da intervenção humana, que percebe o objeto como um documento ao estabelecer um valor informativo.

No encalço da corrente francófona, Jean Meyriat (1921-2010) percorre uma noção do uso do documento no viés da comunicação (emissor e receptor), afirmando que qualquer objeto é válido para ser um documento segundo os pontos de vista e das práticas da Documentação. O autor sinaliza que o documento tem a função de informar ou se informar, sendo a segunda a mais importante e indispensável. Para que o objeto se converta em documento, o receptor precisa exercer uma ação – buscar a informação no objeto – entendendo que "*Todo objeto pode, então, se tornar um documento*" (MEYRIAT, 1981, p. 242, grifo do autor).

A definição de documento para o autor tem duas vertentes: ampla e limitada. É ampla porque qualquer objeto pode ser documento e limitada, pois o uso do termo 'informação' só exerce sentido para o emissor e o receptor. Nessa linha de raciocínio, Meyriat (1981) aprofunda a definição sustentando que um mesmo objeto pode se configurar em vários documentos distintos, uma vez que a informação contida no objeto jamais acaba. Logo, não existe o documento já estabelecido, é necessário um aporte subjetivo que sofra uma influência direta/indiretamente dos elementos sociais, culturais, políticos, ideológicos e econômicos.

Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982) exploram o conceito de documento sob o caráter simbólico-abstrato, exercendo uma separação entre palavra (termo) e objeto (entidade). Para os autores é necessário estabelecer três conceitos operacionais que irão

auxiliar na construção conceitual do termo documento, são eles: 1) acesso filológico (semântica – uso/menção), 2) acesso normal (síntese complementar – menção) e 3) acesso construtivo-funcional (comunicação humana)[2].

Existe uma ligação entre o que se entende por documento entre Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982) com Meyriat (1981) e Suzanne Briet, pois baseiam-se na implicação de uma ação humana que requer um uso e no valor informativo de um objeto para que este se torne um documento. Mais adiante, na obra *Concepción Lógico-Lingüística de la Documentación* em 1983, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, admitem que o uso é o que decide o caráter documental.

Johanna Wilhelmina Smit no livro *O que é documentação*, apresenta de forma implícita o documento, porém demonstrando que no contexto da Documentação o documento é tido como "mercadoria" que traz diversas informações ou conceitos, exemplificando os materiais escritos como livros e revistas. A partir dessa associação do documento como mercadoria, pode-se tecer um ponto com o uso trivial do próprio termo "patrimônio" advindo das influências econômicas, na qual o valor de uso é convertido em algumas circunstâncias para fins econômicos, como produtos culturais para serem consumidos, reduzindo o senso de identidade e as relações sociais.

A autora segue na mesma linha de Suzanne Briet, ao denotar os objetos como evidência, no qual precisam de um valor atribuído, sendo esse valor a informação. Esclarece a autora, ainda, que esses objetos podem sofrer inúmeras variações no seu uso, devido às construções teóricas e históricas distintas de cada objeto.

Michael Keeble Buckland introduziu suas pesquisas acerca do documento sob o prisma crítico-teórico, consagrando-se como um dos estudiosos dos anos 1990 a dar início a chamada Neodocumentação. O seu famoso artigo intitulado *Information as Thing* em 1991 foi considerado um divisor de águas ao reintroduzir o conceito de documento no campo da Ciência da Informação numa postura mais pragmática, apoiando-se em Suzanne Briet ao denotar que o documento depende da vontade humana, ou seja, é necessário uma ação como já bem propôs Meyriat (1981); sendo tudo o que é produzido pelo ser humano angariando uma relação com o caráter comunicativo, em que haja um

[2] Os autores ao abordarem sobre a etimologia da palavra documento, afirmam que o radical *docere* que provém do latim, manifesta claramente o processo da comunicação humana. Por meio disso, é possível associar ao que Meyriat (1981) já vinha discutindo sobre o uso da noção de documento sob o viés da comunicação. Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982) dividem a comunicação humana em: E (-missor), R (-eceptor), D (-estinatário), O (-bjeto), M (-ensagem), C (-ódigo linguístico-cultural), S (-ociedade), r (-uído) e K (contexto discursivo).

processo com a finalidade de fornecer informação para que o objeto seja um documento. O autor sinaliza ao dizer que os objetos não são documentos no senso comum.

Buckland (1991) classifica os objetos como: artefatos para construir discurso (ex: textos); artefatos para não construir discurso (ex: navios); e objetos que não seriam objetos como tais (ex: antílopes). O autor conclui a linha de pensamento expondo que os objetos adquirem valor informacional a partir do que eles representam individualmente, pois os indivíduos podem ter diferentes meios e finalidades de uso de um mesmo objeto que pode ou não exercer um processo comunicativo e informativo para se constituírem como documento.

Na linha de pensamento de López Yepes (1997), o documento é fruto da invenção humana, configurando-o como produto de uma atividade social que apresenta valor informacional tanto intrínseco (discurso do objeto) quanto extrínseco (discurso sobre o objeto). O autor também utiliza os estudos da corrente francófona para explanar o conhecimento científico do documento.

O simples ato de extrair a informação do objeto, revela que sem a informação não tem como existir o documento, pois ele é produto das ações humanas, das práticas sociais e dos elementos comunicacionais, atuando como instrumento de ensino, fazendo jus a carga etimológica proveniente do radical *docere*. O valor informativo é o coração do documento que propicia diferentes pontos de vista de quem está interpretando tal documento, ocasionando em novas informações e construções do conhecimento, sofrendo intervenções sociais, culturais, políticas, ideológicas e econômicas.

2.2 O documento no cenário crítico-teórico

Questões documentárias no escopo da sociedade contemporânea permitiram que conceitos redescobertos na CI sobre o documento fossem explorados, possibilitando que o meio físico e digital coexistissem nas discussões do que é um documento. A concepção de Neodocumentação surge na CI num cenário crítico-teórico dos anos 1990, inicialmente, por Frohmann (2007, 2009, 2012) e Rayward (1996), que propõe o uso do termo informação pelo termo documento, resgatando as práticas sociais, culturais, políticas e econômicas ligadas ao contexto do documento, com a finalidade de promover investigações sobre a complexidade dos fenômenos informacionais.

A Neodocumentação não despreza a referência dos teóricos da Documentação tradicional, mas busca, ainda, ampliar os estudos otlet-brietianos compreendendo a

migração do documento para o âmbito digital. Essa corrente de pensamento é marcada por pesquisadores anglo-americanos, dentre os quais destacam-se: Bernd Frohmann, Michael Buckland e Niels Lund. Saldanha (2013) expõe que a neodocumentação não tem a pretensão de voltar às origens clássicas do suporte físico, mas de remodelar essa concepção materialista, por meio das indagações atuais sobre o documento:

> [...] não se pode esquecer que o "neodocumentalismo" se organiza no âmbito de um mundo atravessado pelo "determinismo digital", onde a web se apresenta como um dos palcos centrais de atuação do homem. Se é um discurso organizado, ele se dá junto do nascimento, crescimento e consolidação da web como espaço de construção de significados sociais na ampla esfera das relações humanas em caráter mundial. Deste modo, reflete não uma visão passadista – retomar o "documento" em seu caráter físico como objeto-chave de nossa reflexão, como pode, por vezes, significar –, mas "refundar" nossa ideia de materialidade. (SALDANHA, 2013, p. 73).

No texto *What Is a "Document"?*, Buckland (1997) não se compromete em definir o que é documento, mas sai do enfoque exclusivo ao texto impresso para questionar os documentos não textuais, revisitando Suzanne Briet e Paul Otlet ao assegurar que o meio digital é uma parte crucial para o desenvolvimento do conceito de documento. Cabe mencionar que Levy (1994) já discorria acerca dos documentos digitais, no qual todos os documentos, independentemente do tipo de suporte sofrem oscilações entre dois polos: fixos e fluídos. Buckland (1997) explora a noção de documento mediante a semiótica ("signo natural" que são as coisas informativas, mas sem a intenção de comunicar) e a antropologia (ao explicar a cultura material como evidências significativas na Documentação).

Com base num olhar mais holístico e alicerçado da neodocumentação, Bernd Frohmann no artigo *Revisiting "What Is a Document?"* traz a ideia de um aspecto simbólico do documento – como meio/plataforma discursiva -, em que habita a ideia de materialidade em paralelo ao caráter social da informação, além de romper a finalidade exclusiva do documento como evidência. Frohmann (2009), que se reconhece na corrente francófona otlet-brietiana, enfatiza o documento sob o viés das práticas documentárias, caracterizando-o como uma entidade social viva que possui relações de poder e sofre influências de elementos ideológicos, bem como das lutas sociais e políticas plurais (ORTEGA; SALDANHA, 2017).

Em trabalhos anteriores, Frohmann (2007) já comentava sobre os documentos por intermédio das ferramentas teóricas da Documentação – multiplicidade, materialidade e

agência autônoma –, na qual os documentos "[...] vêm em muitas formas, são feitos de muitos tipos diferentes de material, e têm várias propriedades institucionais e culturais" (FROHMANN, 2007, p. 2, tradução nossa), sendo essa multiplicidade que garante a materialidade do documento.

Frohmann (2009) é movido por três motivações filosóficas para pensar o conceito de documento sem a presença da pergunta "o que é documento?", sendo: instrumental (não tem a intenção da natureza real da coisa definida), realista (especifica as características significativas das coisas) e fundamentalista da linguagem (assume sempre o que é dito). O autor aborda o documento como uma ação da linguagem e insere as relações de poder no contexto das práticas sociais advindas das propriedades das práticas documentárias (materialidade, lugares institucionais, modos como são socialmente disciplinadas e contingência histórica), em que a substância abstrata, imaterial e mental são crucias para que o documento tenha um valor informativo:

> [...] é preciso o pensamento para transformar documentos de matéria sem vida para informação viva. Um documento, aparentemente, pode ser informativo somente se o leitor for formado mentalmente, um processo imaginado como se o conteúdo do documento se tornasse presente nas mentes dos leitores quando estes se encontram no estado mental de compreensão do documento. (FROHMANN, 2012, p. 232-233).

Niels Windfeld Lund no trabalho *Document Theory* tece uma estreita relação com a tríade – abstrato, imaterial e mental - das substâncias propostas nos estudos de Bernd Frohmann. Para Lund (2009) os fenômenos documentais podem ser analisados por três ângulos: físico, social e mental, no qual atuam entre si por diferentes meios e suportes. O documento para o teórico tem: um contexto que serve para delimitar a natureza documentária; abrange a comunicação, o que possibilita o compartilhamento social; e atua como o protagonista no papel social de uma comunidade.

Lund (2009) também insere na composição dos documentos os meios digitais, em que exemplifica através de uma equação: documento = publicação + indicação de acesso, enfatizando os fins de preservação e expansão do conhecimento atrelado a esses tipos de suportes. O autor não chega a definir o que é documento, mas enaltece que "O tempo dirá como o conceito de documento desempenhará um papel duradouro [...]" (LUND, 2009, p. 42, tradução nossa) sem restringir esse conceito no campo da Ciência da Informação.

Lund (2009), Frohmann (2007, 2009, 2012) e Buckland (1991, 1997) no cenário da neodocumentação, trazem para o debate sobre a noção de documento três marcas importantes: o caráter social, a relação com a informação e o meio digital, com base nas obras dos documentalistas clássicos.

2.3 O documento como dispositivo social

Retomar elementos constituintes da Comunicação no campo documental não é incomum. O termo "dispositivo" é um desses componentes que mesmo sendo vastamente usado na sua forma unidimensional – técnico-tecnológico -, é trabalhado nas modulações conceituais do documento sob o prisma socioantropológico.

Os dispositivos têm "[...] a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEN, 2005, p. 13). Os dispositivos só operam com a existência dos sujeitos, ao ponto de reproduzir sentidos para a sociedade e resultando nas ações dos vínculos com o meio em que se encontram.

Na perspectiva social, os dispositivos atuam na sociedade, na linguagem e na tecnologia, por meio de diferentes contextos e grupos sociais, nos quais as ações humanas são protagonistas desses dispositivos que exercem relações de poder[3], comportamentos, práticas, ideias e discursos. A ideia de conceber o documento como dispositivo social, é devido, substancialmente, ao papel ativo do ser humano e das conexões entre o fenômeno social e o sujeito, seguindo a concepção do valor informativo que foi abordado na seção anterior.

O documento como dispositivo social é encontrado no artigo *Pensando e Repensando o Documento* de Alexandre Carlos Gugliotta, conceituando dentro de uma interrelação com as perspectivas tradicionais e inovadoras, que, segundo Rabello (2011) foi o marco no campo da CI para pensar o documento a partir de uma perspectiva social. Gugliotta (2017) no trajeto dos teóricos Paul Otlet, Suzanne Briet e Bernd Frohmann, traz a ideia do documento como: frutos de uma ação humana, mediadores, ferramentas que exteriorizam o conhecimento e um conjunto de vínculos sociais, além de corroborar que

[3] A pesquisa segue o pensamento foucaultiano entendendo o poder nos microespaços no contexto das formações sociais, de acordo com a obra *Diálogos sobre o Poder*. "O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações" (FOUCAULT, 2006, p. 262).

o documento não é natural. Ou seja, é preciso um processo de simbolização para o que documento se torne como tal. O documento é criado para fins externos com a capacidade de prestar uma comunicação e testemunho.

No que concerne às reflexões em torno do documento, Gugliotta (2017, p. 320, grifo nosso) elucida seis critérios que devem compor o documento na tessitura de uma linha foucaultiana:

> 1 - Obediência a uma **historicidade**;
> 2 - Relações e **jogos de poder** que expressam definições sociais e culturais de um determinado grupo;
> 3 - Consideração ao **universo de produtores**;
> 4 - Contexto de **produção** que os originou;
> 5 - Aspecto do **agenciamento**;
> 6 - **Reações** que geram nas pessoas, de determinarem **novas posturas**.

É provável notar o embasamento do aspecto externo e contextual do documento distribuídos nos seis critérios mencionados, não dando uma exclusividade aos documentos como simples fontes de informação. O documento deve ser compreendido como dispositivo social que é movido por constantes mudanças, dependente das ações dos sujeitos e vinculado à produção de conhecimento no viés das práticas sociais.

2.4 Objetos integrantes da mediação documentária

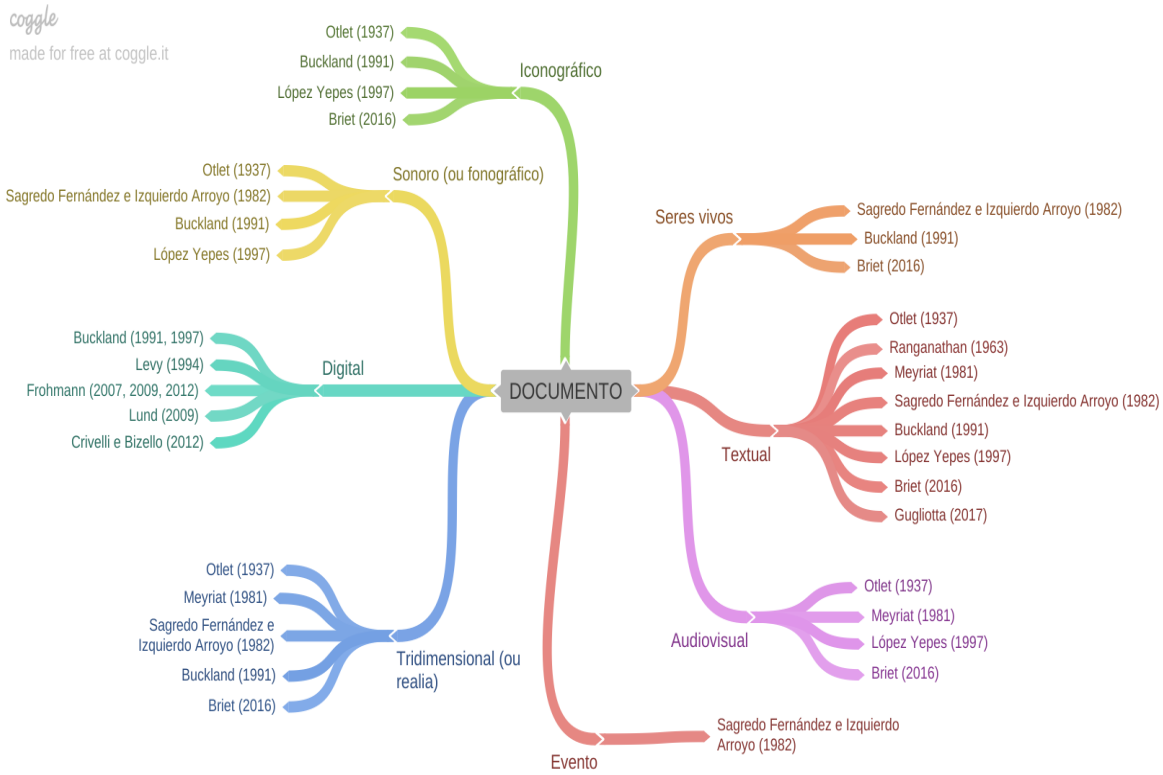
Os objetos conservam a informação que ainda está em estado de repouso, tendo o *status* desde a *priori*, diferente dos documentos que só existem a *posteriori*, por meio da ação humana quando busca a informação contida no objeto e atribui um valor informativo. Não há critérios para que o objeto seja um documento, qualquer um, independentemente do tipo de suporte e formato se encaixa nos padrões para ser eleito como um documento.

Por ter uma característica acumulativa e oriundo das práticas científicas e tecnológicas, o objeto (ou artefato) tem uma natureza simbólica e atributos próximos dos gêneros documentais, como o ato de comunicar, a interação com o meio e o uso. Os objetos são responsáveis por transmitir a informação na composição dos elementos que sirvam às necessidades e expressões das atividades humanas.

Antes de discorrer como a literatura científica aborda quais são os objetos contemplados enquanto documentos, apresenta-se um mapa mental por meio da Figura

1, a fim de sistematizar, identificar e interpretar como os autores se encaixam na diversidade dos artefatos, de acordo com as concepções discutidas no contexto da pesquisa. A categorização foi construída tendo o documento como a unidade principal, ramificado pelos gêneros documentais: textual, iconográfico, sonoro (ou fonográfico), digital, tridimensional (ou realia), evento, audiovisual e seres vivos, e os teóricos que convergem para cada tipologia.

Figura 1 – Mapa mental dos gêneros documentais



Fonte: A autora (2021)

O documento perpassa os muros de materiais amparados na textualidade, para que outras categorias não meramente destinadas à comunicação sejam adicionadas. De acordo com Otlet (1937), o documento é: "[..] o **livro**, a **revista**, o **jornal**; é a **peça de arquivo**, a **estampa**, a **fotografia**, a **medalha**, a **música**; é, também, atualmente, o **filme**, o **disco** e toda a parte documental que precede ou sucede a **emissão radiofônica**" (OTLET, 1937, n.p., grifo nosso). Crivelli e Bizello (2012) ainda acrescentam outros itens que se encaixariam nessa definição atualmente, como: **cartões de memória**, **discos digitais** e **repositórios virtuais**.

O jurista belga expandiu o conceito de documento incluindo os objetos tridimensionais como a escultura no escopo da escrita do *Traité de Documentation*, em que a Realia é descrita como parte dos objetos documentais por si mesmos pertencente aos museus, sendo: "[...] as **amostras**, **espécimes**, **modelos**, **facsímiles** e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a **três dimensões** e, eventualmente, **em movimento**" (OTLET, 1937, n.p., grifo nosso).

Para Briet (2016, p. 10) podem ser documentos: **notícias**, **jornais**, **revistas**, **filmes**, **cátedras**, **conferências**, **laboratórios**, **catálogos – guias**, **objetos**, **amostras**, **animais**, **fotografias**, **catálogos – programas**, **discos**, **fichas**, **pastas**, **registros**, **anúncios**, **anuários**, **diretórios**, **dicionários**, **gramáticas**, **cronologias**, **atlas**, **guias**, **tratados**, **manuais**, **textos jurídicos**, **legislativos**, **históricos**, **literários**, **enciclopédias**, **patentes**, **catálogos**, **fichários**, **registros**, **catálogos**, **bibliografias**, **documentografias**, **guias de pesquisas**, **cadastros de fontes**, **cadastros de instituições**, **seleções**, **extratos**, **resumos**, **recensões**, **traduções**, **revisões de literatura**, **edições documentárias**, **boletins**, **cursos e comissões**.

Em contrapartida das definições otlet-brietiana, o bibliotecário Ranganathan (1892-1972) na obra *Documentation and its facets*, assegurou que os materiais audiovisuais e os objetos museológicos não são documentos. Ranganathan (1963) expôs dois argumentos principais para fundamentar seu posicionamento: a ausência da expressão do pensamento humano e o registro, integrando a forma geométrica da superfície:

> Mas eles não são documentos; porque não são registros em materiais aptos para manuseio ou preservação. Estátuas, peças de porcelana, e o material exposto em um museu foram mencionados porque transmitem o pensamento expresso de alguma forma. Mas nada disso é um documento, pois ele não é um registro em uma superfície mais ou menos plana. (RANGANATHAN, 1963, p. 41, tradução nossa).

A definição de Ranganathan (1963) apaga os vestígios dos meios e das finalidades distintas dos objetos, anulando: a abstração; o questionamento; a problematização; o trabalho intelectual; o caráter social, político e ideológico; a fonte para pesquisas e investigações; e até mesmo o conteúdo da comunicação fornecida, tendo como exemplo a Estátua, que pode possuir sentido e se configurar como documento para um especialista que a estuda. Buckland (1997) afirma que a partir de 1928 os objetos museológicos foram inseridos nas definições de documento, sem contar que a corrente otlet-brietiana já

buscava compreender as implicações intrínsecas presentes nos objetos para, assim, entendê-los como documentos; uma prova disso consiste no clássico exemplo do antílope por Briet (2016).

Meyriat (1981) cita alguns objetos que podem ser documentos: **pedras**, **cerâmicas**, **conchas**, **pergaminho**, **papel**, **filme**, **trajes**, **esqueleto**, **jornal** e **carta**, sem isentar os objetos museológicos. Na percepção do autor, o documento se transforma e não exerce uma limitação na sua constituição, além de afirmar a multiplicidade de documentos que um mesmo objeto pode proporcionar, tendo uma fonte informativa inesgotável.

O documento-suporte segundo Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1982) são: **escritos**, **orais**, **coisa** (seres naturais e artificiais), **pessoa** (seres vivos), **evento** (acontecimentos históricos e especialmente naturais e dentre outros) e **ação**.

Buckland (1991) classifica os objetos como: artefatos para construir discurso (ex: textos); artefatos para não construir discurso (ex: navios); e objetos que não seriam objetos como tais (ex: antílopes). Os documentos mencionados foram: **cartas**, **livros**, **jornais**, **diagramas**, **mapas**, **figuras** e **gravação de sons**. O autor trata esses documentos como de uso convencional, sendo uma fonte de informação física.

López Yepes (1997) cita diversos documentos em distintos suportes, como: **livro**, **revista**, **fotografia**, **pintura**, **disco**, **filme**, **vídeo**, **disquete**, **monografia**, **CD-ROM**, **artigo científico**. O autor para adentrar na natureza dos documentos categoriza-os em oito tipologias:

1) Forma de representação da mensagem no suporte físico;
2) Nível de difusão;
3) Grau de originalidade em sua criação;
4) Grau de modificação da natureza da mensagem como resultado da análise documental;
5) Grau de transformação da mensagem documentária suportada no documento;
6) Situação no âmbito do sistema das ciências: político, econômico, demográfico, religioso e dentre outros;
7) Grau de permanência da mensagem ao longo do tempo;
8) Natureza do código ou modo tecnológico de representação da mensagem.

Encerrando as explanações dos autores, Gugliotta (2017) menciona três documentos no viés institucional, sendo: as **escrituras de imóveis**, os **artigos científicos** e os **documentos de identidade**, deixando a forte presença desses documentos como fontes de prova e comunicação.

De acordo com os objetos levantados, nota-se que não somente os de natureza textual e arquivística são os únicos na configuração do documento. A partir da inserção dos objetos encontrados fora do campo da Documentação, houve uma noção que compreendeu outras áreas do conhecimento, ampliando os discursos de cunho informacional, explorando variadas tipologias documentais ao permitir o exercício de problematizar e questionar os objetos.

Compreender os objetos que podem ser convertidos a documentos está muito além do suporte, já que a expressão e os discursos que percorrem o pensamento humano foram citados como divisor de águas no conjunto de relações sociais que cercam os documentos. Dizer que o objeto se restringe ao aspecto físico, é marginalizar os meios digitais que já estão em cena no mundo pós-moderno e que são objetos fundamentais tanto quanto os materiais. A dinâmica do contexto digital promoveu uma notória intencionalidade comunicativa e na criação e reinvenção de cenários dantes já vistos no universo documental, mudando a “estabilidade” da necessidade humana para uma “instabilidade” flexível e que está em constante transformação, promovendo diferentes capacidades informativas.

3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Al considerar al patrimonio cultural como un conjunto de manifestaciones y representaciones históricas y contemporáneas multidisciplinarias, se tiene que incluir al patrimonio bibliográfico y documental como parte inherente del mismo.[4]
(Juan Miguel Palma Peña, El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidade)

A ampliação dos objetos patrimoniais no escopo documental trouxe modalidades discursivas vinculadas a um testemunho tangível das práticas humanas na sociedade. O patrimônio por ter um caráter difuso, traz consigo diferentes naturezas de objetos que podem absorver uma função informativa e, consequentemente, se tornar um documento. Pensar na junção do patrimônio com o documento, o denominado Patrimônio Documental, é poder explorar, no cenário multidisciplinar, diversas questões que convergem numa pauta que não isola as manifestações advindas do patrimônio cultural.

O patrimônio documental é decorrente de uma luta social e ideológica que fomenta, em grande parte e em larga escala, as falas legitimadas pelo Estado, em detrimento das falas plurais existentes na sociedade. Logo, surgem os seguintes questionamentos: em que ponto essa base estatal está atingindo as coleções que comportam o patrimônio documental? Que motivações ideológicas perpassam esses documentos patrimoniais, e que podem até condenar ao esquecimento obras que não foram contempladas por não seguirem os parâmetros estabelecidos pelas instituições públicas voltadas a ciência? Até onde vão esses limites regidos pelo aparelho estatal em relação ao patrimônio documental?

Os pontos de aproximação dos termos patrimônio e documento são plurais e complexos, sendo regidos por forças políticas, legais, econômicas e ideológicas, que se tornaram elementos-chave na demarcação conceitual e nos atributos simbólicos, crítico-teóricos e sociais. Ambos os termos, demonstram claramente a presença da cultura, memória e informação, que agregados às outras esferas do saber científico podem contribuir para a ampliação e produção de novos conhecimentos, sobretudo, na dimensão social.

[4] Ao considerar o patrimônio cultural como um conjunto de manifestações e representações multidisciplinares históricas e contemporâneas, o patrimônio bibliográfico e documental deve ser incluído como parte inerente do mesmo. (Juan Miguel Palma Peña, O patrimônio cultural, bibliográfico e documental da humanidade).

A presença do patrimônio documental em nossa realidade permite considerar os aspectos dinâmicos da relação identitária patrimonial dos itens com o país de origem. Essa presença se centraliza nos impactos e nas funções sociais dos envolvidos, com o intuito de garantir, consideravelmente, uma preservação a longo prazo.

Para avançar a discussão, a próxima seção se dedicará a discussão sobre a noção de patrimônio, para então encaminhar nas demarcações sobre o conceito, ainda em formação, patrimônio documental.

3.1 Breve contextualização da noção de patrimônio

A designação do emprego do termo patrimônio revela os processos de construção da vida social e cultural. Uma palavra de caráter milenar e usada no cotidiano para expressar os mais variados processos de qualificações (econômica, jurídica, histórica, imobiliária, ecológica). O patrimônio tem seu emprego arraigado a um sentido comum de propriedade, ou seja, a ideia de acúmulo de bens reunidos e pertencentes a um determinado proprietário.

A concepção de colecionismo dentro do patrimônio reflete ações etnocêntricas realizadas no percurso da história, além de ser uma prática usual, pois "[...] todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao 'outro'" (GONÇALVES, 2009, p. 26). O conjunto de coleções não concebe um patrimônio propriamente dito. É preciso, antes, reconhecer os valores da missão patrimonial para construir limites incorporados aos valores que ultrapassem os aspectos estéticos e técnicos, e que priorizem na noção de um patrimônio como sentimento coletivo de pertencimento em processo cultural, abrindo espaço para uma inclusão mais holística dos usos e da natureza do patrimônio.

De antemão, quando se pensa em patrimônio, imediatamente, surge a imagem de um monumento[5], consagrado pelos revolucionários franceses de 1789 como fruto da

[5] Vale retirar essa associação do senso comum aos edifícios e explanar de que o termo monumento origina do latim *monumentum*, que deriva do verbo *monere* ("instruir", "fazer recordar"). Considerado por Choay (2017) como uma memória viva, de uma natureza afetiva, lembrando o passado (localizado e selecionado para fins vitais) e trazendo para o presente. Em outra vertente, Le Goff (2013) exprime uma conceitualização temporal, no qual os monumentos são como materiais da memória e da herança do passado.
"O monumento muito se assemelha a um universal cultural. Sob múltiplas formas, ele parece presente em todos os continentes e em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita" (CHOAY, 2017, p. 18).

cultura material elencado, exclusivamente, nas edificações como símbolo identitário de poder e beleza. Laraia (2004) sinaliza uma crítica marcada ao longo dos tempos da supervalorização do patrimônio "pedra e cal"[6], decorrido de uma política preservacionista dominada pelo Estado e pela Igreja que abandonou as manifestações culturais.

A palavra patrimônio percorreu uma longa trajetória no mundo, desde as origens no direito romano até os dias atuais. Segundo o arquiteto-urbanista brasileiro Leonardo Barci Castriota, os romanos tinham uma concepção de patrimônio voltado ao âmbito privado e particular. O autor enfatiza que o ser humano ainda carrega rastros da origem dos romanos, associando-o como um "[...] conceito legal que tem a ver com um conjunto de bens e direitos que uma pessoa ou instituição possui" (CASTRIOTA, 2009, p. 42).

Os dicionários apresentam a visão etimológica patriarcal, as instituições como detentoras dos bens, além de evidenciar o teor coletivo. No minidicionário Houaiss o patrimônio é definido como: "Herança familiar. Conjunto de bens naturais/culturais de determinado lugar, região, país etc." (PATRIMÔNIO, 2004, p. 555). Para o dicionário Michaelis há o elemento da coletividade na definição do verbete, sendo o patrimônio: "Herança **paterna**. Bens de família. Em tempos passados, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou **coletividade**" (PATRIMÔNIO, 2015, n. p., grifo nosso).

A Revolução Francesa (1789-1799), enquanto conflito de ideais libertários, inscreveu o início da história contemporânea, em que o patrimônio estava sob a ótica do nacionalismo, no sentido de universalizar os princípios ocidentais do patrimônio, por meio de um discurso ideológico dominante com fundamentos na valorização, ou seja, numa "ética de conservação" como aborda Smith (2006), excluindo outras experiências culturais e sociais. Desse modo, o período pós-revolução ocasionou na criação, em 1837, da primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, que se limitava aos bens culturais materiais norteados, substancialmente, aos edifícios religiosos.

Posteriormente, nos anos 1980 a compreensão sobre patrimônio alargou suas fronteiras conceituais ao considerar que já não era suficiente a preservação e as reconstruções do passado. Era preciso ampliar os tipos de edificações e adicionar elementos coletivos que alcançassem setores antes marginalizados pelo Estado e pela Igreja, revelando os valores incalculáveis da diversidade dos bens que integram uma memória viva, atingindo as esferas do saber humano.

---

[6] Termo pejorativo da classe dominante que faz referência aos bens arquitetônicos durante a atuação de Rodrigo Mello Franco de Andrade no IPHAN.

O patrimônio como "discursos subalternos e discordantes", expressão cunhada por Smith (2006), inclui o valor social e cultural, em que a comunidade tem uma voz ativa e é engajada a participar junto com os especialistas nas tomadas de decisão, na transmissão de conhecimento, no sentimento de pertencimento e continuidade do bem patrimonial. É a partir dessa concepção de um patrimônio como processo cultural, que é possível discutir sobre o patrimônio cultural – elemento basilar do patrimônio documental e integrante do documento -, como uma "[...] noção maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas ou coerentes entre si" (CHUVA, 2012, p. 152).

Por estar enraizado no campo político e científico, o patrimônio cultural que percorreu diferentes visões hegemônicas, foi sendo instituído num cenário de disputas desde o final da Segunda Guerra Mundial. No âmbito internacional, temos a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* que no artigo 1 define o patrimônio cultural ainda nos moldes dos monumentos e das edificações, incluindo os sítios arqueológicos e delimitando os valores históricos, artísticos e científicos, sem apresentar tópicos que envolvam as manifestações culturais:

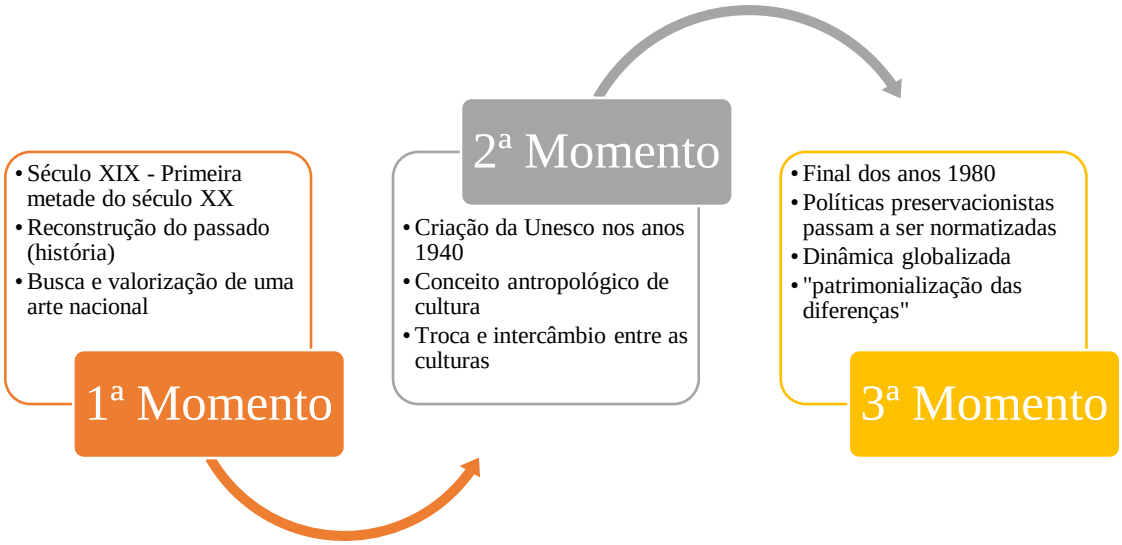
> - os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
> - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
> - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2-3).

O patrimônio cultural trouxe novas capacidades de uma mudança na construção de identidades, como também na elaboração de políticas públicas voltadas para os valores sociais e na ampliação do conceito de patrimônio, por meio de práticas socialmente mais inclusivas nas modalidades de patrimonialização tanto materiais quanto imateriais, resistindo as políticas públicas engessadas pela destemporalização[7] (RODRIGUES, 2020).

[7] Segundo o teórico literário, Hans Ulrich Gumbrecht, na obra *Modernização dos Sentidos*, a destemporalização decorre de "[...] impressões dominantes que associamos à cultura do nosso presente." (GUMBRECHT, 1998, p. 23). Para o autor, o tempo na modernidade era um agente absoluto de

Nogueira e Ramos Filho (2020) discutem sobre três grandes momentos dos processos de patrimonialização nacional, revelando a influência dos contextos sociais e históricos na ressemantização do conceito de patrimônio. No primeiro momento, houve uma reconstrução do passado e valorização da arte. No segundo, o conceito de cultura adquire um caráter antropológico. No terceiro, que inicia nos anos 1980, há um entorno na preservação das singularidades locais, ou seja, o início de uma herança coletiva e cultural. A Figura 2 mostra de forma sistemática os processos de patrimonialização explanados por Abreu (2015):

Figura 2 – Trajetória dos processos de patrimonialização



Fonte: Adaptado de Abreu (2015)

A sistematização apontada por Abreu (2015, p. 72) sintetiza as consequências dos movimentos de patrimonialização, que fazem parte do senso comum e atingiram esferas não contempladas do aparelho do Estado. Nesse escopo, a autora apresenta duas repercussões desse processo que foram:

1) Mudança do sinônimo de ouro, prata, bronze, bens duradouros no conceito de patrimônio, inserindo a argila, o barro, o efêmero;

mudança, que em detrimento desse rigor, o tempo era visto como fator meramente cronológico que determinava cada evento histórico e somente a partir da pós-modernidade, o tempo não era mais independente.

2) A participação de agentes com falas plurais, como: os especialistas, os patrocinadores, as organizações não-governamentais e as comunidades. As falas legitimadas pelo Estado deixaram de ser, exclusivamente, atributos dos processos de patrimonialização.

No âmbito nacional temos repercussões que ampliaram a noção do patrimônio cultural manifestos na Constituição Federal de 1988, quebrando gradativamente o paradigma elitista cultural ao trazer a pluralidade da identidade brasileira à luz de uma cultura antropológica; que acarretou nas expressões culturais, nas práticas e nos domínios da vida social que levam consigo impressões identitárias de lugares, saberes, formas de expressão e celebrações que corriam o risco de serem extintas, caso não fossem registradas, disseminadas e preservadas[8].

O patrimônio imaterial inaugura uma nova etapa da multidão de realidades e pontos de vista, tendo o poder de apresentar novas formas não-ocidentais e de incorporar estratos inferiores da ideologia em detrimento do discurso dominante, sendo aquela que é instável e que está em constante movimento e transformação e presente nas relações sociais.

A dicotomia – material e imaterial – configurada na definição de patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988 no art. 216, é compreendida por Chuva (2012) como uma "divisão artificial", porque fomenta num arranjo desigual de recursos, uma vez que o patrimônio material estabelece uma ligação com o imaterial, uma vez que há elementos intrínsecos entre o homem e o meio e fortes relações de poder no campo social.

No percalço da colocação de Chuva (2012) é válido destacar sobre o modo de fazer Bico e Renda Singeleza que estava na posse de uma única pessoa octogenária, sem nenhum registro materializado. Dona Marinita[9], conhecida como a "guardiã do saber",

---

[8] É importante destacar a importância da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, [2016]), em seu art. 216, que definiu o patrimônio cultural como material e imaterial, sendo o primeiro mecanismo legal a discorrer sobre os bens de natureza imaterial, sendo coletivos ou individuais, inserindo categorias antes não contempladas, como bem apresenta o art. 216:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[9] Maria do Carmo Nunes da Silva (1920-2006), filha única da Dona Filó, era artesã e antes de morrer aos 86 anos de idade, foi reconhecida nacionalmente como a primeira mulher inscrita no Programa de

era a detentora do modo de fazer Bico e Renda Singeleza durante muitos anos na cidade Marechal Deodoro, localizada no litoral norte do estado de Alagoas. Diante dessa transmissão geracional que estacionou em Dona Marinita, o modo de fazer Bico e Renda Singeleza quase deixou de existir.

A pesquisadora, arquiteta e professora, Josemary Omena Passos Ferrare, começou com uma série de estudos em campo, com o objetivo de não extinguir esse modo de fazer, além de garantir sua continuidade para diversas artesãs, por meio de oficinas, projetos como o (Re)Bordando o Bico e Renda Singeleza e recursos audiovisuais, para tornar essa prática cultural viva, passível de beneficiar o grupo identitário e representada de forma duradoura. Cabe salientar, que o modo de fazer Bico e Renda Singeleza está em Processo de Instrução para Registro[10] pelo IPHAN, a fim de se tornar Patrimônio Cultural Brasileiro.

A importância do registro, meio ou suporte, exprime valores e representações da cultura de uma sociedade que perpetua esse saber na sua configuração imaterial sob os aportes materiais, com o propósito de que a construção das narrativas dos grupos sociais alcance gerações e seja preservado, valorizado, dinâmico, visto como processo vivo e passível de transformações sociais.

3.2 Patrimônio documental: conceito em formação

Partindo para uma escala de análise nacional, o patrimônio documental "[...] ainda não se encontra bem definido, seja em âmbito científico, legal ou prático" (CRIVELLI; BIZELLO, 2019). A associação do patrimônio documental aos documentos de arquivos e históricos em sua forma física é latente, no qual encontram-se estabelecidos como

Salvaguarda do Patrimônio Imaterial do Brasil, além de ganhar um dos maiores prêmios de artesanato do país. Em 2007, o projeto (Re)Bordando o Bico e Renda Singeleza, foi contemplado pelo edital do Banco do Nordeste do Brasil Cultural e a Dona Benedita, que era vizinha da Dona Marinita, aprendeu o modo de fazer com a "guardiã do saber" já nos últimos anos de vida de Dona Marinita e pôde dar continuidade dessa prática cultural no projeto (ALBUQUERQUE; MENEZES; SILVEIRA, 2021).

[10] Para uma explanação sobre o funcionamento do Processo de Instrução para Registro pelo IPHAN, o trabalho de Albuquerque, Menezes e Silveira (2021) apresenta de maneira elucidativa um estudo sobre as tensões sociais em torno da salvaguarda de cinco bens imateriais localizados na região Nordeste do Brasil, que fazem parte desse processo jurídico-administrativo e social do IPHAN. Os bens apresentados foram:

1) Feira de São Joaquim;
2) Bico e Renda Singeleza;
3) Modo de fazer arte Santeira do Piauí;
4) Festa do Divino da Comunidade de Marmelada;
5) Ciranda do Estado de Pernambuco.

"patrimônio arquivístico", a exemplo do que consta no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*; marginalizando outras tipologias documentais em sua composição e acarretando problemas conceituais ao termo, entendido em grandes proporções no âmbito arquivístico e como bens acumulados ao longo dos séculos.

Nesse escopo de alcance terminológico, vale destacar as competências do Arquivo Nacional (2015) como instituição gerenciadora da preservação e da divulgação do patrimônio documental, assentindo novamente para a limitação tipológica do patrimônio documental no país, não levando em consideração o contexto dos diferentes marcos sociais e comunitários. A consequência disso dá margem para a construção de uma definição inflexível do patrimônio documental, dando ênfase, principalmente, à sua localização (arquivo) e/ou seu gênero documental (documento textual).

A Unesco (2015) expõe uma conceituação mais robusta traçando o pertencimento identitário, a conservação para o bem da humanidade e a colaboração das instituições, incluindo as práticas culturais, que permitem inferir o patrimônio documental dentro do escopo do patrimônio cultural. O fator desfavorável se configura no tempo do item, o que exclui os bens contemporâneos, concentrando-se no uso exacerbado do passado, anulando o sentido discursivo do patrimônio documental na atualização da memória:

> [...] documentos ou grupos de documentos de valor significativo e duradouro para uma comunidade, uma cultura, um país ou para a humanidade como um todo, e cuja deterioração ou perda seria prejudicial ao empobrecimento. O significado deste patrimônio só pode se tornar aparente com o passar do tempo. O patrimônio documental do mundo é de importância global e é responsabilidade de todos, e deve ser totalmente preservado e protegido para todos, com o devido respeito e reconhecimento pelos hábitos e práticas culturais. Deve ser acessível a todos e reutilizável de forma permanente e desimpedida. É um meio de entender a história social, política e coletiva, bem como a história pessoal, e pode ajudar a formar a base para a boa governança e o desenvolvimento sustentável. Para cada Estado, seu patrimônio documental reflete sua memória e identidade e assim ajuda a determinar seu lugar na comunidade global. (UNESCO, 2015, n.p., tradução nossa).

O Programa Memória do Mundo (MOW) atua frente à difusão e preservação do patrimônio documental mundial, conceituando o termo a partir das manifestações culturais com cobertura dos seguintes itens: móveis; constituídos por sinais/códigos; sons e/ou imagens; preserváveis; reprodutíveis e transferíveis; e frutos de um processo deliberado de documentação. Para o MOW, "O patrimônio documental não existe em um

vácuo, mas às vezes em um contexto cultural e de conservação aonde deve-se respeitar os direitos e usos tradicionais" (MEMÓRIA DO MUNDO, 2002, p. 12-13). A partir dessa afirmativa, tem-se uma visão mais pragmática do que se entende por patrimônio documental, elevando os aspectos culturais – patrimônio cultural -, a proteção dos bens, os usos e os marcos legais que devem ser estimados, conduzindo os aportes educacionais que norteiam três pontos basilares do patrimônio documental: salvaguarda, mediação e apropriação.

O MOW, com o intuito de registrar as coleções que poderão integrar o patrimônio documental, desenvolveram critérios de abrangência internacional, atingindo também os registros regionais e nacionais. Os critérios são avaliativos e relativos, que proporcionam flexibilidade frente ao contexto dos elementos que compõem o patrimônio documental que elucidam categorias próximas ao patrimônio bibliográfico no que tange aos fatores de autenticidade, assunto, forma e estilo:

> **Critério 1 – tempo**: A idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o "primeiro de seu tipo".
>
> **Critério 2 – lugar**: O lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então.
>
> **Critério 3 – pessoas**: O contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar o impacto de indivíduos ou grupos chave.
>
> **Critério 4 – assunto e tema**: O assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte.
>
> **Critério 5 - forma e estilo**: O elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou linguístico [sic], ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparição. (MEMÓRIA DO MUNDO, 2002, p. 24-25, grifo do autor).

Em última instância, o MOW ainda considera os critérios de **raridade**, **integridade**, **ameaça** e **plano de gestão**. Diante disso, o patrimônio documental por mais que evidencie uma tessitura aos itens raros, consegue abarcar outros meios que viabilizem o contexto dos diferentes tipos de documentos, agregando valores sociais, culturais, históricos e intelectuais, e trazendo mesmo que de forma tímida, os documentos digitais. O ano de criação das Diretrizes do Programa Memória do Mundo deve ser levado em consideração, visto que não sofreu atualizações e carece de novos olhares, sobretudo, para a presença da tecnologia, na qual será possível traçar um plano que se adeque à nossa realidade e que inclua em seus registros os documentos criados, originalmente, nos ambientes digitais.

A Lei Espanhola n° 16/1985 foi um dos marcos legais pioneiros a distinguir o patrimônio documental e bibliográfico no art. 49, delimitando a tipologia documental constituinte de cada patrimônio. Cabe destacar que a Lei entende por patrimônio bibliográfico as coleções bibliográficas de titularidade pública, sendo manuscritas ou impressas, encontradas nas bibliotecas e não contendo ao menos três exemplares antes de 1958. Analisando os efeitos desses critérios, constata-se que após 36 anos da data de criação da Lei, priorizando a seção especial ao patrimônio bibliográfico, está incluso a restrição da localização (biblioteca), a desconsideração de obras contemporâneas e a atribuição chave em suportes estritamente textuais.

No que concerne ao patrimônio documental, a Lei Espanhola n° 16/1985 não define o termo, porém, primeiramente, esclarece o que ela entende por documento, as expressões em linguagem natural ou convencional em qualquer tipo de suporte material, tal qual os informáticos, para posteriormente ditar os documentos que fundam o patrimônio documental, evitando assim conflitos práticos e administrativos:

> [...]
> 2. Formam parte do Patrimônio Documental os documentos de **qualquer época** gerados, conservados ou reunidos no exercício de sua função por **qualquer organismo ou entidade de caráter público**, pelas pessoas jurídicas em cujo capital participe majoritariamente o Estado ou outras entidades públicas e pelas pessoas privadas, físicas ou jurídicas, gestoras de serviços públicos no que se relacione com a gestão destes serviços.
> 3. Formam, igualmente, parte do Patrimônio Documental os documentos com uma **antiguidade superior a quarenta anos**, gerados, conservados ou reunidos no exercício de suas atividades pelas entidades e associações de caráter político sindical ou religioso e pelas entidades, fundações e associações culturais e educativas de caráter privado.

> 4. Integram, também, o Patrimônio Documental os documentos com uma **antiguidade superior a cem anos**, gerados, conservados ou reunidos por quaisquer outras entidades particulares ou pessoas físicas. 5. A Administração do Estado poderá declarar constitutivos do Patrimônio Documental aqueles documentos que, **sem alcançar a antiguidade indicada** nos apartados anteriores, mereçam esta consideração. (ESPANHA, 1985, n.p., tradução e grifo nosso).

A presente Lei torna claro o papel do sistema administrativo do Estado como o responsável pela conservação, defesa e administração do patrimônio documental, por via da participação das entidades públicas, não omitindo a sociedade e adotando marcas temporais que contemplem tanto os bens superiores a quarenta ou cem anos, quanto os de qualquer época. O interessante a ser observado na descrição dos itens formadores do patrimônio documental espanhol, está nas categorizações públicas e privadas para as diferentes linhas temporais, além do fator político e religioso englobando também as associações culturais e educativas. Em outras palavras, a fuga do lugar-comum (arquivos) para outras entidades de caráter sociocultural.

O fator curioso desse marco legal está no art. 48: "1. Para efeitos desta Lei, o Patrimônio Documental e Bibliográfico faz parte do **Patrimônio Histórico Espanhol**, constituído por **quaisquer bens**, reunidos ou não em **Arquivos** e **Bibliotecas** [...]" (ESPANHA, 1985, n.p., tradução e grifo nosso). Em primeiro lugar, o patrimônio documental está dentro do patrimônio histórico, o que difere do MOW e dos teóricos colombianos e mexicanos, ao integrarem o patrimônio documental no escopo do patrimônio cultural e não do histórico, inferindo que os aportes culturais, antes, não eram explorados no contexto espanhol. Em segundo lugar, a Lei retira a ideia de documentos, precisamente, textuais, afirmando que qualquer bem pode ser um patrimônio documental. Em último lugar, há uma discrepância, pois no art. 48 restringe a localização – Bibliotecas e Arquivos -, mas no art. 49 outros lugares onde pode haver o patrimônio documental são mencionados, como: associações culturais e educativas, fundações e entidades nas suas diversas esferas.

Sob o enfoque dos teóricos internacionais, Fernández de Zamora (2009) esclarece que o patrimônio documental não se estende somente aos documentos arquivísticos e aos livros antigos. Há mais de dez anos, o autor já questionava a problematização da relevância, do pertencimento, do reconhecimento, da revalorização e da preservação que as instituições em consonância com a sociedade precisam exercer sobre o patrimônio

documental, que é fundamental para as manifestações sociais, culturais, intelectuais e artísticas.

Nesse raciocínio, Lobelle Fernández (2015) traz uma concepção de patrimônio documental vinculada a ideia de coleção, independentemente da marca de temporalidade, eliminando a exclusividade de itens antigos na composição do termo. Cabe enfatizar de que a palavra coleção, incluída na definição de patrimônio documental é recorrente, uma vez que o *corpus* do patrimônio detém elementos acumulativos, o que ocasiona um agrupamento genuíno de objetos patrimoniais com valores informacionais. A autora acentua o patrimônio documental como uma fonte permanente de informação e uma memória da cultura humana.

Caminhando no mesmo pensamento, Dorado Santana e Hernández Galán (2015) atribuem ao patrimônio documental os bens culturais detentores de características especiais inseparáveis da vida humana em sociedade, paralelo à produção de conhecimento para as gerações futuras. Os autores conceituam patrimônio documental como "[...] uma construção sociocultural, pois está associado à percepção da passagem do tempo e à necessidade de retê-lo materialmente através de documentos que fixam e registram eventos do passado que precisam ser lembrados pelo significado social que têm" (DORADO SANTANA; HERNÁNDEZ GALÁN, 2015, p. 33, tradução nossa). O ponto prioritário dessa definição está nos eventos do passado, visto que para os autores o documento só tem significado a partir de acontecimentos experimentados no passado que carecem de registros tangíveis.

Nessa ótica, é viável a contradição da definição quando o termo "construção sociocultural" aparece, pois a fundamentação no passado está tão enraizada que o uso excessivo acaba demarcando essa marca temporal como uma referência e não como uma crítica, perdendo, assim, o tempo presente, em que as construções sociais não estão estagnadas no passado, mas vivas e dinâmicas no presente.

Em outro cenário, temos Palma Peña (2013) que não entente o patrimônio documental de maneira isolada, mas o define juntamente com o patrimônio bibliográfico, em que ambos são o pilar do patrimônio cultural da humanidade. O pesquisador mexicano faz um paralelo com as propostas do MOW, acrescentando a difusão e socialização do patrimônio documental e bibliográfico, a fim de que as sociedades possam usufruir e refletir os elementos sociais, culturais e históricos presentes nos patrimônios perante os direitos culturais. Para o autor, o patrimônio documental e bibliográfico são as:

> [...] expressões artísticas, históricas, culturais, folclóricas, educativas, intelectuais e científicas, entre outras, que foram produzidas para ser testemunha fiel do desenvolvimento das sociedades; que por sua vez, foram objetivados nos manuscritos, impressos, meios audiovisuais, documentos eletrônicos e outros tipos, cuja finalidade é armazenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar e difundir a soma de conhecimentos nessas manifestações. (PALMA PEÑA, 2013, p. 41, tradução nossa).

Palma Peña (2011, p. 309) consegue alinhar o patrimônio documental e bibliográfico na perspectiva da cidadania, tendo em vista o campo multidisciplinar do patrimônio cultural e o enfoque dos direitos humanos e culturais, que são: uso dos bens patrimoniais mediante a vivência em sociedade, o acesso à informação e à identificação das expressões bibliográficas e documentais. Diante disso, o autor destaca três tarefas pendentes do patrimônio bibliográfico e documental sob a ótica dos direitos culturais: 1) realizar investigações acadêmicas sobre aspectos informativos e educativos; 2) aumentar o acesso das sociedades às manifestações informativas com a finalidade de haver um conhecimento, valorização e conscientização; e 3) elaborar mecanismos normativos acadêmicos e legais para salvaguardar e conservar (PALMA PEÑA, 2013).

Os marcos legais e a literatura científica revelam a presença do patrimônio cultural na composição da definição do patrimônio documental como um conjunto de manifestações históricas e contemporâneas, advindas dos elementos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos. Nesse sentindo, o patrimônio documental perpassa o terreno dos aspectos, preferencialmente, textuais para compor outros suportes informacionais de caráter multidisciplinar, que expressam as tendências culturais atuais e futuras, apoiados na difusão, no uso e na valorização de acordo com a construção da realidade social dos bens.

Os conceitos analisados demonstram que o patrimônio cultural, os direitos culturais, a identidade, a mediação cultural, e a memória são indissociáveis para a construção terminológica do patrimônio documental. Cabe enfatizar os teóricos contemporâneos da América Latina, que não restringem o elemento raro e antigo como os norteadores do patrimônio documental, trazendo à luz conceitos que expressam experiências locais e centralizadas na realidade da sociedade.

A composição do patrimônio documental é exteriorizada nas expressões culturais que carregam traços subjetivos, abrangentes e complexos, e que não contam com iniciativas e mecanismos normativos satisfatórios, ocasionando problemas conceituais de natureza teórica, prática, legal e até científica.

Em continuidade na demarcação teórico-conceitual sobre patrimônio documental, foram estabelecidos os principais elementos que incidem na categorização do patrimônio documental, de forma a tornar mais compreensível os limites e alcances, as possibilidades, vertentes e características. O Quadro 1 ilustra a sistematização realizada sobre as características do patrimônio documental por meio de três linhas e colunas, divididas por categorias (macro) criadas para aglutinar os nove elementos de caracterização (micro) e suas respectivas definições, identificadas como fatores condicionantes que circunscrevem a compreensão sobre o domínio do patrimônio documental, por intermédio da literatura especializada.

Quadro 1 – Principais elementos de caracterização do Patrimônio Documental

CATEGORIA	ELEMENTO DE CARACTERIZAÇÃO	DEFINIÇÃO
CONTEÚDO	Autenticidade	Confiabilidade da coleção como tal, livre de qualquer adulteração, composta pela integridade e identidade dos documentos, sob custódia de uma instituição ou indivíduos.
	Integridade	Evidência completa e fidedigna dos documentos e da coleção que não foram modificados por nenhuma ação não autorizada.
	Abrangência	Dimensões espaciais, históricas e contemporâneas das práticas culturais, sociais, educativas, econômicas e políticas presentes nos registros documentais que constituem as coleções.
CUSTÓDIA	Territorialidade	Espaço que abriga os documentos e as coleções, bem como as relações estabelecidas com as práticas socioculturais.
	Missão patrimonial	Ações de promoção, coordenação, gestão, preservação e salvaguarda dos registros documentais e das coleções que revelem a identidade, a memória e a cultura de indivíduos, grupos sociais e/ou instituições.
MATERIALIDADE	Antiguidade	Documentos datados até o século XIX e que expressam a materialidade e a continuidade das práticas socioculturais em uma perspectiva integrada entre identidade, memória e cultura.
	Raridade	Documentos únicos e preciosos de publicação incomum de interesse histórico, geográfico, temático e institucional, com alto valor de mercado

		e fundamentado na desigualdade entre oferta e demanda.
	Forma e Estilo	Elementos estético, estilístico e/ou linguístico dos registros documentais e da coleção em suas dimensões simbólicas, artístico-culturais e sociais.
	Marcas de Proveniência	Descrições e identificações das marcas temporais encontradas nos documentos e nas coleções que estabelecem os vínculos entre o período de produção e a sociedade em uma perspectiva integrada.

Fonte: A autora (2021)

Diante do Quadro 1 é oportuno destacar quatro elementos de caracterização emergenciais que apresentam lacunas nas conceitualizações do patrimônio documental. São eles: a) **antiguidade** e **raridade**, sempre como protagonistas na demarcação conceitual do patrimônio, em que ambos os termos, individual ou integradamente, evidenciam a compreensão do material e seu domínio epistemológico e contextual; b) **missão patrimonial**, o elo indissociável de qualquer categoria de patrimônio caminha em conjunto com os aspectos identitários, memoriais, educacionais e culturais, ou seja, sem ele não é possível traçar um planejamento de gestão e salvaguarda que estejam diretamente conectado com as necessidades patrimoniais de uma determinada instituição; e c) **marcas de proveniência**, refletem o testemunho fiel da origem da coleção, vestígios singulares de elementos de sua constituição e formação: carimbos, dedicatórias, ex-libris, entre outros que dialogam com o público.

Portanto, diante de tudo o que foi explanado, nos parâmetros dessa pesquisa foi demarcado as compreensões conceituais sobre **documento**, **patrimônio** e **patrimônio documental**. O Quadro 2 elenca as definições de modo esquemático:

Quadro 2 – Definições de documento, patrimônio e patrimônio documental nos parâmetros da pesquisa

	DEFINIÇÃO	AUTORES
DOCUMENTO	Instrumento de poder e difusão, independentemente do tipo de suporte, inerente da ação humana, que sofre influência direta/indireta dos aspectos sociais, culturais, políticos, ideológicos, econômicos, que considerado quando o indivíduo/grupo/instituição atribui um valor informativo e que está, sempre, integrado ao patrimônio cultural.	(BRIET, 2016) (BUCKLAND, 1991, 1997) (FROHMANN, 2007, 2009, 2012) (GUGLIOTTA, 2017) (LOPÉZ YEPES, 1997) (LUND, 2009) (MEYRIAT, 1981) (OTLET, 1937)
PATRIMÔNIO	É o resultado das ações de colecionamento de objetos, caracterizados como processos vivos, dinâmicos e complexos em constante força de disputas de ordem política e das relações de poder, pautado pelas construções históricas, memoriais, identitárias, culturais, afetivas, econômicas, simbólicas, ideológicas, éticas, atuando por meio de recortes (para "que" serve? Para "quem" serve?), com interesses, origens e valores de usos plurais, que transmite um sentimento de pertencimento, criando significados e conhecimentos diversificados.	(CHOAY, 2017) (CHUVA, 2012) (FUNARI; PELEGRINI, 2009) (GONÇALVES, 2009) (SMITH, 2006)
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	Toda coleção de documentos de natureza extremamente variada, pertencente a qualquer época, que são parte de um conjunto de manifestações e representações culturais, históricas e contemporâneas, tendo aporte na memória social, na cidadania, na identidade, na educação e na diversidade da humanidade; configura-se também como recurso de informação e cultura, de titularidade pública ou privada que contempla espaços: sociais, inovadores, identitários, humanísticos, culturais, científicos, históricos, memoriais, tecnológicos, por meio do vínculo com o país de origem, que carrega atributos, substancialmente, informacionais, a fim de garantir a preservação, difusão, salvaguarda e geração de novos conhecimentos.	(CRIVELLI; BIZELLO, 2019) (ESPANHA, 1985) (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2009) (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1996) (LOUREIRO, 2020) (MEMÓRIA DO MUNDO, 2002) (PALMA PEÑA, 2013) (UNESCO, 2015)

Fonte: A autora (2021)

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Quantos aos objetivos, a pesquisa se baseia como descritiva, que demanda do investigador um apanhado de informações sobre o que deseja pesquisar (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois ampara-se em registros da literatura científica consolidada para composição do *corpus* e estabelecimento das análises dos resultados, tendo como fontes de informações os livros e os artigos de revistas.

A pesquisa tem um aporte qualitativo, pois se propõe a aprofundar a compreensão de um objeto, suas relações e circunstâncias de produção e organização em um contexto social bem demarcado para produzir novas informações. Cabe destacar que durante as análises, a orientação quantitativa foi complementada a partir de indicadores bibliométricos para demonstrar padrões acerca das variáveis que se vinculam ao *corpus* da pesquisa. A junção das orientações qualitativa e quantitativa favorece o entendimento acerca dos objetos da pesquisa, sem anular as inter-relações entre ambas no momento das análises.

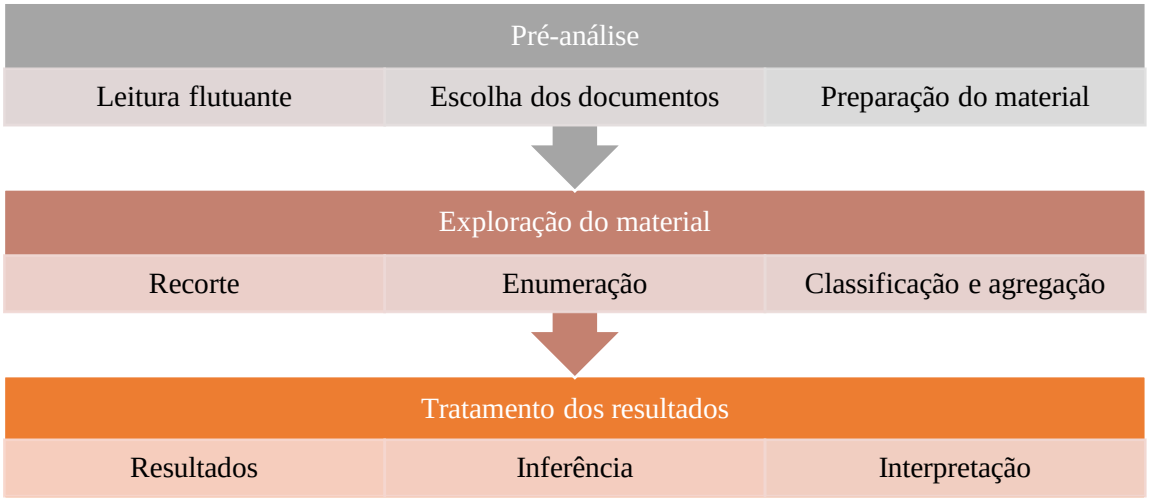
O estudo foi pautado nas três etapas cronológicas propostas por Bardin (2008): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A autora define a análise de conteúdo como:

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2008, p. 44).

Por seu caráter social, a análise de conteúdo permite a classificação em categorias que auxiliam no entendimento do que está por trás dos discursos, além de enriquecer a leitura alcançando um nível de profundidade nos textos que apresentam mensagens de duplos sentidos, ultrapassando as incertezas.

As etapas distribuídas por esses três polos cronológicos trabalhadas na pesquisa são exploradas nas próximas subseções e estão sintetizadas na Figura 3. O polo correspondente ao tratamento dos resultados, bem como a inferência e a interpretação, que diz respeito aos quadros, demonstrando os resultados e base para a aplicação de uma outra análise conforme as dimensões teóricas, em consonância com as demais considerações.

Figura 3 – Etapas da análise de conteúdo utilizadas na pesquisa



Fonte: Adaptado de Bardin (2008)

4.1 Pré-análise

Trata-se da etapa inicial da análise que consiste na organização e sistematização das ideias introdutórias, apresentadas em três missões: seleção dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos e a construção de indicadores que fundamentam a interpretação final (BARDIN, 2008). As missões estabelecem uma conexão mútua e não precisam, rigorosamente, seguir uma ordem cronológica.

O levantamento de hipóteses não foi posto para a presente pesquisa, visto que para a pesquisa, essa missão não teria uma utilidade prática face aos objetivos, além de não ser obrigatório ter como guia um *corpus* de hipóteses para fluir as análises. Também não se seguiu a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, uma vez que foi inserido na seção posterior, em que se privilegiam as análises. Diante disso, as atividades não estruturadas contempladas no trabalho foram: leitura flutuante, escolha dos documentos, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores e preparação do material. As atividades são descritas a seguir:

- Leitura flutuante

Bardin (2008) retirou esse termo “flutuante” das ações dos psicanalistas que, para a autora, essa atividade exerce um elo fundamental no primeiro contato do pesquisador

com os documentos, em que aos poucos a leitura se torna precisa, sendo passível da utilização de técnicas sob os materiais, a partir das impressões iniciais.

O *corpus* da pesquisa é constituído pelos artigos de periódicos de autores brasileiros indexados pela BRAPCI de 2010 a 2020, a fim de ter subsídios para analisar como a literatura científica nacional em CI está trabalhando a conceitualização do patrimônio documental. O ano 2021 foi excluído porque contempla o período de desenvolvimento deste estudo e as revistas ainda não haviam fechado todos os seus números.

Para as buscas na BRAPCI, os dados foram coletados através do campo "todos" e com delimitação temporal de 2010 a 2020. O período de onze anos foi escolhido porque circunscreve o número acentuado de publicações e discussões recentes sobre o conceito de patrimônio documental. Os descritores utilizados na estratégia de busca em sua respectiva ordem foram: **"patrimônio documental"**, **"patrimonialização documental"**, **"patrimônio cultural documental"**, **"patrimônio arquivístico"**, **"patrimônio bibliográfico"** e **"patrimônio"**, em que cada descritor foi consultado separadamente na BRAPCI nos dias 17, 20 a 22 de dezembro de 2021[11].

- Escolha dos documentos

Compreende o universo demarcado de documentos analisados *a priori* que constitui o corpus, podendo ser regido por regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Na seleção dos registros foi realizada uma leitura técnica com base nos critérios de inclusão implementados para identificar as publicações que, de fato, descrevessem o conceito de patrimônio documental. Esses critérios foram: a) autor(es) brasileiro(s); b) ano de publicação; c) título; d) resumo; e) palavras-chave; f) introdução; e g) referencial teórico. Cabe destacar que as revistas estrangeiras com autores brasileiros foram consideradas. Os artigos que só faziam a menção do 'patrimônio documental' sem a inferência da noção do termo foram desconsiderados, visto que não atendem aos objetivos da pesquisa.

A Tabela 1, expressa o resultado das buscas realizadas na BRAPCI que compuseram o *corpus* da pesquisa:

[11] Nos dias 18 e 19 de dezembro o site da BRAPCI estava em manutenção.

Tabela 1 – Distribuição quantitativa dos artigos coletados na BRAPCI de acordo com os descritores utilizados na pesquisa

ORDEM DE BUSCA	DESCRITOR	ARTIGOS RETORNADOS	ARTIGOS RELEVANTES	DATA DA COLETA
1º	"patrimônio documental"	127	39	17/12/2021
2°	"patrimonialização documental"	9	3	17/12/2021
3°	"patrimônio cultural documental"	93	4	17/12/2021
4°	"patrimônio arquivístico"	42	5	17/12/2021
5°	"patrimônio bibliográfico"	31	6	20/12/2021
6°	"patrimônio"	589	12	21, 22 e 23/12/2021
TOTAL	**-**	**891**	**69**	**-**

Fonte: A autora (2021)

De acordo com a Tabela 1, o *corpus* da pesquisa configura-se em 69 artigos (Apêndice A). Dois descritores "patrimonialização" e "patrimônio bibliográfico documental" não foram selecionados, pois os artigos retornados já tinham sido coletados dos descritores "patrimônio documental", "patrimonialização documental" e "patrimônio bibliográfico". A escolha dos termos foi feita através da recorrência das palavras-chave encontradas nos textos durante a construção do referencial teórico, e também após a primeira ordem de busca da BRAPCI "patrimônio documental".

Vale ressaltar o resultado incomum dos artigos relevantes para os descritores "patrimônio cultural documental", "patrimônio arquivístico", "patrimônio bibliográfico" e "patrimônio" que aconteceu devido ao número de publicações duplicadas que já tinham sido contabilizadas nos descritores "patrimônio documental" e "patrimonialização documental". Logo, o número total de artigos relevantes para os descritores: **"patrimônio cultural documental"** foi de 23, sendo 19 repetidos; **"patrimônio arquivístico"** foi de 17, sendo 12 repetidos; **"patrimônio bibliográfico"** foi de 9, sendo 3 repetidos; e **"patrimônio"** foi de 67, sendo 55 repetidos, o que explica o valor final apresentado na Tabela 1.

- Preparação do material

É a numeração dos elementos do *corpus*, na qual foi possível mensurar, mapear e gerar contribuições e representações das atuais tendências de pesquisa sob a temática do patrimônio documental. Tais numerações podem exercer uma influência nas futuras discussões sobre a noção do patrimônio documental e no desenvolvimento de novos conhecimentos e informações científico-acadêmico.

No compasso dessa atividade permitiu-se visualizar e interpretar dados referentes aos autores que mais influenciaram na temática, ao número de autorias por instituição, aos periódicos mais produtivos e a distribuição temporal da produção. O intuito foi o de identificar tópicos emergentes e prever posteriores comportamentos de pesquisa alicerçados na temática.

Durante a coleta na BRAPCI, optou-se pelo recurso do software *Microsoft Excel*, na qual foram criados metadados padronizados por: identificação (ID)[12], título, autor(es), ano, revista e link de acesso, com o intuito de manipular os dados referentes ao *corpus* da pesquisa, para a criação de gráficos, tabelas e quadros através da relação das produções, possibilitando uma análise ilustrativa do panorama das publicações nacionais sobre os estudos do Patrimônio Documental sob a ótica da CI.

No decorrer das buscas foram encontrados: a) textos que não eram artigos, sendo desconsiderados pela pesquisa; b) duplicidade de publicações, em que se contabilizou somente um único artigo para cada repetição, respeitando a ordem das buscas; c) arquivos de extensão *Portable Document Format* (PDF) com problema no link e/ou não disponível para o download, na qual a obtenção do texto na íntegra foi realizada através do site oficial da revista, sem recusar o artigo do *corpus* da pesquisa[13]; d) períodos indexados na base que não estavam de acordo com o ano de publicação da revista; e e) coautoria de autores estrangeiros[14].

4.2 Exploração do material

Fase longa que vai de acordo com os recortes realizados no texto, classificação em categorias temáticas e dados brutos do texto. É a administração sistemática das tomadas de decisões, podendo ser um processo aplicado manualmente que exerce

[12] A identificação foi criada com base na ordem cronológica e alfabética das publicações, em que cada texto recebeu a sinalização A (artigo), acompanhando um algarismo arábico. Ex.: A1, A2, A3...
[13] Os artigos que tiveram problema no PDF foram: A7, A14, A17, A37, A47 e A66.
[14] Os coautores estrangeiros foram identificados nos A60 e A67, sendo: Jorge Pedro Sousa da Universidade Fernando Pessoa e Maria Manuel Borges da Universidade de Coimbra.

operações de codificação pautadas em três escolhas: recorte, enumeração e classificação e agregação.

- Recorte

É a escolha das unidades de registro, ou seja, unidades de significação e base para a construção das categorizações, que sempre parte de uma ordem de natureza semântica (BARDIN, 2008). O recorte pode ter três unidades de registro: palavra, tema e frase. A pesquisa escolheu o tema, que propõe descobrir os "núcleos de sentido". Desse modo, buscou-se comparar e identificar temas com o mesmo conteúdo semântico nos artigos selecionados que integrassem o núcleo central "patrimônio documental", a fim de estabelecer categorias temáticas. Para isso, a análise contou também com atenção direcionada para as palavras-chaves, resumos, introdução e referencial teórico dos textos.

- Enumeração

É a escolha das regras de contagem. No trabalho foram contempladas somente dois tipos: a presença (ou ausência) e a medida frequencial simples. No primeiro tipo, a presença das unidades de registro podem ser significativas, funcionando como indicadores. No segundo tipo, quanto mais unidades de registro se repetirem, mais aumenta a frequência, ou seja, ela terá mais valor (BARDIN, 2008).

Para a realização dessa etapa, 52 unidades de registro foram escolhidas de acordo com a literatura científica trabalhada no referencial teórico da pesquisa, identificando temas extraídos na composição do conceito de patrimônio documental. Um exemplo é a unidade de registro "patrimônio cultural" que aparece em 50,72% dos artigos. Logo, é uma temática presente nos elementos basilares da construção do conceito de patrimônio documental, indicando que essa unidade de registro tem um valor significativo e considerada como uma das referências chave para a formação do conceito do patrimônio documental.

- Classificação e agregação

É a parte das escolhas das categorias. Essa é a fase em que as categorias ganham uma classificação a partir de elementos constitutivos, em que é formado o agrupamento

das unidades de registro em categorias comuns (BARDIN, 2008). O critério para a organização das categorias foi o semântico. O processo estruturalista foi dividido em duas etapas: inventário (isolam as unidades de registro) e classificação (organização das unidades de registro). O Quadro 3 exemplifica uma amostra da etapa do inventário (Apêndice B):

Quadro 3 – Fragmento da etapa do inventário da análise de conteúdo

ID	UNIDADES DE REGISTRO
A1	bens móveis centro de documentação documento iconográfico missão patrimonial patrimônio cultural universidades
A2	arquivos conjuntos documentais difusão de documentos missão patrimonial
A3	difusão de documentos documento audiovisual documento digital documento iconográfico documento sonoro missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico patrimônio documental cultural patrimônio documental digital
A4	documento digital missão patrimonial patrimônio cultural universidades

Fonte: A autora (2021)

Nesta etapa foram criadas seis categorias: 1) meios de divulgação; 2) elementos caracterizadores; 3) manifestações do termo; 4) gêneros documentais; 5) elementos basilares na construção do conceito; e 6) instituições integrantes, na qual a elaboração de cada categoria seguiu as cinco características propostas por Bardin (2008): 1) exclusão mútua; 2) homogeneidade; 3) pertinência; 4) objetividade e fidelidade e 5) produtividade. Para explicitar melhor, a categoria “gêneros documentais” foi selecionada para apresentar a aderência das tipologias documentais trabalhadas no patrimônio documental, além de evidenciar que não somente o “textual” compõem esse conceito, mesmo tendo a maior frequência da categoria.

A Tabela 2 mostra como foi realizada a análise de conteúdo da categoria acima destacada com a distribuição das unidades de registro, apresentando a frequência de cada unidade de registro mais o valor total das frequências para a categoria (Apêndice C).

Tabela 2 – Fragmento da análise de conteúdo

CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
Gêneros documentais	documento audiovisual documento digital documento iconográfico documento sonoro documento textual documento tridimensional	7 20 15 5 24 2	73

Fonte: A autora (2021)

A etapa da análise de conteúdo **tratamento dos resultados, inferência e interpretação** encontra-se na próxima seção, em consonância com as análises bibliométricas e as demais considerações da pesquisa.

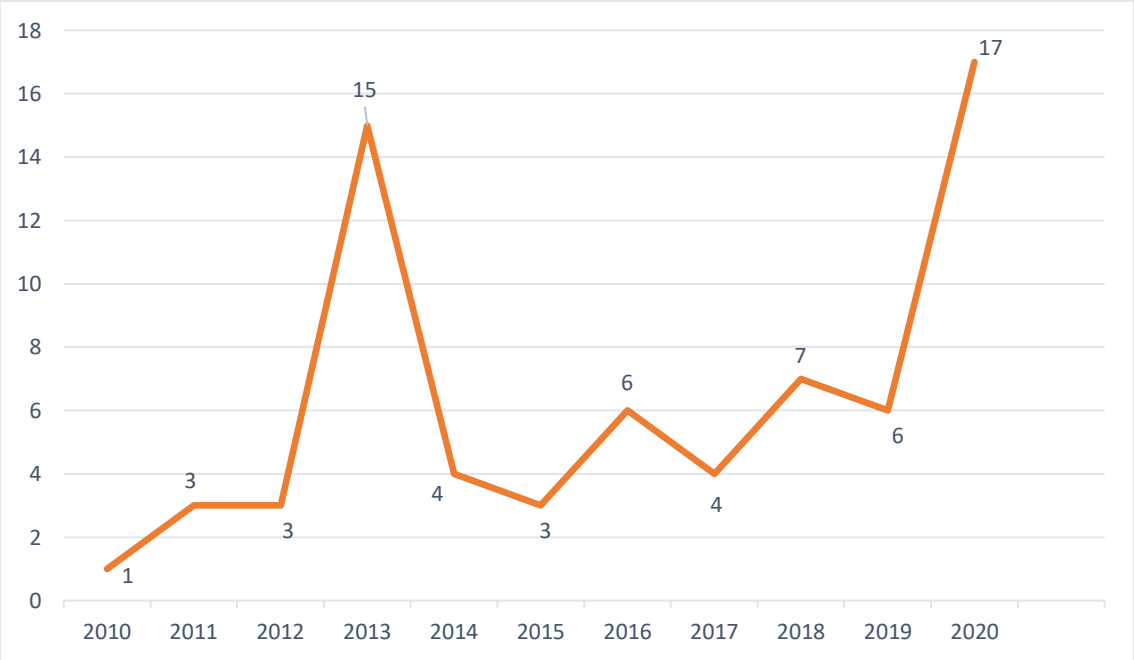
5 RESULTADOS E ANÁLISES

No primeiro momento foi realizada a **análise bibliométrica** que forneceu subsídios para a construção dos indicadores referente à produtividade de autores, instituições e periódicos, em que foi possível mensurar a contribuição do conhecimento científico das publicações e identificar tópicos emergentes da temática dentro do contexto científico-acadêmico. No segundo momento, foi conduzida a etapa **tratamento dos resultados, inferência e interpretação** da análise de conteúdo, na qual foi respaldada no referencial teórico, nas etapas anteriores da análise de conteúdo, nas análises bibliométricas e nos objetivos da pesquisa.

5.1 Cenário das publicações nacionais sob a ótica bibliométrica

No Gráfico 1 tem-se o panorama das publicações que abordam de modo implícito e/ou explícito a conceitualização do Patrimônio Documental dos últimos dez anos, apesar da primeira aparição do termo, em sentido amplo, estar indexado na BRAPCI desde 1989. O artigo foi da autora Neuma Pinheiro Salomão Gonçalves, intitulado *A conservação preventiva na guarda das publicações oficiais*, pela *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, que não foi refletido para a pesquisa, pois não atendeu aos objetivos propostos.

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos artigos



Fonte: A autora (2021)

Os anos 1990 a 2009 não tiveram um índice alto no que tange as discussões conceituais do patrimônio documental, sendo voltados mais aos aspectos preservacionistas da temática, além das autorias estrangeiras, no qual não foram consideradas para o escopo do trabalho. A partir de 2010, observa-se um pequeno crescimento com um único trabalho publicado em periódico com o título *Histórias e memórias institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos* de Luciana Souza de Brito, pela *DataGramaZero* (A1). Esse artigo representa o início dos estudos conceituais do patrimônio documental no país, de forma implícita, a partir dos documentos iconográficos, saindo da ótica textual e do ambiente arquivístico.

Dando continuidade, os anos 2011 e 2012 marcaram uma linha constante de três publicações voltadas para os gêneros documentais iconográfico, audiovisual e sonoro, além de incluir o documento digital referente a um Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP) como parte do patrimônio documental. Esses artigos revelam a forte presença dos arquivos como um dos principais espaços que abrigam o patrimônio documental. Porém, integram as bibliotecas e os museus de modo ainda tímido nessa conjuntura. Vale ressaltar a predominância dos temas sobre preservação e segurança como norteadores do conceito do patrimônio documental, em que a perda e o risco são elementos que caminham lado a lado e de grande impacto nas discussões sobre o patrimônio documental.

O ano de 2013 foi considerado um dos mais produtivos exibindo um crescimento substancial, tendo em vista o número das publicações dos anos anteriores. Os principais tópicos abordados ainda estavam fundamentados no lugar-comum "Arquivo", mas outros lugares vão ganhando espaço como os centros históricos. Somente nesse período a revista *Ágora* – de cunho arquivística - disponibilizou quatro publicações e a revista *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação,* ficou em segundo lugar, com três publicações. O termo "patrimonialização documental" deu seus primeiros passos como uma das manifestações conceituais do patrimônio documental, bem como a inclusão da educação patrimonial no seio do patrimônio documental. Cabe destacar a importância do artigo intitulado *O bibliotecário e o patrimônio documental* das autoras Ângela Silva Lopes, Jacqueline Silva Pereira e Lívia da Conceição Reis Santos pela revista *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação* (A19), que quebra a concepção de que o patrimônio documental deva ser, unicamente, uma preocupação dos arquivistas, dando voz para o início de uma visão interdisciplinar de agregação de diferentes áreas do conhecimento e formações, capazes de atuar dentro do patrimônio documental.

Os anos 2014 e 2015 apresentaram um balanço equilibrado de publicações, apesar da queda em torno de onze artigos comparado ao ano de 2013. A revista *Ágora* teve novamente uma acentuada repercussão com quatro publicações e dentre os autores mais produtivos está o Daniel Flores com três artigos. Os temas acerca do ambiente arquivístico retornam com mais ênfase, em que os arquivos universitários e históricos são os mais contemplados. O artigo *Documento, história e memória* das autoras Franciele Merlo e Glaucia Vieira Ramos Konrad pela revista *Informação & Informação* (A28), discute em como a preservação do patrimônio documental pode exercer influência no acesso à informação. Em outras palavras, a conceitualização do patrimônio documental tem um índice alto sob o viés da missão patrimonial com enfoque na preservação e no paradigma pós-custodialista.

Os anos 2016 a 2019 representaram um quadro de crescimento e queda, porém mantendo o nível estável nas publicações, em que somente o ano de 2017 teve uma discrepância, em torno de dois artigos. Houve uma distribuição de diferentes revistas tanto no enfoque da Arquivologia quanto das demais áreas da Ciência da Informação. Daniel Flores permaneceu sendo um dos autores mais produtivos com cinco artigos. Dentre os tópicos que cercam o conceito do patrimônio documental, nesse período, o meio digital teve uma abertura maior, os discursos sobre o acesso, recuperação e curadoria educativa aparecem nos entornos da conceitualização, tal como a visão sobre o patrimônio documental como fruto de ações políticas, sociais e ideológicas. O artigo *Patrimônio documental nacional* de Marcia Carvalho Rodrigues publicado pela *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* (A34), é um dos textos fundamentais para compreender a construção do conceito do patrimônio documental, desde a noção do que é o patrimônio cultural, até à apresentação dos marcos legais e autores estrangeiros e nacionais que se dedicaram à temática. Cabe enfatizar a presença dos artigos A38, A40, A41, A46 e A52 que pertencem ao referido período em questão, sendo da mesma autoria, com títulos distintos e publicados em diferentes revistas, que evidencia um discurso sobre o conceito do patrimônio documental idêntico nos cinco artigos.[15]

O ano de 2020 deu um salto atípico de onze produções a mais do que o ano de 2019. A revista *Memória e Informação* foi a responsável por oito publicações, em que

[15] Os artigos identificados foram contemplados na pesquisa, pois estão dentro dos critérios propostos do trabalho, em que cada revista e título não são iguais, bem como os diferentes objetivos de pesquisa de cada publicação. A contribuição desses artigos impacta diretamente nas análises bibliométricas referente as revistas que estão difundindo temas acerca do patrimônio documental.

salienta o artigo intitulado *Repensando a noção de patrimônio documental* de Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (A68), como uma das produções mais atuais que vai desde a noção do que é patrimônio até documento para tecer considerações do conceito de patrimônio documental. Nesse período, é possível notar com mais clareza a presença das obras raras e coleções especiais, e ainda o emprego do termo patrimônio bibliográfico como sinônimo de documental em boa parte das produções.

Com base nessa distribuição temporal, buscou-se identificar os periódicos que obtiveram estas publicações. A Tabela 3 mostra o número de ocorrências dos periódicos que publicaram sobre a temática e suas classificações no WebQualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca pelo Qualis de cada periódico que compõe o *corpus* da pesquisa foi realizada pela Plataforma Sucupira no dia 29 de dezembro de 2021, e a classificação baseou-se em periódicos do quadriênio 2013-2016 na área de avaliação Comunicação e Informação[16].

Vale destacar que três periódicos não estavam na classificação do Qualis, sendo eles: *Memória e Informação*; *Revista Eletrônica da Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Feder*al (ABDF); e *Fontes Documentais*, visto que não foram encontrados na Plataforma Sucupira. Logo, a pesquisa optou por não mencionar na Tabela 3 o Qualis desses três periódicos. As revistas *Memória e Informação* e *Fontes Documentais*[17] têm uma exceção, pois existem desde 2017 e 2018, respectivamente, por consequência não estão indexadas dentro do quadriênio 2013-2016 na WebQualis da CAPES. A Revista Eletrônica ABDF tem sua primeira publicação no segundo semestre de 2015[18], mas não mostra nenhuma informação sobre o Qualis.

[16] A Plataforma Sucupira ainda não contempla o quadriênio 2017-2020, então a pesquisa optou pelo mais recente das classificações de periódicos da plataforma, sendo o quadriênio 2013-2016.

[17] No site oficial da Revista Fontes Documentais consta a informação de que no sistema de Periódicos Qualis da CAPES a revista está atualmente classificada como B3 (2019). Disponível em: https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/about. Acesso em: 21 jan. 2022.

[18] Disponível em: https://revista.abdf.org.br/abdf/issue/archive. Acesso em: 21 jan. 2022.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos de periódicos

PERIÓDICOS	OCORRÊNCIAS	QUALIS
Ágora: arquivologia em debate	13	B1
Memória e Informação	8	-
Em Questão	4	A2
Perspectivas em Ciência da Informação	4	A1
Acervo	3	B2
Informação & Informação	3	A2
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	3	B5
PontodeAcesso	3	B1
Archeion Online	2	C
Ciência da Informação	2	B1
Ibersid	2	B1
Informação & Sociedade. Estudos	2	A1
Revista Eletrônica da Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal (ABDF)	2	-
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)	2	B1
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)	2	B1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2	B1
Biblionline	1	B5
Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	1	B3
DataGramaZero	1	B3
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1	A2
Fontes Documentais	1	-
InCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação	1	B1
Informação & Tecnologia	1	B5
Informação Arquivística	1	B5
Informação em Pauta	1	B5
LOGEION: Filosofia da Informação	1	B5
Páginas a&b: arquivos e bibliotecas	1	B4
Palavra Clave	1	A2

Fonte: A autora (2021)

Destaque para a revista *Ágora* que existe desde 1985 e publicou, aproximadamente, 19% dos 69 trabalhos que compõem o *corpus* da pesquisa, voltada para a área da Arquivologia com classificação B1 no WebQualis da CAPES. Diante disso, é perceptível a preferência de publicações de trabalhos sobre o tema patrimônio documental no ambiente arquivístico, o que, enfaticamente, fornece indícios de que o tema é amplamente discutido na Arquivologia. A revista *Memória e Informação*, que tem uma visão científica interdisciplinar compreendendo as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Preservação e Conservação de documentos, Humanidades Digitais, Preservação Arquitetônica, Memória Social e Museologia;

abrange, quase 12% dos trabalhos somente no ano de 2020, em que é nítida a presença dos estudos do patrimônio documental caminhando por outras áreas do conhecimento. As revistas *Em Questão* e *Perspectivas em Ciência da Informação*, abarcam 12% de publicações, o que revela o impacto do tema patrimônio documental fora de uma única área do conhecimento, a saber da Arquivologia.

Há uma concentração de 21,7% das publicações em periódicos A1 e A2; 59,5% distribuídos em periódicos B1, B2, B3, B4 e B5; 2,9% em periódicos C; e 15,9% nos periódicos sem Qualis, já que não foram encontrados na Plataforma Sucupira. À vista disso, no que concerne a estas estratificações tem-se um número significativo de publicações com boa avaliação pela CAPES, o que demonstra a qualificação da produção, das revistas e da temática nos domínios do campo da Ciência da Informação.

De acordo com os dados obtidos, pode-se inferir que os periódicos voltados, especificamente, para a Arquivologia compreendem 27,5% e os da Ciência da Informação 72,5% dos 69 trabalhos publicados. É perceptível que essa guinada no campo da CI apresente o patrimônio documental sob o viés interdisciplinar, em que é possível tecer estudos sobre essa temática para além dos muros da Arquivologia.

No que se refere à autoria, foi executada uma análise com o propósito de identificar o *ranking* dos autores mais produtivos no período. A Tabela 4 apresenta os autores que publicaram o mínimo de dois trabalhos. No total foram 94 autores, em que dois não foram contabilizados, pois são coautores estrangeiros[19]. É importante salientar que, nesta análise, as relações de coautoria foram desconsideradas, na qual um artigo pode ser atribuído a mais de um autor. Dessa forma, quinze autores figuram do primeiro ao quarto lugar do *ranking*, conforme descrito na Tabela 4. Em termos percentuais, somente 16% dos autores mais produtivos na temática se sobressaem quando comparados com a produção analisada e que configura o corpus da pesquisa. Tal situação alimenta os preceitos conhecidos na lei do quadrado inverso, que explica que o número atenuado de autores responsáveis pela maior quantidade de produções relevantes, em detrimento do acentuado número de autores menos produtivos (SANTOS; KOBASHI, 2009).

[19] Os autores estrangeiros não contabilizados foram: Jorge Pedro Souza (A60) e Maria Manuel Borges (A67), ambos de Portugal.

Tabela 4 – Autores mais produtivos

RANKING	AUTORES	∑
1	Daniel Flores	12
2	Leila Adriana Baptaglin	5
2	Tatiana Costa Rosa	5
3	Eliseu dos Santos Lima	3
4	Ana Suely Pinho Lopes	2
4	Carlos Blaya Perez	2
4	Carlos Eduardo dos Reis	2
4	Fabiano Cataldo de Azevedo	2
4	Gilberto Fladimar Rodrigues Viana	2
4	Glaucia Vieira Ramos Konrad	2
4	Luciana Souza de Brito	2
4	Marcia Carvalho Rodrigues	2
4	Murilo Billig Schäfer	2
4	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2
4	Telma Campanha de Carvalho Madio	2

Fonte: A autora (2021)

A Tabela 4 sinaliza o autor Daniel Flores como o autor com o maior número de publicações, ocupando o primeiro lugar do *ranking*, no período de 2011 a 2020. Vale ressaltar a relação de autoria entre Daniel Flores e os autores Murilo Billig Schäfer, Gilberto Fladimar Rodrigues, Eliseu dos Santos Lima e Ana Suely Pinho Lopes. Em segundo lugar, as autoras Leila Adriana Braptaglin e Tatiana Costa Rosa estabelecem relação de autoria nos cinco trabalhos publicados, no período de 2017 a 2019. Em terceiro lugar, o autor Eliseu dos Santos Lima tem relação de autoria com Daniel Flores nos três trabalhos publicados e com Murilo Billig Schäfer, no período de 2015 a 2018. Em quarto lugar, onze autores são contemplados, sendo que quatro têm relação de autoria entre os autores listados na Tabela 4. Foram encontradas relações de autorias na quarta colocação entre: Ana Suely Pinho Lopes e Daniel Flores; Gilberto Fladimar Rodrigues Viana e Telma Campanha de Carvalho Madio e Daniel Flores; Murilo Billig Schäfer e Daniel Flores e Eliseu dos Santos Lima; e Telma Campanha de Carvalho Madio e Gilberto Fladimar Rodrigues Viana.

Existe ainda um total de 79 autores que possuem uma única produção, no entanto, em coautoria com os demais autores apresentados no *ranking*: Daniel Flores, Eliseu dos

Santos Lima, Glaucia Vieira Ramos Konrad, Luciana Souza de Brito, Fabiano Cataldo de Azevedo, Ana Suely Pinho Lopes, Carlos Blaya Perez, Murilo Billig Schäfer e Telma Campanha de Carvalho Madio.

Em virtude disso, é importante destacar a área de formação abrangendo as titularidades dos quinze autores mais produtivos que foram pesquisadas na plataforma Lattes. Há uma concentração de nove autores graduados em Arquivologia, três em Biblioteconomia, quatro em História, um em Artes Plásticas e Marketing. Vale salientar que Ana Suely Pinho Lopes, Glaucia Vieira Ramos Konrad e Tatiana Costa Rosa tem duas graduações. Todos os mencionados têm o título de mestre nas áreas de: Engenharia de Produção; Educação e Patrimônio Cultural; Letras; Patrimônio Cultural; Multimeios; História; Memória Social; Letras e Cultura; História do Brasil; História da Arte; e Educação e Patrimônio Cultural. Os autores Daniel Flores e Telma Campanha de Carvalho Madio têm especialização na área de Organização de Arquivos e os autores Tatiana Costa Rosa, Eliseu dos Santos Lima e Murilo Billig Schäfer são especialistas em Gestão em Arquivos. Dos quinze autores, treze têm a titularidade de doutor, concentrando nas áreas de: Ciência da Informação; História; Educação; Jornalismo e Estudos Midiáticos; Ciências da Comunicação; Memória Social e Patrimônio; *Biblioteconomia e Documentación*; *Formación en la Sociedad del Conocimiento*.

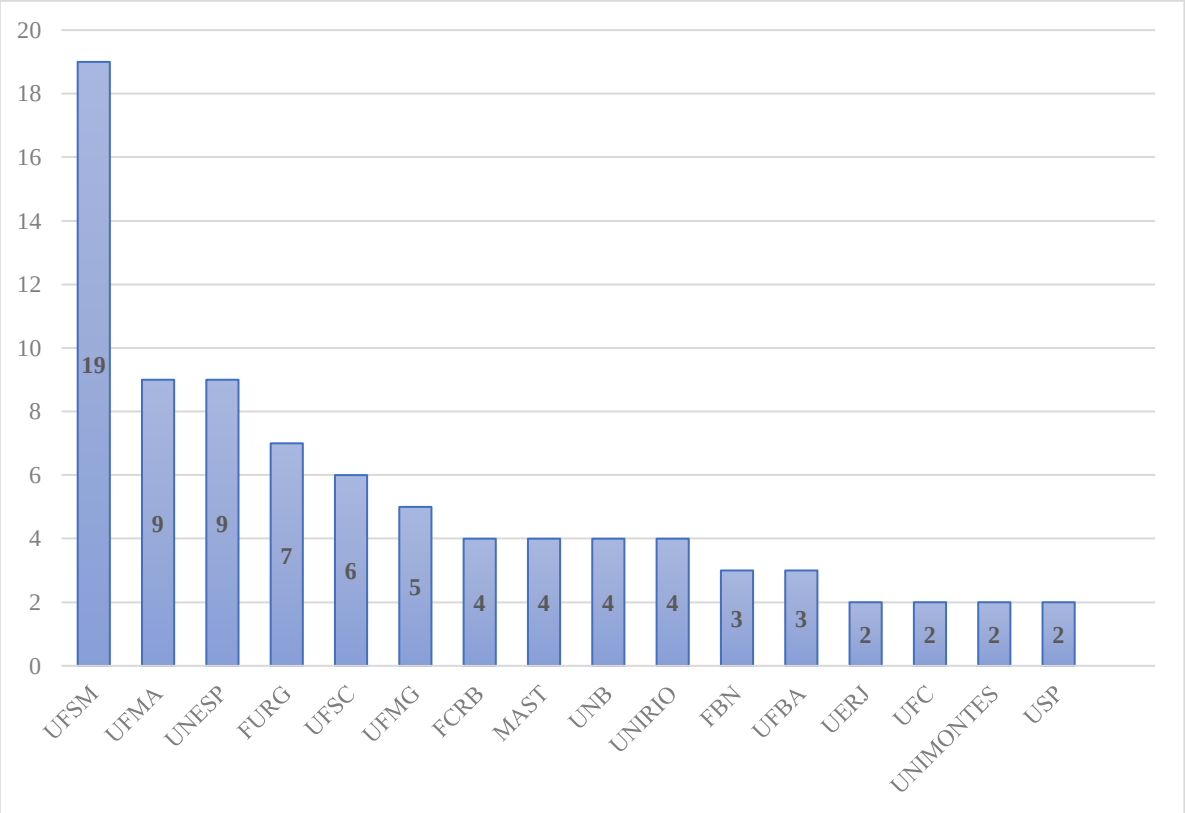
À vista dessas informações, é possível concluir a diversidade das áreas de formação dos autores, tanto dentro quanto fora do domínio da CI que produziram sobre o patrimônio documental, mesmo ainda com a predominância de 60% dos quinze autores graduados em Arquivologia. Em outros termos, os elementos de autoria indicam que a temática patrimônio documental pode possuir vínculos com outros campos do conhecimento, permitindo uma exploração interdisciplinar do termo que perpassa os muros dos arquivos e dos documentos textuais, na qual torna a sua expressão ainda mais ambígua e imprecisa, pois somente o termo documento tem uma vasta abrangência conceitual.

De modo geral, dos 94 autores identificados nos 69 artigos, 39 são graduados em Arquivologia, 26 em Biblioteconomia, 21 em História, cinco em Letras, dentre as demais áreas de formação como: Pedagogia, Comunicação Social, Sociologia, Administração, Sistema de Informação, Marketing, Informática, Geografia, Matemática, Filosofia, Engenharia Química e Civil, Museologia, Artes Plásticas e Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

Dentre os que têm Mestrado, 24 são mestres em Patrimônio Cultural, onze em Ciência da Informação e História, cinco em História Social e Letras, três em Educação, dois em Memória e Acervos e Memória Social, bem como os que estão distribuídos nas demais áreas, sendo: Comunicação, Multimeios, História do Brasil, Gestão de Documentos e Arquivos, Gestão da Informação e Museologia e Patrimônio. No que se refere a proeminência dos doutores são, treze em História, doze em Ciência da Informação, quatro em Educação, três em História Social, além das áreas de: Linguística e Língua Portuguesa, Jornalismo e Estudos Midiáticos, Literatura Brasileira, Engenharia Química e Filosofia.

Para dar prosseguimento à discussão sobre as autorias dos trabalhos, traz-se o Gráfico 2 com a distribuição quantitativa das instituições mais produtivas, tendo no mínimo duas ocorrências. As análises foram feitas de acordo com a breve descrição dos autores em cada artigo. Para os trabalhos que não apresentaram esses dados, foi realizada uma busca no currículo da Plataforma Lattes, a fim de identificar a instituição de cada autor(a), correspondendo com o ano de publicação do artigo.

Gráfico 2 – Número de autorias por instituição mais produtivas



Fonte: A autora (2021)

Da constelação das 16 instituições exibidas no Gráfico 2, todas são universidades públicas das Regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com exceção da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)[20] e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

A Região Sudeste é a mais expressiva, tendo um recorte 35 autorias, sendo representada por nove instituições. A Universidade Estadual Paulista (Unesp) apresenta nove autorias, na qual pode-se mencionar Telma Campanha de Carvalho Madio descrita na Tabela 4. Em seguida, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem um recorte de cinco autorias e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com quatro autorias, dentre as quais o autor Fabiano Cataldo de Azevedo é um dos mais produtivos. Vale ressaltar a FCRB com quatro autorias, sendo uma das mais conceituadas instituições brasileiras que possui acervos inscritos no Registro Nacional do MOW da Unesco.

A Região Sul conta com três instituições distribuídas entre 32 autores, na qual destaca-se a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com 19 autorias, em que seis dos quinze autores mais produtivos descritos na Tabela 4 fazem parte da instituição, sendo: Daniel Flores, Murilo Billig Schäfer, Eliseu dos Santos Lima, Ana Suely Pinho Lopes, Luciana Souza de Brito, Carlos Blaya Perez e Glaucia Vieira Ramos Konrad.

A produção vinculada à Região Nordeste se concentra em três instituições com 14 autorias. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sai na frente com nove autoriais, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com três e a Universidade Federal do Ceará (UFC) com duas. Cabe evidenciar um dos autores mais produtivos nesse escopo que é o Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva representando a UFBA sem nenhuma coautoria. A Região Centro-Oeste conta com uma única instituição, a Universidade de Brasília (UnB) com quatro autorias.

A Região Norte não consta no Gráfico 2, pois teve um índice menor do que duas ocorrências, sendo representada por três instituições, a saber: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As autoras mais produtivas dessa

[20] O MAST oferece cursos de mestrado e doutorado em parceira com a UNIRIO. Os cursos são Museologia e Patrimônio (mestrado e doutorado) e História (mestrado), bem como curso de especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde e mestrado profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

região são Tatiana Costa Rosa do IFRR e Leila Adriana Baptaglin da UFRR, ambas com relação de autoria em cinco artigos, como fora descrito na Tabela 4.

Em vista disso, os discursos sobre o conceito de patrimônio documental caminham em todo o país, com maior representatividade nas Regiões Sudeste e Sul, mas abrangendo todo o território nacional, mesmo que na Região Centro-Oeste somente uma única instituição esteja produzindo sobre o tema. Diante dos dados expostos, é nítido observar a forte presença das universidades públicas, totalizando 18 instituições acadêmicas, configurando-se numa das características fundamentais do patrimônio documental em relação aos elementos basilares na construção do conceito (produção técnico-científica) e instituições integrantes (universidades), que será discutido com mais profundidade na próxima seção.

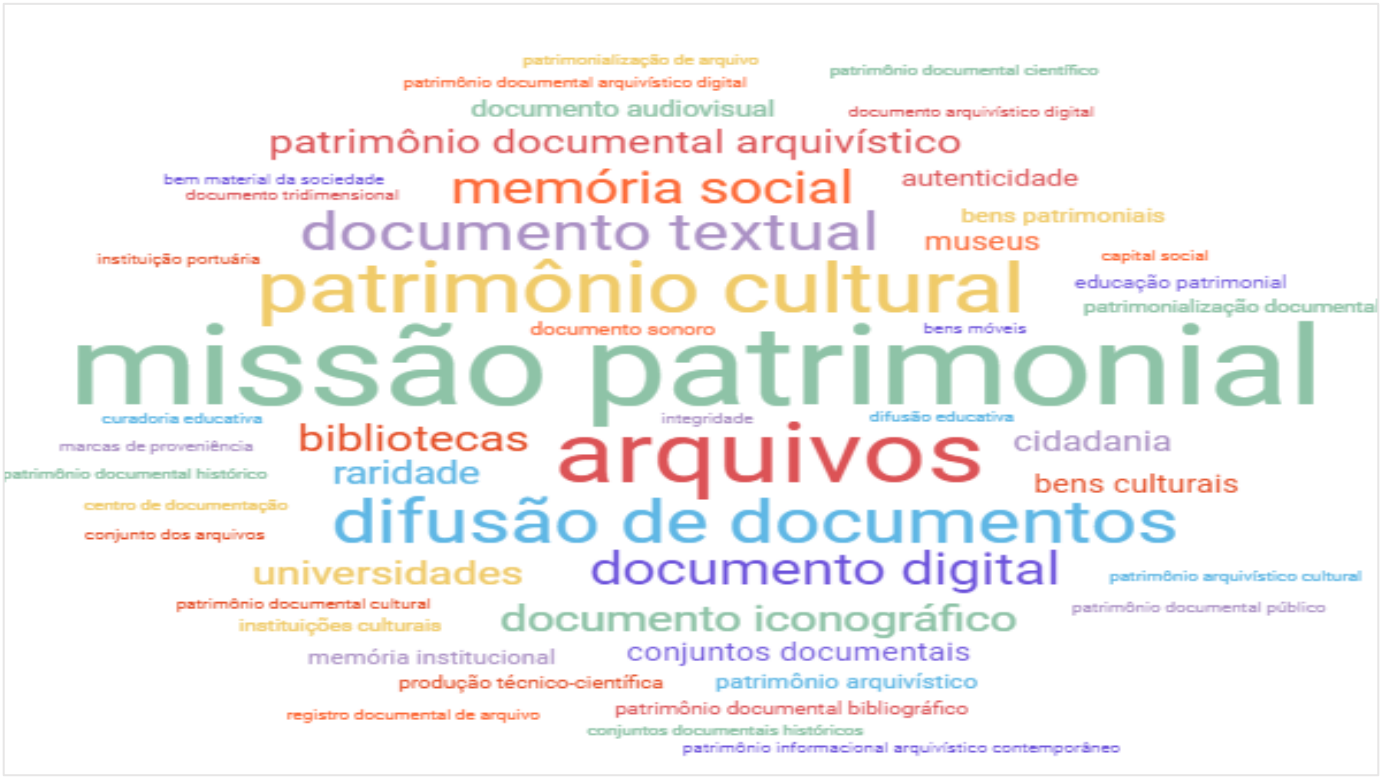
5.2 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Nos desdobramentos das análises bibliométricas apresentadas na seção anterior, segue-se para a última etapa da análise de conteúdo, a de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Neste polo cronológico, é possível levantar conteúdos expressos e latentes, além de propor inferências e interpretações de dados válidos e significativos, sintetizando e selecionando os resultados de acordo com os objetivos da pesquisa (BARDIN, 2008).

A análise de conteúdo está detalhada no Apêndice C. Para a presente seção, foi realizada uma análise de conteúdo separada por categorias com suas respectivas unidades de registros e indicadores (número de vezes em que a palavra ocorre), a fim de estabelecer discussões fundamentadas nos dados obtidos sob o respaldo teórico.

De antemão, a Figura 4 exibe uma nuvem de palavras em que, na qual a frequência de cada unidade de registro é proporcional à ocorrência do termo no conjunto dos registros analisados. Nota-se que o maior número de ocorrências das unidades de registro foram: missão patrimonial, arquivos, patrimônio cultural, difusão de documentos, documento textual, documento digital, memória social, bibliotecas, documento iconográfico, patrimônio documental arquivístico, universidades, raridade, cidadania e conjuntos documentais.

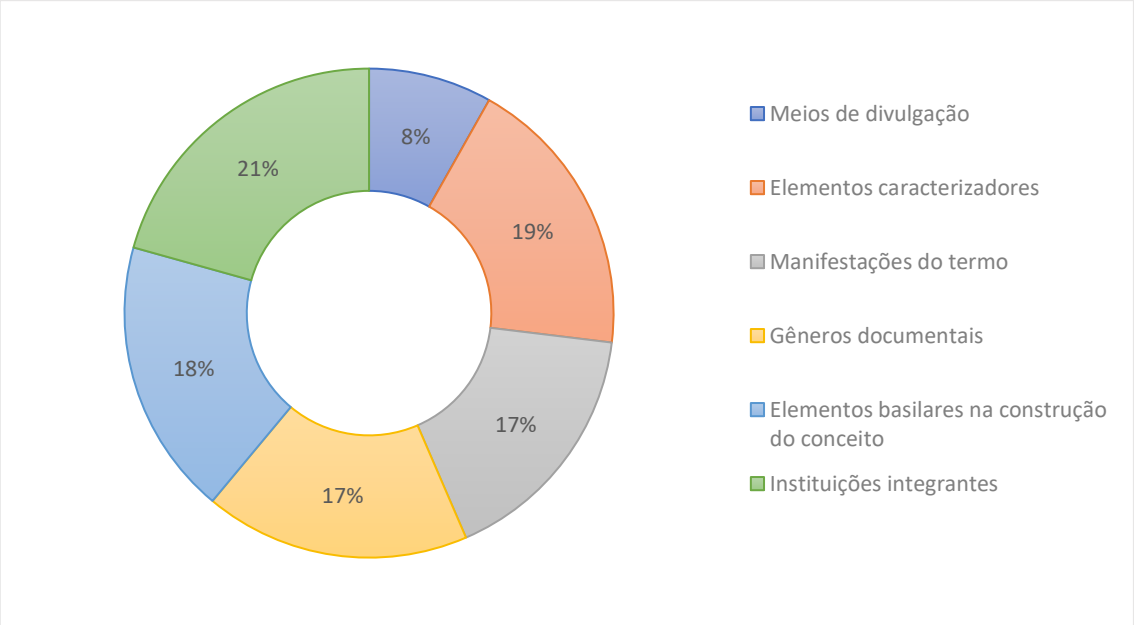
Figura 4 – Unidades de registro



Fonte: A autora (2022)

A quantidade percentual da frequência que cada categoria obteve de suas correspondentes unidades de registro (Apêndice C), pode ser observada na Figura 5 abaixo:

Gráfico 3 – Distribuição percentual das categorias



Fonte: A autora (2022)

Cabe destacar que cada categoria possui uma quantidade diferente de unidades de registro. Ou seja, na categoria **meios de divulgação** são quatro unidades de registro, na de **elementos caracterizadores** são cinco, na de **manifestações do termo** são 25, na de **gêneros documentais** são seis, na de **elementos basilares na construção do conceito** são cinco e na de **instituições integrantes** são sete.

Apesar das análises serem separadas por categorias, é importante enfatizar que nenhuma categoria foi considerada como única, visto que é inerente não tecer aproximações com as demais categorias. O mesmo ocorre para as unidades de registro, em que foram encontradas mais de uma unidade pertencentes a uma mesma categoria em um único artigo.

Não compete nessas análises aprofundar as discussões teóricas de cada unidade de registro, mas compreender as suas nuances dentro dos objetivos da pesquisa.

- Meios de divulgação

Iniciar a análise de conteúdo a partir dessa categoria, que apesar de não ser muito explorada, mas presente no patrimônio documental, e principalmente, no patrimônio cultural, é falar sobre as funções primordiais encontradas nas conceitualizações do patrimônio documental. A Tabela 5 exibe detalhadamente a categoria que pode ser encontrada na sua forma íntegra no Apêndice C.

Tabela 5 – Categoria Meios de divulgação

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
curadoria educativa difusão de documentos difusão educativa educação patrimonial	1 27 2 4	34

Fonte: A autora (2021)

As unidades de registro que fazem parte dessa categoria são: **curadoria educativa**, **difusão de documentos**, **difusão educativa** e **educação patrimonial**. A categoria foi definida com base no artigo *O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores*, dos autores Daniéle Xavier Calil e Carlos Blaya Perez, publicado na revista

Ciência da Informação em 2003 (A21). Os autores mencionam dois meios de divulgação, a saber: difusão educativa e educação patrimonial.

A **curadoria educativa** é a única unidade de registro que só foi encontrada em um artigo, pois esse termo não é tão recorrente nos debates do patrimônio documental, uma vez que seu lugar-comum compreende o museu, a despeito de ter uma ligação com as demais unidades de registro e ser um elemento fundamental nos aparatos conceituais do patrimônio documental. Inserir a temática da curadoria nos percalços do patrimônio documental é algo inovador, uma vez que essa temática foi retirada do artigo *Curadoria Educativa em Arquivos-Museus Literários*, do autor Marcos Ulisses Cavalheiro, publicado pela revista *Archeion Online* em 2018 (A43), há quatro anos. Entende-se por curadoria educativa a junção da arte com a educação, em que ambos são mediadores culturais entre a arte e a população, tendo a arte como um meio de ação cultural (VERGARA, 1996).

A **difusão de documentos** traz consigo uma ideia pós-custodialista, pois as funções centrais não concernem somente nas atividades tecnicistas, mas no acesso aos acervos e em torná-los pertencentes ao seu público. Esse meio de divulgação foi o que teve a maior frequência - 27 artigos -, evidenciando o quanto as publicações sobre o patrimônio documental têm uma preocupação em difundir os seus bens, mesmo que essa frequência tenha uma discrepância de 42 artigos em relação ao *corpus* da pesquisa, mas não negando o valor significativo que essa situação identificada demonstra.

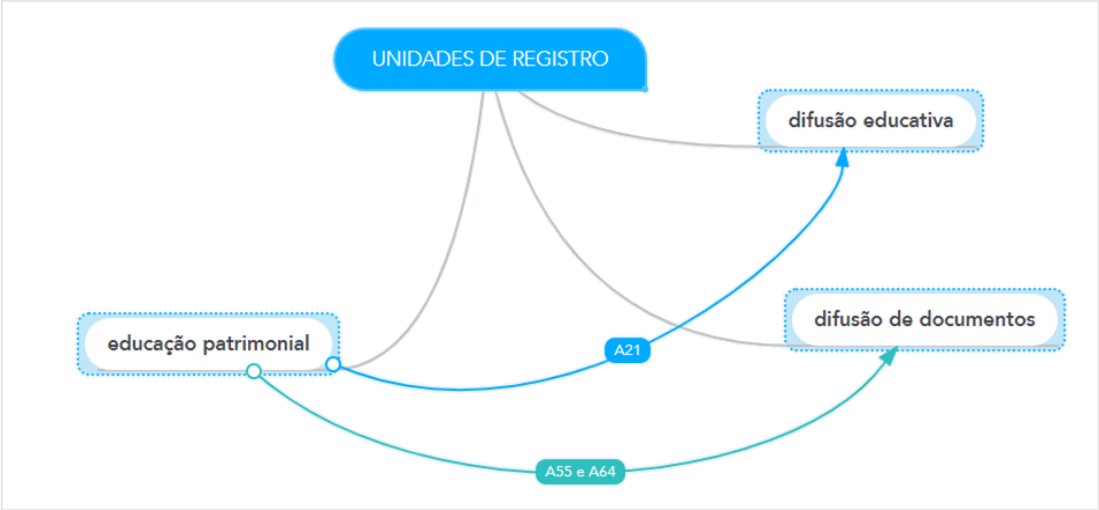
No tocante a **difusão educativa**, Fontal Merillas (2003) explica que essa unidade de registro tem o objetivo de propagar, conhecer o legado dos povos e atribuir um caráter social, em que ela só existe por meio de uma ação imposta. Para Freire (2009), essa difusão está atrelada, especialmente, aos arquivos permanentes dando um poder de transparência sob os acontecimentos do passado em vista dos fenômenos sociais. Nessa perspectiva, nota-se que apenas dois artigos incluíram essa unidade de registro nos parâmetros conceituais, o que elucida uma deficiência de atividades com fins educativos no conceito de patrimônio documental. É provável inferir que a falta da difusão educativa nas publicações nacionais, pode ser devido à presença da palavra ‘patrimônio’, que já carrega fortes elementos de cunho educativo e difusivo.

Por fim, a **educação patrimonial**, assim como a difusão educativa, está baseada nas ações dos cidadãos e atua com a categoria ‘elementos basilares na construção do conceito’, por ter o patrimônio cultural como o elemento-chave. Pensar numa educação patrimonial é compreender os valores de apropriação, valorização e usufruto dos bens,

com a finalidade de gerar novos conhecimentos para a presente e futura gerações. Fontal Merillas (2003, p. 16, tradução nossa) afirma que a educação patrimonial mostra uma "[...] comunicação eficaz entre o patrimônio cultural e um determinado público". Em outros termos, a educação patrimonial traz manifestações culturais em seus mais variados aspectos, sendo uma ação contínua e dinâmica. A frequência dessa unidade de registro foi de quatro artigos, ou seja, ainda há poucas discussões acerca da educação patrimonial dentro do patrimônio documental nacional, tendo em vista a grandeza de instituições de cunho educacional integrantes do patrimônio documental, como será abordado na categoria 'instituições integrantes'.

Vale ressaltar que nessa categoria houve inter-relações entre as unidades de registro, ou seja, duas ou mais unidades se encontraram no mesmo artigo. Para essa categoria, a unidade **educação patrimonial** foi o ponto central que uniu com a **difusão educativa** e **difusão de documentos**, as conexões entre essas unidades são demonstradas na Figura 5. Constata-se que, ao abordar sobre a educação patrimonial dentro da conceitualização do patrimônio documental, existe a presença da difusão educativa e da difusão de documentos como fatores essenciais na construção de uma demarcação conceitual do patrimônio documental.

Figura 5 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Meios de divulgação



Fonte: A autora (2022)

- Elementos caracterizadores

No limiar da análise dessa categoria, é importante salientar que no Quadro 1 estão elencados os principais elementos caracterizadores, bem como suas respectivas

definições. A pesquisa utilizou cinco dos nove elementos descritos no Quadro 1 para a análise de conteúdo. Vale enfatizar que os elementos ‘territorialidade’ e ‘abrangência’, não foram considerados, uma vez que são inerentes à construção conceitual sobre patrimônio documental. Ou seja, há uma relação de interdependência entre esses dois elementos que foram presenciadas durante as análises dos 69 artigos. Em relação aos elementos ‘antiguidade’ e ‘forma e estilo’, em nenhum artigo eles foram identificados. A Tabela 6 representa a análise de conteúdo realizada para a categoria em questão.

Tabela 6 – Categoria Elementos caracterizadores

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
autenticidade	6	
integridade	2	
marcas de proveniência	1	78
missão patrimonial	58	
raridade	11	

Fonte: A autora (2021)

As unidades de registro encontradas foram: **autenticidade**, **integridade**, **marcas de proveniência**, **missão patrimonial** e **raridade**. A categoria foi criada a partir do desenvolvimento do referencial teórico do trabalho, que trouxe subsídios para o estabelecimento de cada elemento caracterizador, assim como sua definição.

A Tabela 6 expõe cinco unidades de registros, na qual a **missão patrimonial** tem um número expressivo de ocorrência - 58 artigos. Esse elemento caracterizador é um dos fundamentais para o patrimônio documental, pois além de envolver uma ação, bem como nas unidades de registro da categoria ‘meios de divulgação’, apresenta atividades de salvaguarda e preservação[21]; atrelado ao de identidade, cultura e memória dos grupos sociais e/ou instituições.

A **raridade** tem uma frequência significativa em razão de estar associada, diretamente, em alguns casos, como um elemento indissociável do patrimônio documental, na qual “[...] a definição do que vem a ser um livro raro se aproxima do

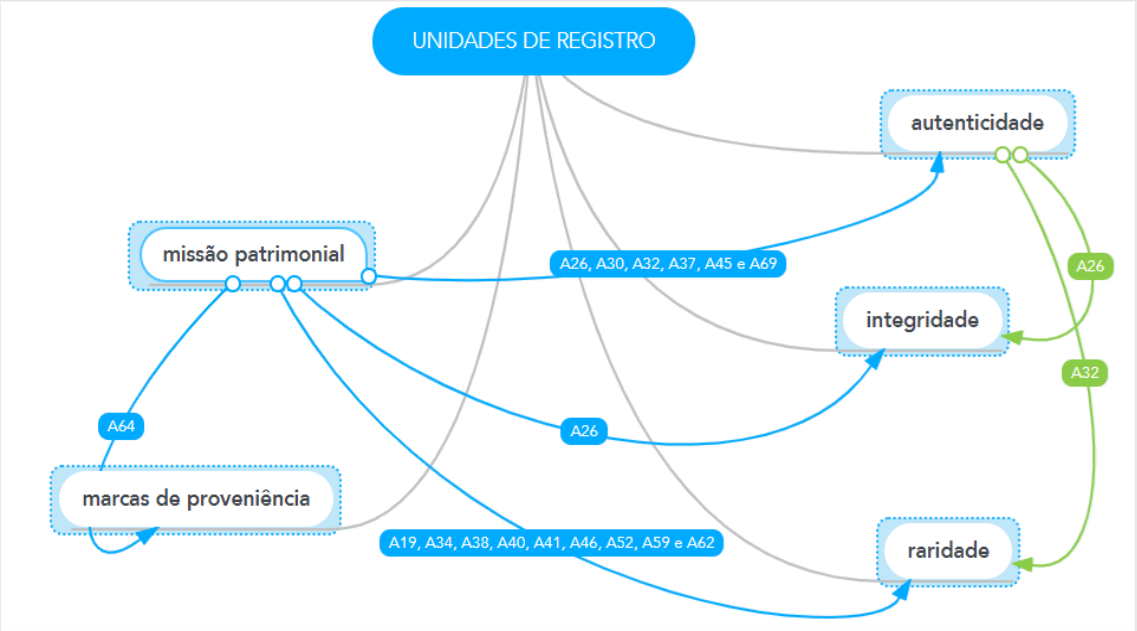
[21] Vale apontar que ao falar de patrimônio, em seu sentido genérico, noções de preservação e salvaguarda são fatores que tecem uma linha tênue, que recorrentemente são atribuídas como sinônimas, variando de acordo com o contexto. Entende-se por preservação as ações do sujeito com fins de garantir a integridade e longevidade dos bens culturais. A salvaguarda reflete a “[...] um conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais a uma instituição cultural, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, das coleções e dos usuários.” (SPINELLI JUNIOR, 2020, p. 113). Os termos são considerados próximos ao promover o benefício social contínuo, e distantes ao instante em que a salvaguarda pode sofrer fatores heterogêneos como: mudanças culturais, desastres naturais e ação de agentes biológicos.

conceito de patrimônio documental bibliográfico" (RODRIGUES, 2016, p. 110). Nesta análise, percebe-se que onze artigos trazem a raridade nos marcos teóricos do patrimônio documental, comunicando que esse elemento pode sim fazer parte do patrimônio documental, porém não compõem a totalidade conceitual. Em outras palavras, não se pode vincular, enfática e propriamente, o patrimônio documental à raridade.

As unidades de registro **marcas de proveniência**, **integridade** e **autenticidade** foram os que tiveram um dos índices mais baixos. As marcas de proveniência foram encontradas no artigo intitulado *O silêncio da Irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos e o manuscrito revelador*, dos autores Alícia Duhá Lose, Vanilda Salignac Mazzoni e Fabiano Cataldo de Azevedo, publicado pela revista *Memória e Informação* em 2020 (A64). Ou seja, um tema ainda emergente e tão importante na constituição do patrimônio documental, uma vez que o Programa Memória do Mundo, em um dos seus requisitos para a submissão de iniciativas, sinaliza as descrições e identificações das marcas temporais encontradas nos documentos e nas coleções que estabelecem os vínculos entre o período de produção e a sociedade, em uma perspectiva integrada.

A Figura 6 demonstra as relações entre todas as unidades de registro da categoria, indicando os artigos dessas inter-relações. Fica evidente que a unidade **missão patrimonial** se interliga com as demais unidades, além da ligação da unidade **autenticidade** com duas unidades. Nesse compasso, cabe destacar que a **raridade** tem uma estreita conexão com a **missão patrimonial**, pois as ações de salvaguarda e preservação são fatores que nunca se ausentarão desses dois elementos caracterizadores, nos quais garantem a longevidade, utilidade, promoção, valorização, transmissão e revitalização dos registros documentais e de suas coleções em seus mais diferentes suportes e manifestações.

Figura 6 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Elementos caracterizadores



Fonte: A autora (2022)

- Manifestações do termo

Durante as análises dos artigos foi observado que o patrimônio documental é cercado por inúmeras manifestações terminológicas. Diante disso, foi criada uma categoria com o intuito de apresentar as diferentes formas de utilização do termo patrimônio documental nas publicações nacionais, a fim de identificar quais manifestações documentais foram expressas. A Tabela 7 mostra 25 unidades de registro coletadas do *corpus* da pesquisa e suas respectivas frequências:

Tabela 7 – Categoria Manifestações do termo

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
bens culturais	8	69
bens documentais	1	
bem material da sociedade	1	
bens móveis	2	
bens patrimoniais	5	
capital da sociedade	1	
conjunto dos arquivos	1	
conjuntos documentais	9	
conjuntos documentais históricos	1	
documento arquivístico digital	1	
patrimonialização de arquivo	1	
patrimonialização documental	4	
patrimônio arquivístico	5	
patrimônio arquivístico cultural	1	
patrimônio documental arquivístico	14	
patrimônio documental arquivístico digital	2	
patrimônio documental bibliográfico	3	
patrimônio documental científico	1	
patrimônio documental cultural	2	
patrimônio documental digital	1	
patrimônio documental histórico	2	
patrimônio documental público	1	
patrimônio informacional	1	
patrimônio informacional arquivístico contemporâneo	1	
registro documental de arquivo	1	

Fonte: A autora (2021)

Devido à quantidade acentuada de unidades de registro, foram criados oito grupos com o objetivo de sistematizar as discussões, sendo divididos da seguinte forma:

- **Grupo 1:** bens culturais, bens documentais, bem material da sociedade, bens móveis e bens patrimoniais;
- **Grupo 2:** conjunto dos arquivos, conjuntos documentais e conjuntos documentais históricos;
- **Grupo 3:** patrimonialização de arquivo e patrimonialização documental;
- **Grupo 4:** patrimônio arquivístico e patrimônio arquivístico cultural;
- **Grupo 5:** patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental arquivístico digital, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental científico, patrimônio documental cultural, patrimônio documental digital, patrimônio documental histórico, patrimônio documental público;
- **Grupo 6:** patrimônio informacional e patrimônio informacional arquivístico contemporâneo;

- **Grupo 7:** registro documental de arquivo, capital da sociedade e documento arquivístico digital.

A ideia de tratar como sinônimo o patrimônio documental na mesma linhagem dos bens de natureza material vêm do patrimônio cultural posto na Constituição Federal de 1988 no art. 216, na qual aparece a palavra 'bens', tanto para designar os de natureza material quanto os de imaterial. Rodrigues (2016) esclarece que não há como conceituar o patrimônio documental sem se pautar na definição de patrimônio cultural, pois este último é o caminho para que se possa trazer os elementos culturais significativos presentes nas manifestações documentais.

O **Grupo 1** apresenta cinco unidades de registro que remetem ao patrimônio documental nos moldes do patrimônio cultural ao destinar os documentos como bens, sejam eles culturais, documentais, móveis e patrimoniais. A unidade **bem material da sociedade** aparece no artigo *Patrimônio Fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo* dos autores André Malverdes e André Porto Ancona Lopez, publicado pela revista *PontodeAcesso* em 2016 (A35), como parte do patrimônio cultural e designando o patrimônio documental como um bem de cunho material e pertencente a sociedade. Vale ressaltar, o alto índice das unidades **bens culturais** e **bens patrimoniais**, tendo uma frequência de oito e cinco artigos, respectivamente.

O patrimônio documental entendido como um agrupamento de diferentes tipos de documentos, traz à tona a definição de arquivos que, em amplo sentido, é um conjunto de documentos, por isso a estreita fusão da Arquivologia com o patrimônio documental. O **Grupo 2** expõe nove artigos que atribuem ao patrimônio documental como conjuntos documentais, na compreensão de que esse "documento" pertence aos arquivos, uma vez que "O termo 'patrimônio documental' é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica" (ROSA; BAPTAGLIN, 2017, p. 81).

Nortear o patrimônio documental nas concepções da patrimonialização, é apresentar a herança cultural e coletiva, além de ultrapassar os muros materiais e de dar voz às falas plurais em detrimento da fala legitimada pelo Estado. O **Grupo 3** utiliza o termo **patrimonialização documental** para englobar os documentos de arquivo tendo uma frequência de quatro artigos. O único artigo que utilizou o termo de forma mais precisa, **patrimonialização de arquivo**, foi o A42 intitulado *Centros de Documentação e Patrimônio Documental* da autora Janete Leiko Tanno, pela revista *Acervo* em 2018.

O **Grupo 4** tem duas unidades de registro que são o **patrimônio arquivístico** com cinco artigos, podendo inferir o uso recorrente do patrimônio documental dentro da Arquivologia, e o **patrimônio arquivístico cultural** com apenas um único artigo, em que foi necessário especificar a natureza desse patrimônio ao se referir aos documentos audiovisuais (A7).

O patrimônio documental no **Grupo 5** teve oito variações no termo, em que se percebeu um maior rigor em minuciar de que patrimônio documental estava sendo tratado, e ao mesmo tempo uma ironia, pois nota-se um uso mais independente do termo. Nesse raciocínio, observa-se que somente o termo patrimônio documental não comporta uma conceitualização que reúna os diferentes tipos de manifestações documentais, na qual o termo:

> [...] traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado. Por vezes, o termo "patrimônio documental" é aplicado sem uma exploração de sua noção, fato que, visto por uma perspectiva otimista, é positivo, pois, em não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo. (ROSA; BAPTAGLIN, 2017, p. 81).

A unidade de registro **patrimônio documental arquivístico** foi a mais utilizada nos trabalhos, na qual sua definição remete ao Grupo 1 no tocante ao conjunto dos arquivos, visto que o Arquivo Nacional (2005, p. 130) estabelece que o patrimônio documental arquivístico é "[...] o conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município". Para o A48, o patrimônio documental é constituído, substancialmente, de documentos arquivísticos de valor secundário e como fontes de testemunho. É perceptível ilustrar que, diante dessas considerações, o patrimônio documental faz parte de uma hierarquia, em que está subordinado ao patrimônio cultural e possui suas ramificações, que podem ser exemplificadas pelas unidades de registro do Grupo 5.

Cabe assinalar, a unidade **patrimônio documental bibliográfico** que tem um tom peculiar, ao instante em que une o patrimônio documental e bibliográfico, como já discutido pelo autor mexicano Palma Peña (2011, 2013). Os dados mostraram três artigos que trabalharam com essa junção. Porém, ambos patrimônios têm suas distinções, pois o

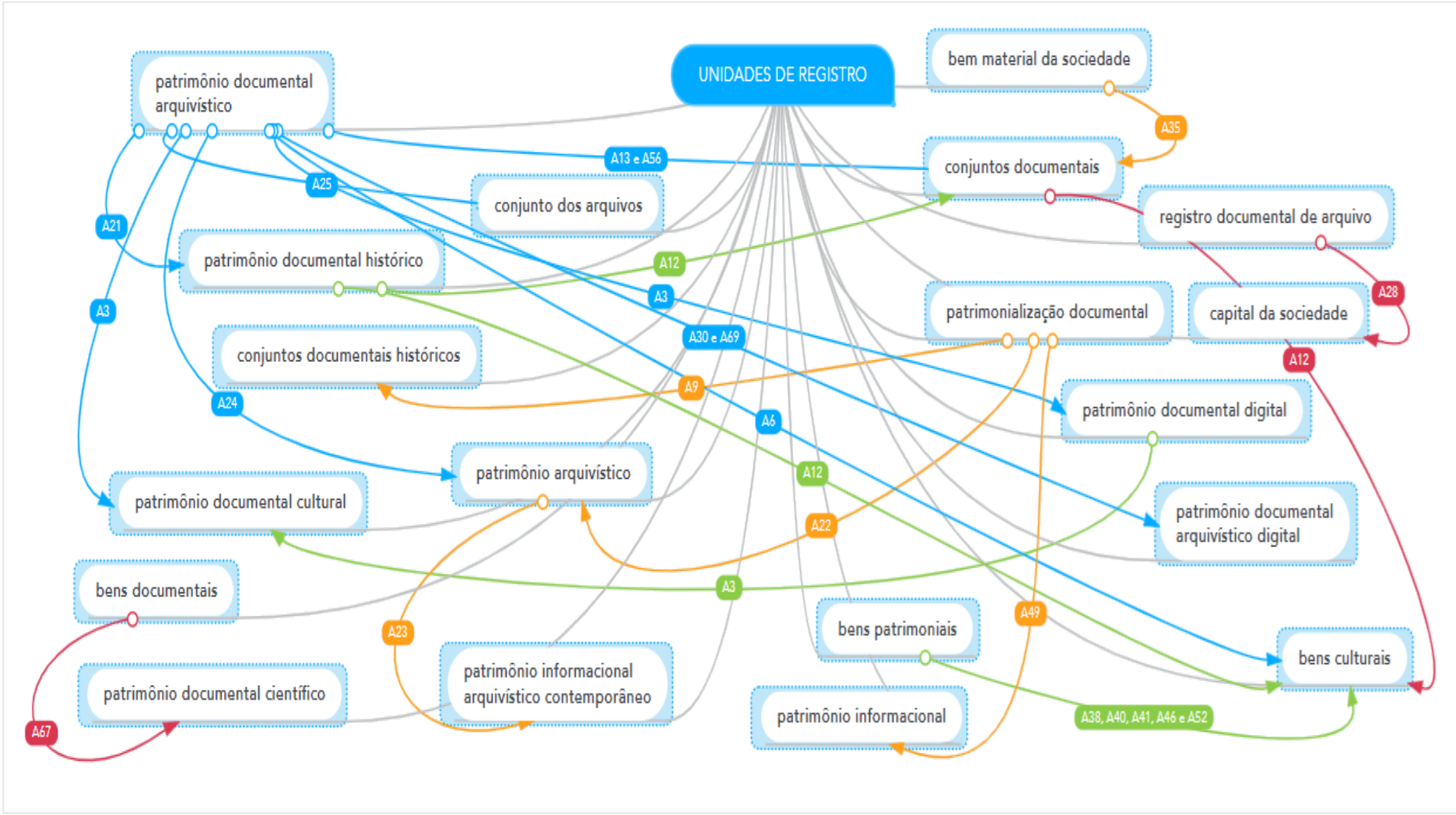
patrimônio documental é "[...] uma expressão mais imprecisa e ambígua que a de patrimônio bibliográfico" (LOUREIRO, 2020, p. 106).

Uma manifestação curiosa do termo patrimônio documental é o **patrimônio informacional**, com sua primeira e simples aparição em 2014 no artigo *A Gestão de Documentos e a Preservação do Patrimônio Documental em Municípios Gaúchos* dos autores Marco Antônio da Luz e Daniel Flores, publicado pela revista *Ágora* (A23), na qual a unidade é apresentada como **patrimônio informacional arquivístico contemporâneo**, dando a noção de um patrimônio que valoriza registros documentais atuais e que pertence aos arquivos. Cinco anos depois, o termo é discutido de maneira mais aprofundada por Renato Crivelli e Maria Leandro Bizello, no artigo intitulado *O lugar do Patrimônio Documental* pela revista *Perspectivas em Ciência da Informação* (A49). O **Grupo 6** discorre sobre a ideia de substituir o termo patrimônio documental por patrimônio informacional, que de modo sumário, essa conversão se dá pelo fato da informação (imaterial) e do suporte (material) tecer um vínculo na constituição do documento, além do valor informativo presente nos documentos.

Por último, o **Grupo 7** não traz nenhuma menção ao patrimônio, mas reforça a compreensão do patrimônio documental como sendo documentos de arquivos, incluindo o formato digital. A unidade **capital da sociedade** é a mais emblemática encontrada no artigo *Documento, História e Memória* das autoras Franciele Merlo e Glaucia Vieira Ramos Konrad, pela revista *Informação & Informação* em 2015 (A28). Essa unidade de registro gira em torno de compreender o patrimônio documental sob a ótica da proteção que o Estado detém acerca dos registros documentais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

Na Figura 7, traz-se as representações das conexões entre as unidades de registro da categoria Manifestações do termo, que foi uma das categorias que mais teve inter-relações devido o acentuado número de unidades de registro. É possível considerar, em primeiro lugar, a unidade **patrimônio arquivístico documental** como o termo central que interliga com as demais unidades, concluindo ainda o forte uso do patrimônio documental na área da Arquivologia nas publicações nacionais em CI. Em segundo lugar, a unidade **patrimonialização documental** tem três vínculos com as unidades **patrimônio arquivístico**, **patrimônio informacional** e **conjuntos documentais históricos**. Por fim, em terceiro lugar, a unidade **patrimônio documental histórico** com duas ligações entre as unidades **conjuntos documentais** e **bens culturais**.

Figura 7 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Manifestações do termo



Fonte: A autora (2022)

- Gêneros documentais

O patrimônio documental não se constitui apenas do texto escrito, mas de diversos gêneros documentais que podem se relacionar entre si. As publicações nacionais trouxeram resultados satisfatórios no que tange à integração com outros gêneros documentais ao se reportarem ao conceito de patrimônio documental. A Tabela 8 apresenta a análise de conteúdo que foi realizada:

Tabela 8 – Categoria Gêneros documentais

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
documento audiovisual documento digital documento iconográfico documento sonoro documento textual documento tridimensional	7 20 15 5 24 2	73

Fonte: A autora (2021)

As unidades de registro foram: **documento audiovisual**, **documento digital**, **documento iconográfico**, **documento sonoro**, **documento textual** e **documento tridimensional**. De acordo com os dados obtidos da Tabela 8, torna-se eminente a unidade **documento textual** mesmo com uma diferença de 45 quando comparado aos 69 artigos que perfazem o *corpus* da pesquisa. Diante disso, nota-se que o documento textual continua sendo o gênero documental basilar no ambiente patrimonial documental, visto que:

> [...] são acontecimentos e produtos históricos, relacionando-se de forma complexa com os seus vários contextos de produção e de recepção, ao mesmo tempo em que constituem elementos essenciais para a reconstrução dos contextos em que foram elaborados, difundidos, (re)apropriados e utilizados. (MOGARRO, 2005, p. 90).

O **documento digital** segue atrás, mas com uma diferença de apenas quatro artigos, ou seja, é um tema que vem sendo debatido com recorrência dentro do domínio do patrimônio documental. O artigo mais recente em que essa unidade de registro aparece é o dos autores Ana Suely Pinho Lopes e Jorge Pedro Sousa, intitulado *O Acesso aos Documentos com e seu o uso da Tecnologia da Informação*, publicado pela revista *Logeion* em 2020 (A60).

O **documento iconográfico** tem um valor significativo, pois a inclusão desse gênero documental nas entrelinhas do patrimônio documental já vem sendo abordado há doze anos.

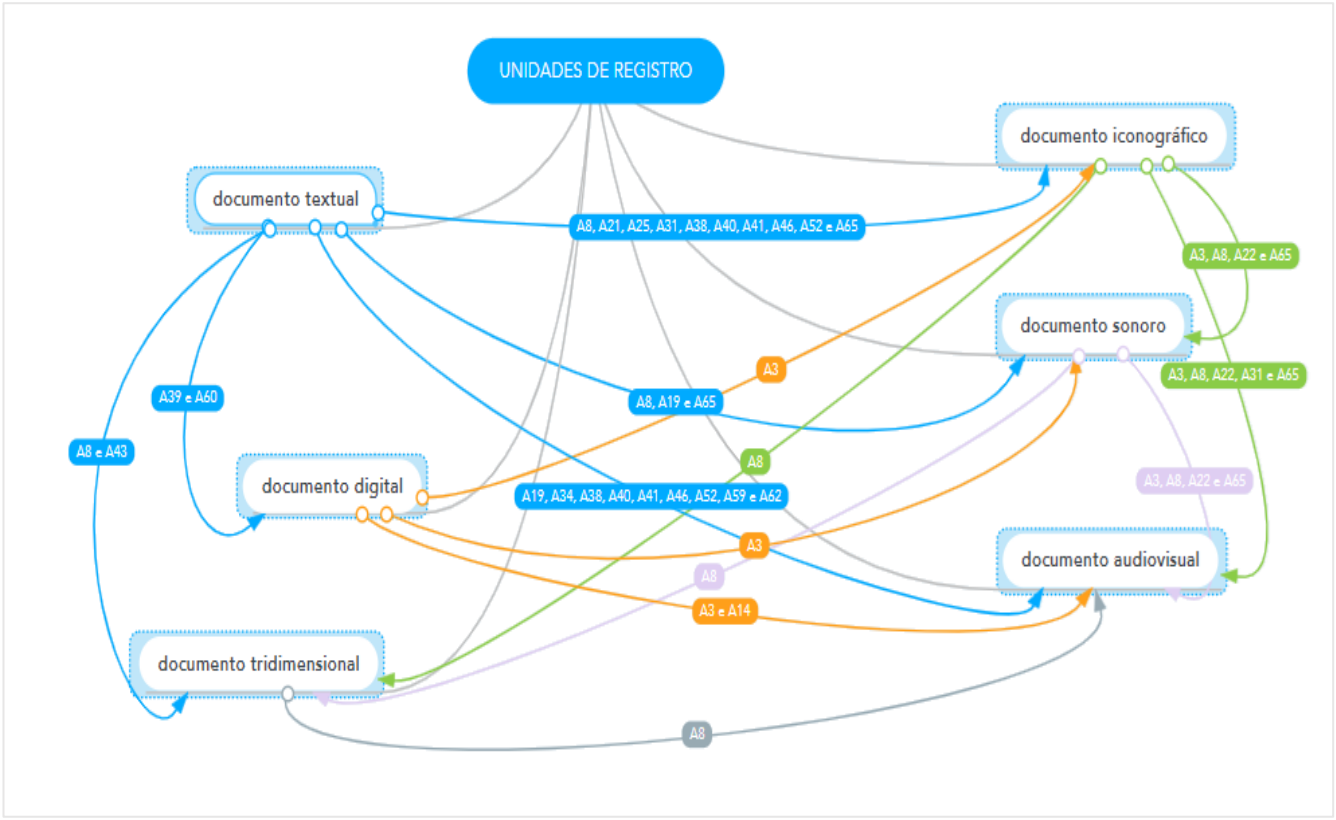
Essa unidade faz parte do primeiro e único artigo do ano de 2010, que foi da autora Luciana Souza de Brito, chamado *Histórias e Memórias Institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos*, publicado pela revista *DataGramaZero* (A1). O número de frequência da unidade documento iconográfico pode remeter às coleções e definições do patrimônio documental instituídas no Programa Memória do Mundo. Um exemplo de documento iconográfico nominado Memória do Mundo é o Arquivo Pessoal da psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999), custodiado pelo Museu de Imagens do Inconsciente, que foi considerado patrimônio documental com Registro Regional no ano de 2015.

O **documento audiovisual** e o **documento sonoro** tiveram um índice baixo comparados as demais unidades de registro, porém a primeira publicação do que reuniu essas duas unidades nas demarcações conceituais do patrimônio documental foi em 2011 pela revista *Ciência da Informação*, no artigo *Fundamentos, Desafios e Alternativas para a Salvaguarda e Difusão de Patrimônio Documental fotográfico, audiovisual e sonoro* do autor Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (A3).

Por fim, o **documento tridimensional**, o gênero documental que não foi considerado documento por Ranganathan (1963, p. 41, tradução nossa), "[...] pois ele não é um registro em uma superfície mais ou menos plana", teve uma frequência de dois artigos. Nesses termos, há uma certa curiosidade no artigo *Curadoria Educativa em Arquivos-Museus Literários* do autor Marcos Ulisses Cavalheiro, publicado pela revista *Archeion Online* em 2018 (A43). A curiosidade em questão é a presença das unidades de registro 'missão patrimonial', 'curadoria educativa' e 'museus' vinculadas ao documento tridimensional, o que não exclui o seu caráter formador nos entornos conceituais do patrimônio documental.

As relações internas das unidades de registro são apresentadas na Figura 8, em que se tem inúmeras afinidades entre elas, como por exemplo a unidade **documento tridimensional** que só aparece em dois artigos, mas estabelece inter-relações com as unidades **documento audiovisual**, **documento iconográfico**, **documento sonoro** e **documento textual**. É perceptível que os gêneros documentais presentes na conceitualização do patrimônio documental não são somente constituídos do documento textual. Logo, o conceito ganha novos contornos ao inserir e considerar diferentes e novas tipologias documentais, ao vislumbrar a ampliação dos horizontes de sua materialidade.

Figura 8 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Gêneros documentais



Fonte: A autora (2022)

- Elementos basilares na construção do conceito

Antes de descrever a análise dessa categoria, é importante enfatizar o que significa o **conceito** para a pesquisa, tornado assim, a discussão dos resultados mais objetiva e dentro do escopo do trabalho. O conceito é considerado uma unidade do conhecimento, que sofre influência de transformações sociais e/ou culturais, tendo uma dinamicidade e evolução em sua construção e que possui uma abordagem pragmática e flexível para a representação do conhecimento (DAHLBERG, 1978; HJØRLAND , 2009; WÜSTER, 1998).

Nessas circunstâncias, entender os elementos basilares na construção do conceito de patrimônio documental, torna-se fundamental perceber as unidades constituintes desse patrimônio, refletidas de forma clara e latente nos discursos teóricos. A Tabela 9 apresenta as unidades de registro encontradas:

Tabela 9 – Categoria Elementos basilares na construção do conceito

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
cidadania	10	76
memória institucional	5	
memória social	19	
patrimônio cultural	35	
produção técnico-científica	7	

Fonte: A autora (2021)

As unidades de registro foram: **cidadania, memória institucional**, **memória social**, **patrimônio cultural** e **produção técnico-científica**. Vale ressaltar, que a categoria em questão é a terceira com o maior número de frequência, evidenciando a sua relevância na composição do patrimônio documental.

O **patrimônio cultural** teve um resultado expressivo, no qual 35 artigos discutiram o patrimônio documental por meio do patrimônio cultural. Umas das principais origens dessa explicação é decorrente da presença do termo ‘documentos’ no art. 216 do inciso IV da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [2016]), que trouxe o patrimônio cultural como o elemento fundamental do patrimônio documental. Em outras palavras, não existe patrimônio documental sem o patrimônio cultural. As manifestações documentais que carregam elementos culturais significativos só podem ser identificadas e expressadas a partir do patrimônio cultural (PALMA PEÑA, 2013). Não é à toa que essa unidade de registro foi a única que teve inter-relações com todas as demais unidades dessa categoria.

A **cidadania** mesmo apresentando dez artigos, evidenciou um comportamento estável, pois, desde 2013 até 2020 essa unidade de registro vem sendo discutida nas conceitualizações de patrimônio documental. Em vista disso, boa parte dos autores que fazem parte do *corpus* da pesquisa, fundamentaram suas abordagens teóricas nos autores mexicanos e colombianos, dentre os quais pode-se destacar Juan Palma Peña, que traz a ideia de cidadania ao definir o patrimônio documental bibliográfico.

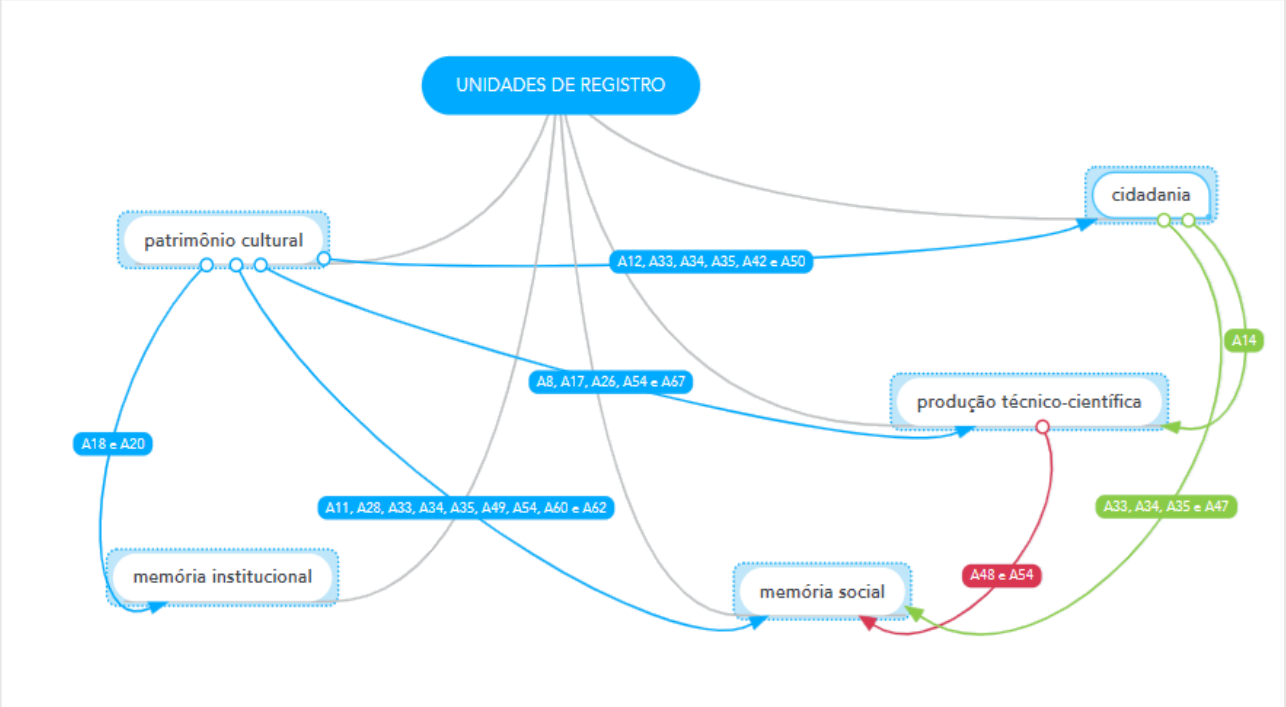
As unidades **memória social** e **memória institucional** têm uma diferença de 14 artigos, mas diante dessa distância quantitativa, pode-se inferir que o patrimônio documental é pautado na coletividade e nas ações desses grupos e/ou instituições dentro do contexto que estão inseridas. Esse aspecto coletivo tem uma estreita relação com a unidade patrimônio cultural, em que “A comunidade precisa, primeiro, existir, para que o objeto patrimonial exista” (GAUZ, 2015, p. 77). No escopo da consideração da memória institucional, há uma aproximação com a unidade de registro ‘universidades’ da categoria ‘instituições integrantes’, no qual os valores

de ensino, pesquisa e extensão são latentes, além da emanação de poder que esse patrimônio como memória institucional elucida.

A **produção técnico-científica** foi selecionada para compor a categoria, por articular com a memória social, que consequentemente recai no patrimônio cultural. Os autores usaram essa unidade para caracterizar em como os acervos são registrados nos mais variados tipos de suportes em conformidade com a realidade, tendo o seu foco no coletivo, por parte de quem produz e administra as coleções patrimoniais. Essa unidade de registro teve vínculos com as unidades **memória social**, **patrimônio cultural** e **cidadania**.

A Figura 9 ilustra essa diversidade de relações entre as unidades de registro, posicionando o patrimônio cultural como o elemento essencial que realiza as comunicações entre as demais unidades.

Figura 9 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Elementos basilares na construção do conceito



Fonte: A autora (2022)

- Instituições integrantes

A aplicação do termo patrimônio documental numa visão simplista, remete diretamente ao ambiente dos arquivos, a partir da breve associação da palavra ‘documento’ a área de

conhecimento da Arquivologia e ‘patrimônio’ à preservação dos documentos históricos, e assim, chegando ao “lugar-comum” desse patrimônio que são os arquivos.

A pesquisa teve um propósito de apresentar outros lugares que congregam o patrimônio documental e presentes no *corpus* do trabalho. A Tabela 10 demonstra a análise de conteúdo executada na categoria instituições integrantes:

Tabela 10 – Categoria Instituições integrantes

UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
arquivos	44	86
bibliotecas	15	
centro de documentação	2	
instituição portuária	1	
instituições culturais	3	
museus	8	
universidades	13	

Fonte: A autora (2021)

As unidades de registro foram: **arquivos**, **bibliotecas**, **centro de documentação**, **instituição portuária**, **instituições culturais**, **museus** e **universidades**. Dentre todas as unidades, nota-se a acentuada frequência dos **arquivos**, corroborando que essa unidade, além de ser o ponto chave dessa categoria, é largamente um dos objetos de estudo mais utilizados dentro do patrimônio documental; a associação de patrimônio documental aos arquivos já é feita de forma involuntária. Vale destacar que a unidade **universidades** apresentou oito artigos que remeteu aos arquivos abrigados por esses institutos superiores.

Para romper com essa visão alicerçada nesse “lugar-comum” dos arquivos, a análise de conteúdo identificou outras instituições, dentre as quais pode-se fazer menção as **bibliotecas**, que não fugindo daquela associação involuntária do patrimônio documental com os arquivos, sofre também de uma automática combinação em relação ao patrimônio bibliográfico. Vincular as bibliotecas ao patrimônio documental é ampliar esse universo não só de lugares, mas de contextos diferentes, pois cada instituições tem a sua peculiaridade em lidar com o seu patrimônio.

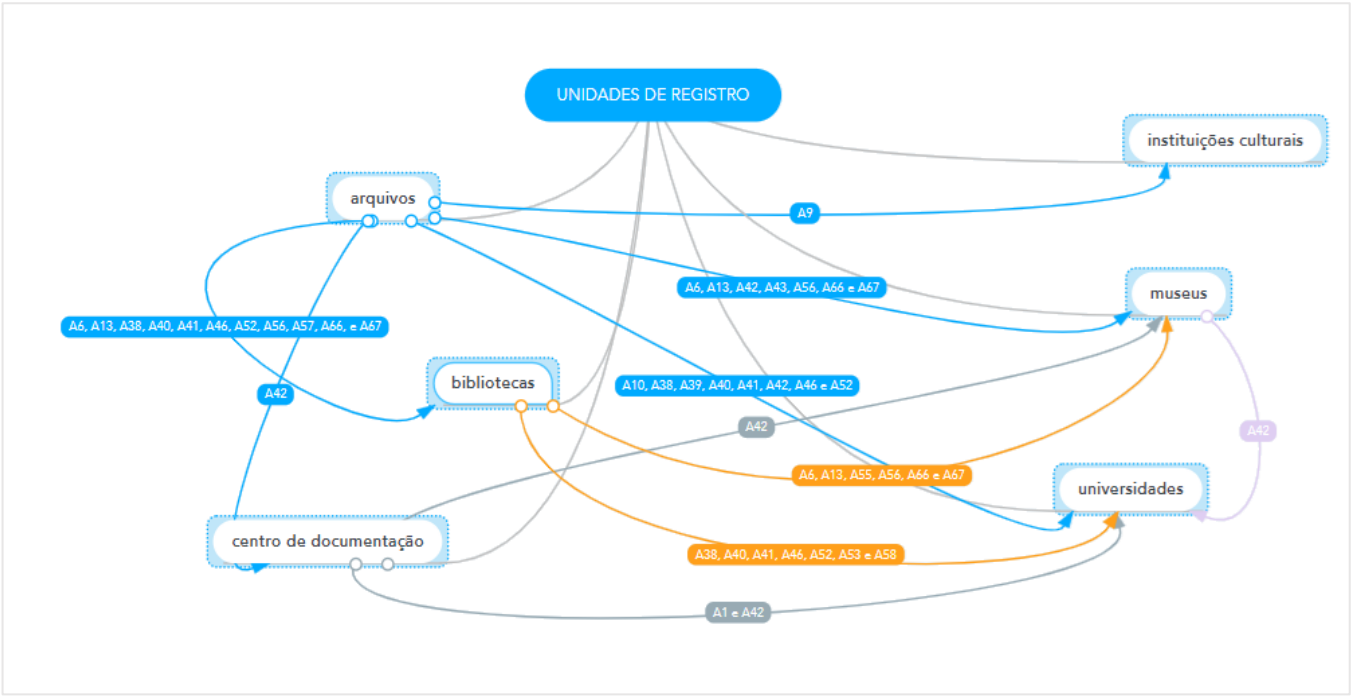
Os **museus** mesmo tendo um resultado de oito ocorrências, estabelecem um vínculo com a unidade de registro ‘documento tridimensional’ da categoria Gêneros documentais. A primeira ocorrência foi em 2012 no artigo *Arquivos, Bibliotecas e Museus* do autor Carlos Eduardo dos Reis, publicado pela revista *Ágora* (A6), na qual o autor tece um conceito de patrimônio documental de forma implícita, inserindo as “Três Marias” no conjunto dessa conceitualização. O fato de a unidade museus ter uma frequência baixa, não exclui as recentes

discussões envolvendo essa unidade no âmbito do patrimônio documental, tendo como prova disso o artigo *Proposta de integração de recursos do Patrimônio Cultural Científico no modelo EDM* dos autores Cláudio Jose S. Ribeiro, Alexandre Medeiros Correia de Sousa e Maria Manuel Borges, pela revista *Biblos* em 2020 (A67).

Por último, as unidades **centro de documentação**, **instituições culturais** e **instituição portuária** ainda são tímidas nos aportes conceituais do patrimônio documental, mas sinalizam que há um vasto campo de atuação desse patrimônio, não restringindo a lugares consagrados por definições estabelecidas.

A Figura 10, traz de um modo ilustrativo, as inúmeras relações entre as unidades de registro da categoria Instituições integrantes, em que é possível afirmar o comportamento dos **arquivos** como a unidade central que tece encadeamentos com as demais unidades de registro. Em outros termos, os arquivos não podem estar no conceito de patrimônio documental de maneira isolada, porque eles tecem um diálogo com outras instituições nessa conceitualização.

Figura 10 – Inter-relações das unidades de registro da categoria Instituições integrantes



Fonte: A autora (2022)

6 CONCLUSÕES

O estudo analisou as relações teóricas e as aplicações sobre o patrimônio documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação, demarcando as formas e as manifestações dos registros documentais, bem como identificando os elementos de caracterização que compõem o patrimônio documental fundamentados na seção Documento e Patrimônio Documental do trabalho. Para além disso, foi possível perceber no referencial teórico como as instituições que atuam com o patrimônio, dentre elas, o Programa Memória do Mundo, qualifica o objeto patrimônio documental e de como cada instituição tem sua peculiaridade, assim como sua relação de proximidade nas dimensões teóricas e aplicadas do patrimônio documental.

A pesquisa permitiu concluir que o patrimônio documental não está vinculado somente aos arquivos e documentos textuais, e que comporta o patrimônio bibliográfico e museológico. As manifestações conceituais desse termo atuam de maneira multidisciplinar, tendo em vista o valor percentual de 72,5% dos artigos publicados na área da Ciência da Informação em detrimento dos períodos destinados para a Arquivologia, o que revela, inclusive, alguns embates epistemológicos na própria CI. As áreas do conhecimento que trabalham em conjunto com o patrimônio documental encontradas na pesquisa foram inúmeras, destacando: Biblioteconomia, Museologia, História, Arquitetura, Letras, Engenharia Química, Comunicação Social.

Sob o ponto de vista metodológico, diante das análises bibliométricas que indicaram 39 autores graduados em Arquivologia, foi possível concluir a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática, intensificando a interdisciplinaridade dentro da CI, além da distribuição dos artigos de periódicos que evidencia uma temática que mesmo sendo discutida há muito tempo, apresenta-se pequena nas publicações, sobretudo, das revistas com maior qualificação.

Assim, de acordo com a análise de conteúdo, foi possível analisar que as seis categorias e as 52 unidades de registro, indicaram que o trabalho contribuiu expondo elementos conceituais dantes engessados acerca do patrimônio documental, bem como apresentando quinze unidades de registro mais utilizadas na demarcação conceitual: missão patrimonial, arquivos, patrimônio cultural, difusão de documentos, documento textual, documento digital, memória social, bibliotecas, documento iconográfico, patrimônio documental arquivístico, universidades, raridade, cidadania e conjuntos documentais.

As unidades de registro transparecem a construção de um conceito de patrimônio documental que dê para o pesquisador, instrumentos de investigação e que orientem a

observação dos fenômenos sociais que estão presentes no patrimônio documental, explorando o seu caráter dinâmico relacionado com a sociedade contemporânea, em que valores culturais, educativos, humanísticos, políticos, científicos, tecnológicos e econômicos são a base nas atribuições de valores das coleções.

Nessa perspectiva, à luz das relações identitárias, o trabalho salienta a missão patrimonial como uma das ações que viabiliza o fomento ao vínculo do termo com o país de origem, a memória e a cultura, dentro da noção do direito ao acesso, por meio de um elo afetivo, simbólico e até em espécie que os registros documentais instituídos como patrimônio documental podem proporcionar para o público a que se destina.

Um fato a ser destacado e que gerou inquietação é a ausência da Universidade Federal de Pernambuco no *corpus* da pesquisa, que apesar do Programa em Ciência da Informação desta universidade ter tudo a ver com a temática, não apresentou nenhuma publicação, o que faz desse trabalho ser um dos pioneiros a pesquisar sobre o patrimônio documental dentro da própria universidade.

As limitações incidiram, substancialmente, na etapa metodológica da pré-análise que compreendeu a escolha dos documentos e a preparação do material, uma vez que boa parte dos artigos apresentaram suas conceitualizações de maneira implícita, o que demandou de uma leitura quase que completa para cada artigo, a fim de identificar as unidades de registro para a realização da análise de conteúdo. Como também, as dificuldades postas pela pandemia, na qual o isolamento prejudicou, em parte, a execução da pesquisa, no que para sanar essa lacuna foram realizadas orientações presenciais semanais seguindo todos os protocolos sanitários, a fim de proporcionar não somente um avanço na escrita da pesquisa, mas na saúde mental da orientanda que já tinha perdido familiares e amigos pela Covid-19.

Como sugestão para estudos futuros, objetiva-se direcionar o estudo para os patrimônios que comportam o patrimônio documental, como os: museológicos e bibliográficos, na intenção de aprofundar as discussões conceituais acerca desses patrimônios, estabelecendo marcos teóricos mais estruturados e identificando as influências sociais, culturais, ideológicas, políticas e econômicas sofridas nas definições do patrimônio museológico e bibliográfico.

Os objetivos foram alcançados e trouxeram resultados além do que a pesquisa propôs, que foram as análises bibliométricas, como a relação de autores, de revistas, de instituições mais produtivas, trazendo a Universidade Federal de Santa Maria com o maior índice de autores que publicaram sobre o patrimônio documental, como também a distribuição temporal dos artigos, apresentando um panorama sistematizado por detrás dessas publicações, que auxiliaram nas discussões das análises de conteúdo.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: TARDY, C.; DODEBEI, V. (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. p. 67-93.

AGAMBEN. G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743. Acesso em: 8 nov. 2021.

ALBUQUERQUE, D. E. M.; MENEZES, D. M. S.; SILVEIRA, M. A. A. Bens imateriais em processo de instrução para registro no Iphan: tensões sociais em torno da salvaguarda na região Nordeste do Brasil. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79323. Acesso em: 15 jun. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 3 fev. 2022.

ARNTZ, R.; PICHT, H. **Introducción a la terminología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

BAÉZ, F. **História universal da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BÉRA, M.; LAMY, Y. Os bens. *In*: BÉRA, M.; LAMY, Y. **Sociologia da cultura**. São Paulo, Edições Sesc, 2015. p. 21-67.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 8 mar. 2022.

BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. Disponível em: http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html Acesso em: 19 dez. 2021.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CASTRIOTA, L. B. Patrimônio cultural: valores e sociedade civil. *In*: MIRANDA, M. P. S.; ARAÚJO, G. M.; ASKAR, J. A. (org.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 42-47.

CASTRO, A. M. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência**. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1988.

CHAGAS, M. D. S. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 29-47, 1994. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534. Acesso em: 19 dez. 2021.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, abr./jun. 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118889. Acesso em: 9 ago. 2021.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. Patrimônio, documentos e informação. **Ibersid**, [*S. l.*], v. 6, p. 173-178, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/73989. Acesso em: 9 ago. 2021.

CUNHA, M. R. A Memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questã**o, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22062. Acesso em: 19 dez. 2021.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115. Acesso em: 25 jul. 2021.

DORADO SANTANA, Y.; HERNÁNDEZ GALÁN, I. Patrimonio documental, memoria e identidad: una mirada desde las Ciencias de la Información. **Ciencias de la Información**, La

Habana, v. 46, n. 2, p. 29-34, mayo/agosto 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1814/181441052006.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

ESPANHA. **Ley n° 16, de 25 de junio de 1985**. Del Patrimonio Histórico Español. Madrid: Palacio de la Zarzuela, 1985. Disponível em: https://www.boe.es/eli/es/l/1985/06/25/16. Acesso em: 1 ago. 2021.

FEDOR DE DIEGO, A. **Terminología**: teoría y práctica. Caracas: Equinoccio, 1995.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, R. M. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. *In*: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. **Programme and proceedings**. [*S. l.*]: IFLA, c2014. Disponível em: http://goo.gl/99eurJ. Acesso em: 18 jan. 2021.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Minc-IPHAN, 2005.

FONTAL MERILLAS, O.F. **La educación patrimonial**: teoria y práctica en el aula, el museo e internet. Espanha: Ediciones TREA, 2003.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253-266. (Ditos & Escritos, v. 4).

FREIRE, L.G. L. Difusão educativa em arquivos. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 34, p. 1-9, jan. 2009. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf . Acesso em: 28 jan. 2022.

FROHMAN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, 2012. p. 227-249. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828. Acesso em: 18 dez. 2021.

FROHMAN, B. **Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation**. 2007. Disponível em: https://urless.in/nRbjP. Acesso em: 18 dez. 2021.

FROHMAN, B. Revisiting “what is document?”. **Journal of documentation**, London, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. Disponível em: www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm. Acesso em: 18 dez. 2021.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeira: Zahar, 2009. (Ciências sociais passo-a-passo, v. 66).

GAUZ, V. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 71-87, 2015. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/16905/15196. Acesso em: 1 fev. 2022.

GOMES, M. A.; SILVA, M. C. S. M. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 31-48, jan./jun. 2011.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GUGLIOTTA, A. C. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 314-331, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2548. Acesso em: 18 dez. 2021.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990. (Biblioteca Vértice, 21).

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. El patrimonio documental y bibliográfico. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 6, n. 1, p. 11-41, 1996. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=169967. Acesso em: 19 dez. 2021.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.
INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087-1**: terminology work – vocabulary – part 1: theory and application. Geneva: ISO, 2000.

JUVÊNCIO, C. H. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73450. Acesso em: 18 dez. 2021.

LARA, M. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1050. Acesso em: 24 jul. 2021.

LARAIA, R. B. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. *In*: TEIXEIRA, J. G. L. C.; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. (org.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília, DF: ICS-UNB, 2004. p. 12-18.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

LEVY, D. M. Fixed or fluid? Document stability and new media. *In*: EURPEAN CONFERENCE ON HYPERTEXT TECHNOLOGY, 1994, New York. **Proceedings** [...]. New York: Association for Computing Machinery, 1994. p. 24-31.

LOBELLE FERNÁNDEZ, G. El patrimonio documental de la nación cubana: amparo jurídico en la legislación nacional e internacional. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, La Habana, v. 26, n. 4, p. 381-393, 2015. Disponível em: http://www.rcics.sld.cu/index.php/acimed/article/view/815. Acesso em: 9 ago. 2021.

LÓPEZ YEPES, J. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento?, **Scire**, Zaragoza, v. 3, n. 1, p. 11-29,

1997. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1064. Acesso em: 19 dez. 2021.

LOUREIRO, M. L. N. M. Repensando a noção de patrimônio documental. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 98-112, jul./dez. 2020. Disponível em: http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/133. Acesso em: 19 dez. 2021.

LUND, N. W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 1, n. 43, p. 1-55, 2009. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/aris.2009.1440430116. Acesso em: 18 dez. 2021.

MANNING, M. G. **Quando os livros foram à guerra**: as histórias que ajudaram os alidados a vencer a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

MEMÓRIA DO MUNDO. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. [*S. l.*]: Divisão da Sociedade da Informação: Unesco, 2002. Disponível em: https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, J. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/2891/1788?fbclid=IwAR1d5jzcS-4C8sfpr5R9iRA5NNJuAnotzvnkyyMAWr8HffPec4onJNfLnUg. Acesso em: 19 dez. 2021.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178. Acesso em: 30 jan. 2022.

NOGUEIRA, A. G. R.; RAMOS FILHO, V. S. Afinal, o que é patrimônio? *In*: RAYMUNDO NETO (org.). **Curso de formação de mediadores de educação para patrimônio**. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2020. (Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio, v. 1).

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101. Acesso em: 21 out. 2020.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: Unesp, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104362. Acesso em: 18 dez. 2021.

OTLET, P. **Documentos e Documentação**. [Paris], 1937. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/otlet/. Acesso em: 7 ago. 2021.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad. Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, n. 58, p. 31-57, sept./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 19 dez. 2021.

PALMA PEÑA, J. M. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidade desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427. Acesso em: 24 out. 2020.

PATRIMÔNIO. *In*: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS (Brasil). **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

PATRIMÔNIO. *In*: MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patrim%C3%B4nio/. Acesso em: 7 out. 2020.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, p. 131-156, 2011. Disponível em: http://eprints.rclis.org/16782/. Acesso em: 18 dez. 2021.

RANGANATHAN, S. R. (ed.). **Documentation and its facets**: being a symposium of seventy papers by thirty-two authors. London: Asia Publishing House, 1963. (Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 10). Disponível em: https://repository.arizona.edu/handle/10150/105426. Acesso em: 19 dez. 2021.

RAYWARD, W. B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information Processing and Management**, New York, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

RODRIGUES, M. Políticas públicas e patrimônio cultural. *In*: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020. p. 87-90.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 110–125, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846. Acesso em: 30 jan. 2022.

ROSA, T. C.; BAPTAGLIN, L. A. O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto Federal de Roraima: conquistas e desafios. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, n. 2, p. 74-91, jul./dez. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20204. Acesso em: 3 fev. 2022.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Reflexiones sobre "Documento": palabra/objecto. **Boletín Millares Carlo**, España, n. 5, p. 161-197, 1982. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/129585. Acesso em: 19 dez. 2021.

SALDANHA, G. S. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação". **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/17. Acesso em: 9 nov. 2021.

SALDANHA, G. S.; ORTEGA, C. D. Itinerários da obra de Suzanne Briet: inflexões e tensões. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, p. 103-134, 2018. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1173. Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTOS, R. N. M; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./dez. 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089. Acesso em: 22 jan. 2022.

SMIT, J. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos, 174).

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 1-23, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p1. Acesso em: 18 dez. 2021.

SPINELLI JUNIOR, J. Patrimônio cultural: preservação, salvaguarda e conservação de bens culturais. **Revista BBM**, São Paulo, n. 2, p. 108-119, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistabbm/article/view/175117. Acesso em: 18 out. 2021.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage**: the management of the past as a resource in conflict. Chichester: J. Wiley, 1996.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. [*S. l.*]: Unesco, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

UNESCO. **Recomendación de la Unesco relativa a la preservación del patrimonio documental, compreendido el patrimônio digital, y el acceso al mismo**. [*S. l.*], 17 nov. 2015. Disponível em: https://url.gratis/y2ayi. Acesso em: 25 fev. 2021.

VERGARA, L. G. Curadorias educativas: a consciência do olhar: percepção imaginativa, perspectiva fenomenológica aplicadas à experiência estética. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 3., 1996, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPAP, 1996. p. 240-247.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y la lexicografía terminológica**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, 1998.

APÊNDICE A – CORPUS DA PESQUISA

ID	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	REVISTA	LINK DE ACESSO
A1	Histórias e memórias institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos	Luciana Souza de Brito	2010	DataGramaZero	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7097
A2	Arranjo e descrição arquivística em processos judiciais	Tassiara Jaqueline Fanck Kich Glaucia Vieira Ramos Konrad	2011	Perspectivas em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33391
A3	Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2011	Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21888
A4	O Prontuário Eletrônico de Paciente (PEP) como memória, patrimônio documental e cultural	Jorge Alberto Soares Cruz Daniel Flores Olga Maria Correa Garcia	2011	Em Questão	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88188
A5	A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória	Mariana Lousada	2012	RICI	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/72983
A6	Arquivos, bibliotecas e museus: segurança e preservação do patrimônio	Carlos Eduardo dos Reis	2012	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12895
A7	Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil	Luiz Antonio Santana da Silva Telma Campanha de Carvalho Madio	2012	Ibersid	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/167533
A8	A atuação da Discoteca Oneyda Alvarenga na construção do patrimônio imaterial: revendo uma trajetória	Ana Paula Silva Alcenir Soares dos Reis	2013	Perspectivas em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38015
A9	Arquivos privados e interesse público caminhos da patrimonialização documental	Talita dos Santos Molina	2013	Acervo	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41679

A10	Centralidades do patrimônio: considerações sobre a gestão documental para preservação de arquivos institucionais	Juliana Rabelo do Carmo	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/62077
A11	Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício	João Paulo Borges da Silveira	2013	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13293
A12	Inventário do patrimônio documental do centro histórico de São Luís	Cintia da Luz Santos Leane Carvalho Ferreira Erivânia Menezes Dutra Valdirene Pereira da Conceição	2013	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/65490
A13	Patrimônio cultural, patrimônio documental: o fundo PROMOART do CNFCP/IPHAN	Miriane da Costa Peregrino	2013	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/13122
A14	Patrimonio documental archivístico audiovisual de instituciones públicas en la ciudad de Salvador (Brasil)	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	2013	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119519
A15	Preservação da informação arquivística digital: repercussões para o patrimônio cultural	Murilo Billig Schäfer Daniel Flores	2013	Em Questão	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8572
A16	Preservação de acervos micrográficos: um enfoque no laboratório de reprografia da Universidade Federal de Santa Maria	Camila Anibale Perlin Carlos Blaya Perez	2013	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12880
A17	Produção institucional na perspectiva arquivística: memória e patrimônio documental	Gilberto Fladimar Rodrigues Viana Telma Campanha de Carvalho Madio	2013	Ibersid	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/167619
A18	O arquivo universitário e a memória da universidade	Franciele Simon Carpes Daniel Flores	2013	Informação & Sociedade	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91174
A19	O bibliotecário e o patrimônio documental: conscientização do	Ângela Silva Lopes Jacqueline Silva Pereira Lívia da Conceição Reis Santos	2013	Múltiplos Olhares em	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/67393

	usuário aos materiais informacionais	Sara Nascimento de Caldas		Ciência da Informação	
A20	O documento histórico como fonte de preservação da memória	Deneide Teresinha de Carli	2013	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12650
A21	O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores	Daniéle Xavier Calil Carlos Blaya Perez	2013	Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17790
A22	O risco da patrimonialização: a (não) avaliação e seleção dos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros	Thiago de Oliveira Vieira	2013	PontodeAcesso	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81709
A23	A gestão de documentos e a preservação do patrimônio documental em municípios gaúchos: quando a regra é a exceção	Marco Antônio da Luz Daniel Flores	2014	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12964
A24	A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do Ministério Público Federal	Cristiane Basques Georgete Medleg Rodrigues	2014	Informação & Sociedade	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93092
A25	Arquivo permanente: a gestão do patrimônio documental no Arquivo Público do estado de Santa Catarina	Luiza Morgana Klueger Souza Eva Cristina Leite da Silva	2014	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12739
A26	Região Platina/MERCOSUL: projetos desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria na área de Artes e Letras	Gilberto Fladimar Rodrigues Viana Daniel Flores	2014	Em Questão	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10900
A27	A divulgação do patrimônio documental dos arquivos universitários das IFES da região sul do Brasil em websites	Eliseu dos Santos Lima Daniel Flores	2015	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12951

A28	Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação	Franciele Merlo Glaucia Vieira Ramos Konrad	2015	Informação & Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34481
A29	O Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos	Carlos Eduardo dos Reis	2015	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12887
A30	A utilização do ICA-ATOM como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas	Eliseu dos Santos Lima Daniel Flores	2016	Informação & Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34231
A31	Ações de gestão documental no tratamento do patrimônio documental dos portos marítimos do Brasil	Roberta Pinto Medeiros Luciana Souza de Brito Maria de Fátima Cruz Corrêa	2016	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/12356
A32	Centro de memória ferroviária: gestão organizacional	Cátia Rodrigues Barbosa Mônica Elisque Do Carmo	2016	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151684
A33	Patrimônio documental a preservação digital em longo prazo	Ana Suely Pinho Lopes Daniel Flores	2016	Acervo	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/45046
A34	Patrimônio documental nacional: conceitos e definições	Marcia Carvalho Rodrigues	2016	RDBCI	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40141
A35	Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo	André Malverdes André Porto Ancona Lopez	2016	PontodeAcesso	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66843
A36	Jogos On-Line na Educação Patrimonial: Resultados Preliminares	Leandro de Abreu Souza Jaccoud Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna	2017	Informação & Tecnologia	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101615
A37	Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital	Henrique Machado dos Santos Daniel Flores	2017	Palabra Clave	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/65353
A38	O acesso à informação e ao patrimônio documental no Instituto	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2017	Informação em Pauta	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41296

	Federal de Roraima: conquistas e desafios				
A39	O acesso, via web, ao patrimônio documental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG: a aplicabilidade da digitalização e do software ATOM (ICA-ATOM)	Elisangela Gorete Fantinel Daniel Flores Dhion Carlos Hedlund Andrea Gonçalves dos Santos Mateus de Moura Rodrigues	2017	Informação Arquivística	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42407
A40	Acesso à informação e ao patrimônio documental da Universidade Federal de Roraima: uma reflexão necessária	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Archeion Online	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14918
A41	Acesso ao patrimônio documental e à informação nas instituições federais de ensino superior do estado de Roraima	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101497
A42	Centros de documentação e patrimônio documental direito à informação, à memória e à cidadania	Janete Leiko Tanno	2018	Acervo	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107072
A43	Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais	Marcos Ulisses Cavalheiro	2018	Archeion Online	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/15006
A44	Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico	Marcia Carvalho Rodrigues	2018	Em Questão	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8685
A45	Processo administrativo eletrônico na administração pública federal: análise considerando a gestão arquivística de documentos	Murilo Billig Schäfer Eliseu dos Santos Lima Claudineli Carin Seiffert Daniel Flores	2018	PontodeAcesso	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119894
A46	Uma investigação acerca do acesso à informação e do patrimônio documental da Universidade Federal de Roraima	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2018	Páginas a&b	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68921

A47	Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	Mariela Passarin Cezar Karpinski	2019	Perspectivas em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126863
A48	Banco de dados em software livre: uma solução para acesso e recuperação do patrimônio documental	Fabiana Fagundes Fontana André Zanki Cordenonsi	2019	RICI	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107051
A49	O lugar do patrimônio documental: Brasília e Fundo NovaCap	Renato Crivelli Maria Leandro Bizello	2019	Perspectivas em Ciência da Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118889
A50	Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros, Minas Gerais	Filomena Luciene Cordeiro Reis Juliano Gonçalves de Aquino	2019	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119125
A51	Perfil e lugar dos arquivos privados institucionais em entidades custodiadoras cariocas	Gabriela Ayres Ferreira Terrada Vitor Manoel Marques da Fonseca	2019	Informação & Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110685
A52	Realidade e perspectivas de acesso aos bens documentais e à informação nas IFES do estado de Roraima	Tatiana Costa Rosa Leila Adriana Baptaglin	2019	InCID	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114848
A53	A coleção paraibana e a biblioteca de obras raras Átila Almeida: formação e rearranjo de um patrimônio bibliográfico-documental	Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146213
A54	A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual	Jullyana Monteiro Guimarães Araujo	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153082
A55	Educação patrimonial, bibliotecas e museus virtuais na escola	Ítalo Teixeira Chaves Lidia Eugenia Cavalcante	2020	Biblionline	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148818
A56	Identificação do patrimônio documental arquivístico do município de Angra dos Reis, RJ: o	Martha Myrrha Ribeiro Soares Ana Célia Rodrigues	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146237

	Guia do APERJ e AISDIAH como base do instrumento de pesquisa				
A57	Identificar é preciso! O uso do inventário como ferramenta de preservação do patrimônio bibliográfico	Adriana Dias Gonçalves	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153104
A58	Gestão e preservação de coleções especiais como patrimônio bibliográfico no âmbito universitário	Luana Peleja Sobrinho	2020	Revista Eletrônica da ABDF	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/166216
A59	Mitigação e controle da microbiodeterioração do patrimônio bibliográfico e o incidente na Biblioteca Henrique Morize do MAST	Ozana Hannesch Fernanda do Nascimento Corrêa	2020	Revista Eletrônica da ABDF	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/166163
A60	O acesso aos documentos com e seu o uso da tecnologia da informação	Ana Suely Pinho Lopes Jorge Pedro Sousa	2020	LOGEION	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121981
A61	O acesso e a censura à informação em tempos de covid-19: impactos humanos e sociais	Shirley Carvalhêdo Franco	2020	Fontes Documentais	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150857
A62	O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN): instrumento de salvaguarda e preservação	Sílvia Fernandes Pereira	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153106
A63	O descaso secular com o patrimônio bibliográfico manuscrito colonial: a ponta do iceberg	Walmira Costa	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153111
A64	O silêncio da Irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos e o manuscrito revelador: a salvaguarda de um patrimônio documental baiano	Alícia Duhá Lose Vanilda Salignac Mazzoni Fabiano Cataldo de Azevedo	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153074

A65	Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da biblioteca do Arquivo Nacional	Alexandra Werneck da Silva Daniele Achilles Fabiano Cataldo de Azevedo	2020	Encontros Bibli	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150073
A66	Patrimônio documental e acervos	Andreza Vellasco Gomes Eduardo Romero de Oliveira	2020	RDBCI	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141577
A67	Proposta de integração de recursos do patrimônio cultural científico no modelo EDM: uma perspectiva de representação de um domínio temático	Cláudio Jose S. Ribeiro Alexandre Medeiros Correia de Sousa Maria Manuel Borges	2020	Biblos	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162770
A68	Repensando a noção de patrimônio documental	Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro	2020	Memória e Informação	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153084
A69	Uma análise acerca da cadeia de custódia de documentos arquivísticos do poder executivo de São Francisco de Assis RS	Daniel Flores Fabiana Ciocheta Mazuco	2020	Ágora	https://brapci.inf.br/index.php/res/v/142092

APÊNDICE B – UNIDADES DE REGISTRO POR ARTIGO

ID	UNIDADES DE REGISTRO
A1	bens móveis centro de documentação documento iconográfico missão patrimonial patrimônio cultural universidades
A2	arquivos conjuntos documentais difusão de documentos missão patrimonial
A3	difusão de documentos documento audiovisual documento digital documento iconográfico documento sonoro missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico patrimônio documental cultural patrimônio documental digital
A4	documento digital missão patrimonial patrimônio cultural universidades
A5	arquivos missão patrimonial patrimônio documental arquivístico memória institucional
A6	arquivos bens culturais bibliotecas missão patrimonial museus patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico
A7	arquivos difusão de documentos documento audiovisual missão patrimonial patrimônio arquivístico cultural patrimônio cultural
A8	bens móveis documento audiovisual documento iconográfico documento sonoro documento textual documento tridimensional integridade patrimônio cultural produção técnico-científica

A9	arquivos conjuntos documentais históricos difusão de documentos documento textual instituições culturais missão patrimonial patrimonialização documental patrimônio cultural
A10	arquivos documento digital memória institucional missão patrimonial patrimônio arquivístico universidades
A11	arquivos bens culturais documento textual memória social missão patrimonial patrimônio cultural
A12	bens culturais cidadania conjuntos documentais instituições culturais missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental histórico
A13	arquivos bibliotecas conjuntos documentais missão patrimonial museus patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico
A14	arquivos cidadania documento audiovisual documento digital patrimônio documental arquivístico produção técnico-científica
A15	arquivos documento digital documento textual missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico
A16	conjuntos documentais documento iconográfico instituição missão patrimonial patrimônio cultural universidades
A17	arquivos difusão de documentos

	documento digital patrimônio cultural produção técnico-científica
A18	arquivos documento textual memória institucional missão patrimonial patrimônio cultural
A19	arquivos conjuntos documentais documento sonoro documento textual missão patrimonial raridade
A20	arquivos documento textual memória institucional missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental cultural
A21	arquivos difusão educativa documento iconográfico documento textual educação patrimonial missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico patrimônio documental histórico
A22	documento audiovisual documento iconográfico documento sonoro patrimônio arquivístico patrimonialização documental patrimônio cultural
A23	arquivos documento textual missão patrimonial patrimônio arquivístico patrimônio cultural patrimônio informacional arquivístico contemporâneo
A24	arquivos missão patrimonial patrimônio arquivístico patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico
A25	arquivos conjunto dos arquivos difusão educativa documento iconográfico documento textual missão patrimonial patrimônio documental arquivístico
A26	autenticidade

	documento digital integridade missão patrimonial patrimônio cultural produção técnico-científica
A27	arquivos difusão de documentos documento digital patrimônio cultural
A28	arquivos capital da sociedade documento textual memória social missão patrimonial patrimônio cultural registro documental de arquivo
A29	arquivos cidadania documento textual missão patrimonial patrimônio documental público
A30	arquivos autenticidade difusão de documentos documento digital missão patrimonial patrimônio documental arquivístico patrimônio documental arquivístico digital
A31	difusão de documentos documento audiovisual documento iconográfico documento textual instituição portuária memória social missão patrimonial
A32	autenticidade difusão de documentos instituições culturais memória social missão patrimonial raridade
A33	cidadania documento arquivístico digital documento digital memória social missão patrimonial patrimônio cultural
A34	cidadania difusão de documentos memória social missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental bibliográfico raridade

A35	arquivos bem material da sociedade cidadania conjuntos documentais documento iconográfico memória social patrimônio cultural
A36	arquivos documento digital educação patrimonial
A37	arquivos autenticidade difusão de documentos documento digital missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental arquivístico
A38	arquivos bens culturais bens patrimoniais bibliotecas difusão de documentos documento iconográfico documento textual memória social missão patrimonial raridade universidades
A39	arquivos difusão de documentos documento digital documento textual memória institucional missão patrimonial patrimônio documental arquivístico universidades
A40	arquivos bens culturais bens patrimoniais bibliotecas difusão de documentos documento iconográfico documento textual memória social missão patrimonial raridade universidades
A41	arquivos bens culturais bens patrimoniais bibliotecas difusão de documentos documento iconográfico documento textual memória social

	missão patrimonial raridade universidades
A42	arquivos centro de documentação cidadania missão patrimonial museus patrimonialização de arquivo patrimônio cultural universidades
A43	arquivos curadoria educativa documento textual documento tridimensional missão patrimonial museus
A44	bibliotecas documento digital missão patrimonial patrimônio cultural patrimônio documental bibliográfico
A45	arquivos autenticidade documento digital missão patrimonial
A46	arquivos bens culturais bens patrimoniais bibliotecas difusão de documentos documento iconográfico documento textual memória social missão patrimonial raridade universidades
A47	arquivos cidadania difusão de documentos documento digital memória social missão patrimonial
A48	difusão de documentos documento digital memória social produção técnico-científica
A49	memória social missão patrimonial patrimonialização documental patrimônio cultural patrimônio informacional
A50	arquivos cidadania

	missão patrimonial patrimônio cultural
A51	arquivos conjuntos documentais difusão de documentos missão patrimonial
A52	arquivos bens culturais bens patrimoniais bibliotecas difusão de documentos documento iconográfico documento textual memória social missão patrimonial raridade universidades
A53	bibliotecas documento textual raridade universidades
A54	memória social missão patrimonial patrimônio cultural produção técnico-científica
A55	bibliotecas difusão de documentos documento digital educação patrimonial missão patrimonial museus
A56	arquivos bibliotecas conjuntos documentais difusão de documentos missão patrimonial museus patrimônio documental arquivístico
A57	arquivos bibliotecas difusão de documentos missão patrimonial patrimônio arquivístico
A58	bibliotecas missão patrimonial universidades
A59	documento textual missão patrimonial raridade
A60	documento digital documento textual memória social missão patrimonial patrimônio cultural

A61	arquivos missão patrimonial
A62	difusão de documentos memória social missão patrimonial patrimônio cultural raridade
A63	antiguidade missão patrimonial patrimônio documental bibliográfico
A64	cidadania difusão de documentos educação patrimonial marcas de proveniência missão patrimonial
A65	arquivos documento audiovisual documento iconográfico documento sonoro documento textual memória social
A66	arquivos bibliotecas difusão de documentos missão patrimonial museus patrimonialização documental
A67	arquivos bens documentais bibliotecas museus patrimônio cultural patrimônio documental científico produção técnico-científica
A68	missão patrimonial patrimônio cultural
A69	autenticidade difusão de documentos missão patrimonial patrimônio documental arquivístico patrimônio documental arquivístico digital

APÊNDICE C – ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS ARTIGOS

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	FREQUÊNCIA	TOTAL
Meios de divulgação	curadoria educativa	1	34
	difusão de documentos	27	
	difusão educativa	2	
	educação patrimonial	4	
Elementos caracterizadores	autenticidade	6	78
	integridade	2	
	marcas de proveniência	1	
	missão patrimonial	58	
	raridade	11	
Manifestações do termo	bens culturais	8	69
	bens documentais	1	
	bem material da sociedade	1	
	bens móveis	2	
	bens patrimoniais	5	
	capital da sociedade	1	
	conjunto dos arquivos	1	
	conjuntos documentais	8	
	conjuntos documentais históricos	1	
	documento arquivístico digital	1	
	patrimonialização de arquivo	1	
	patrimonialização documental	4	
	patrimônio arquivístico	5	
	patrimônio arquivístico cultural	1	
	patrimônio documental arquivístico	14	
	patrimônio documental arquivístico digital	2	
	patrimônio documental bibliográfico	3	
	patrimônio documental científico	1	
	patrimônio documental cultural	2	
	patrimônio documental digital	1	
	patrimônio documental histórico	2	
	patrimônio documental público	1	

	patrimônio informacional patrimônio informacional arquivístico contemporâneo registro documental de arquivo	1 1 1	
Gêneros documentais	documento audiovisual documento digital documento iconográfico documento sonoro documento textual documento tridimensional	7 20 15 5 24 2	73
Elementos basilares na construção do conceito	cidadania memória institucional memória social patrimônio cultural produção técnico-científica	10 5 19 35 7	76
Instituições integrantes	arquivos bibliotecas centro de documentação instituição portuária instituições culturais museus universidades	44 15 2 1 3 8 13	86